



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -
PPGEO**



JOELMA MIRANDA COUTINHO DE SOUZA

**BUMBA E SUCESSO SOB “OS PÉS DE BARRO” DO CAPITAL: PRODUÇÃO
FUMAGEIRA E MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NOS ALICERCES DO
VALOR**

**Vitória da Conquista - BA
2018**

JOELMA MIRANDA COUTINHO DE SOUZA

**BUMBA E SUCESSO SOB “OS PÉS DE BARRO” DO CAPITAL: PRODUÇÃO
FUMAGEIRA E MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NOS ALICERCES DO
VALOR**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo-UESB da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Área de concentração: Produção do espaço geográfico

Linha de Pesquisa: 1

Orientador: Prof.º Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos

Coorientador: Prof.º Dr. Wagnervalter Dutra Júnior

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

**Vitória da Conquista - BA
2018**



Esta dissertação de mestrado está sobre os termos CC By do Creative Commons

S716b

Souza, Joelma Miranda Coutinho de.

Bumba e sucesso sob “os pés de barro” do capital: produção fumageira e monopolização do território nos alicerces do valor. / Joelma Miranda Coutinho de Souza, 2018.

114f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referência F. 102 – 110.

1. Agricultura camponesa. 2. Expansão do capital no campo. 3. Monopolização do território. 4. Renda da terra. I. Santos, Jânio Roberto Diniz dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

JOELMA MIRANDA COUTINHO DE SOUZA

BUMBA E SUCESSO SOB “OS PÉS DE BARRO” DO CAPITAL: PRODUÇÃO
FUMAGEIRA E MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NOS ALICERCES DO VALOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia, para a obtenção do título de mestre

Aprovado em: _____/_____/_____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Presidente

Prof. Dr. Wagnervalter Dutra Júnior (Coorientador)
Universidade do Estado da Bahia.

Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição
Universidade Federal de Sergipe
Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Suzane Tosta Souza
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Membro Interno

Área de concentração: Produção do espaço
geográfico Linha de Pesquisa: 1

**Vitória da Conquista - BA
2018**

Aos camponeses das comunidades rurais de Bumba e Sucesso
no município de Matina-BA.

Aos meus pais.
Vocês são meu alicerce, meus “pés de barro”
que me mantêm firme na luta por uma sociedade
radicalmente diferente.

Aos filhos dos camponeses que tiveram acesso à Universidade,
E aqueles que não, a luta.

In memoriam a todos os camponeses mortos pelo Estado.

E a todos aqueles que
acreditam na superação radical da ordem do capital.

AGRADECIMENTOS

A abdicação de momentos juntos à família para viver momentos de solidão exigidos pela pesquisa, não foi fácil.

O isolamento vivido foi intensamente questionado. A renúncia em estar na rua, em participar de momentos de formação política, de estar envolvida diretamente nas lutas que estouram a cada dia, foi tarefa difícil, mas, concluo na certeza de que a luta na rua é tão necessária quanto à pesquisa teórica.

Diante disso, meus agradecimentos:

Aos camponeses da minha comunidade que cansados do dia de trabalho, dispensaram um pouco do seu tempo para contribuir na minha pesquisa.

Ao meu pai, camponês surrado pelo sol do sertão que, com suas mãos marcadas pelo trabalho árduo me ensinou a valorizar os estudos. Painho sua filha está formando, de novo.

À minha mãe, mulher de gênio forte, por ter me ensinado, desde cedo, a trabalhar e nunca se curvar diante de nenhum homem. Pela confiança e liberdade conferida desde os 17 anos de idade, muito obrigada.

Ao meu irmão Lucas, companheiro das brincadeiras no meio da roça que fazia da sacola de plástico, mochila e hoje está se formando em Aviação. Você é meu maior exemplo de vida.

Aos meus avós que, sem nunca ter frequentado uma sala de aula, me ensinaram o que os livros nunca poderiam ensinar: Gratidão e Honestidade.

A minha avó Maria (*in memoriam*) por ter sido minha segunda mãe. Seus ensinamentos, carrego comigo.

Ao meu avô Antônio, embrutecido pelas condições vividas, seu zelo e cuidado nunca será esquecido.

As minhas tias pelos momentos de descontração.

Ao meu orientador Jânio Diniz pela infinita paciência. Por ter contribuído no meu crescimento acadêmico e, sobretudo, humano. Sua compreensão diante todas as minhas dificuldades, me possibilitou chegar até aqui. Meu muito obrigada.

Ao meu coorientador Wagnervalter, “Duda”. Mais uma vez volto a agradecer pelos ensinamentos que se iniciou na Monografia e hoje culmina no presente trabalho. Gratidão por ter me ajudado a compreender que “outro mundo é possível e necessário” e, pela paciência aos meus inúmeros questionamentos que não tinham hora nem dia.

A Leo, meu companheiro de luta, pelo respeito e paciência ao longo dessa caminhada que não se finda aqui. Sei que não foi fácil, mas o romantismo dá lugar à afinidade política, ao companheirismo.

A Suzane Tosta, você é exemplo de enfrentamento na academia. Sua prática política nos incentiva a seguir lutando em qualquer espaço, a fazer embate teórico entre aqueles que romantizam a vida/ao fim do camponês. Gratidão por compreender aqueles que saem do campo para a universidade e se depara, muitas vezes, com professores que negam a nossa realidade. Você é referência para quem estuda o campo.

A Alexandrina Luz pelas inúmeras contribuições ao longo dessa caminhada.

A Sheila, filha também de camponeses, que conheceu desde cedo como o sol deste sertão queima e, acima de tudo, como o latifúndio mata. Tenha certeza que sua atuação na CPT ajudou muitas pessoas a compreender as cercas que o rodeiam. Gratidão por ter acompanhado minha angústia durante essa caminhada e por torna-la mais amena. Esse trabalho não é só meu, é de todos os camponeses que tiveram o acesso negado à universidade. Muito obrigada.

A Fernanda Rodrigues, companheira de luta, de tantos enfrentamentos. Exemplo de resistência. Muito obrigada pelas discussões, por ter me ajudado a compreender que os camponeses afetados pelos empreendimentos de mineração em Caetité precisam dos nossos conhecimentos para fazer frente juntos com eles, às grandes empresas. Estamos juntas nessa luta.

A Paula Idma, pelas longas discussões na mesa do bar. Cheguei à conclusão de que a dissertação também ensina a beber enquanto condição de abstração do mundo real.

A Karine pelas conversas descontraídas em momentos de tensão durante a escrita desta pesquisa.

A Marília, amizade proporcionada pelo Mestrado e que levarei para a vida. Gratidão por tudo, pelas conversas, pelos risos, por ajudar a tornar essa caminhada mais amena diante de tudo que passamos.

Aos meus colegas do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Ver Pelos Olhos d'Água. Espero que nosso trabalho possa ajudar muitos trabalhadores do campo.

A Capes pela bolsa concedida ao longo da pesquisa.

Ao Programa de Pós Graduação de Geografia – PPGEO e a UESB pelo apoio durante esses dois anos.

RESUMO

O movimento contraditório do modo de produção capitalista faz com que a agricultura camponesa seja recriada mediante a expansão do capital no campo brasileiro ensejada, ora pela territorialização do capital, ora pela monopolização do território. Processos distintos, mas que se unificam para uma “acumulação ativa e lucrativa de capital”. A apropriação da renda da terra, como resultado dessa expansão do capital, reconfigura o espaço agrário para que ocorra a subjunção do camponês aos ditames do processo de monopolização do território. O setor fumageiro, monopolizado pelas empresas mundiais, faz dessa produção, desenvolvida pelos camponeses, via de sustentação para a expansão dos seus monopólios que, sem apropriar da “terra de trabalho”, se tornam donos do fumo produzido mediante sistema de integração, denominado entre as empresas do ramo de Sistema Integrado de Produção de Tabaco-SIPT. Nesta direção, o objetivo da presente pesquisa é analisar o processo de monopolização do território pelo capital na produção fumageira, tendo como recorte analítico as comunidades de Bumba e Sucesso no município de Matina-BA. A produção drenada no circuito do capital sustenta a lógica de reprodução do mais valor em que os camponeses, mesmo não estando diretamente vinculados às transnacionais monopolistas, tem a renda da terra apropriada na esfera da circulação, pois, entende-se que em cada folha de fumo em circulação, exportado em fardos ou comercializados no mercado interno, está contida em um trabalho não-pago. A produção fumageira como exemplo concreto das contradições do sistema sociometabólico do capital, expressa no seu processo à resistência camponesa enquanto produção ainda realizada em muitos municípios de forma doméstica pelas famílias e, ao mesmo tempo, como cultivo monopolizado pelas transnacionais do setor de cigarros. Desse modo, o fumo é, na mundialização da agricultura, o meio que os mecanismos de monopólio do capital encontraram para realizar a extração da renda da terra, sem territorializar-se e sem implantar trabalho assalariado como forma de obter mais-valia.

Palavras-chave: Monopolização do território; Agricultura camponesa; Renda da terra.

ABSTRACT

The contradictory movement of the capitalist mode of production causes peasant agriculture to be recreated through the expansion of capital in the Brazilian countryside, which now leads either to the territorialisation of capital or to the monopolization of the territory. Distinct processes, but which are unified for an "active and lucrative accumulation of capital." The appropriation of the land rent as a result of this expansion of capital reconfigures the agrarian space so that the subjunction of the peasant occurs to the dictates of the process of monopolization of the territory. The tobacco sector monopolized by the world's companies makes this production developed by the peasantry via the support to expand their monopolies which, without appropriating the "working land", they become owners of the tobacco produced by means of an integration system, denominated among the companies of the branch Integrated System of Production of Tobacco-SIPT. In this direction, the objective of the present research is to analyze the process of monopolization of the territory by the capital in the tobacco production, having as analytical cut the communities of Bumba and Sucesso in the municipality of Matina-BA. The production drained in the circuit of capital sustains the logic of reproduction of the surplus value, in which peasants, even though they are not directly linked to the monopoly transnationals, have the appropriate land income in the sphere of circulation, because, it is understood that each tobacco sheet in circulation exported in bales or marketed in the domestic market, is contained in an unpaid work. The tobacco production, as a concrete example of the contradictions of the sociomotabolic system of capital, expresses in its process the peasant resistance as a production still carried out in many municipalities domestically by the families and, at the same time, as a monopolized crop by the transnationals of the cigar sector. Thus, in the globalization of agriculture, tobacco is the means that the monopoly mechanisms of capital found to extract land rent, without territorialisation and without the introduction of wage labor as a way of obtaining surplus value.

Keywords: Monopolization of the Territory; Peasant Agriculture; land income.

LISTAS DE FIGURAS, MAPAS, QUADROS, GRÁFICOS E ESQUEMAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Fumo de corda, comunidade de Bumba em Matina-BA.....	31
Figura 02:	Fumo desfiado em fábrica no município de Seabra-BA.....	82
Figura 03:	Trabalhador fervendo o fumo após picado – 2014.....	83
Figura 04:	Mulheres empacotando fumo em fábrica na cidade de Seabra-BA.....	84
Figura 05:	Cultivo de mandioca e do milho na comunidade de Sucesso-Matina/BA.....	91
Figura 06:	Canteiros de fumo nas comunidades de Bumba e Sucesso no município de Matina-BA.....	92
Figura 07:	Lavoura de fumo com agricultora realizando a quebra para o varal nas comunidades de Bumba e Sucesso no município de Matina-BA.....	93
Figura 08:	Fumo sendo trançado por agricultores, nas comunidades de Bumba e Sucesso no município de Matina-BA (Tava sem a numeração).....	94
Figura 09:	Camponês em lavoura de fumo na comunidade rural de Bumba-Matina/BA	111
Figura 10:	Camponês realizando a quebra do fumo, comunidade rural de Bumba-Matina/BA.....	111
Figura 11:	Camponeses realizando juntos a quebra do fumo, Matina-BA.....	112
Figura 12:	Folhas de fumo para colocar no varal comunidade rural de Bumba-Matina/BA.....	112
Figura 13:	Varal com folhas de fumo na comunidade do Bumba, Município de Matina/BA.....	113
Figura 14:	Camponês preparando a folha de fumo para trançar, Matina/BA.....	113
Figura 15:	Fumo de corda na fábrica de beneficiamento em Seabra/BA.....	114
Figura 16:	Fábrica de beneficiamento, Seabra-BA.....	114

TABELAS

Tabela 01:	Fábricas de charutos na Bahia, 2006.....	35
Tabela 02:	Quantidade produzida (toneladas) – 2006.....	40
Tabela 03:	Principais estados – Área e produção – 2016/2017.....	41
Tabela 04:	Principais importadores do fumo brasileiro – 2016.....	43
Tabela 05:	Fumicultura Brasileira: Distribuição fundiária – 2013/2014.....	74
Tabela 06:	Área de fumo plantada (hectares) no município de Matina-BA 2010 a 2016	75

GRÁFICOS

Gráfico 01: Quantidade produzida (toneladas) de fumo em folha seca por microrregião/Bahia- 2006.....	32
Gráfico 02: Origem da propriedade nas comunidades de Bumba e Sucesso-Matina/BA	95

MAPAS

Mapa 01: Distribuição do fumo beneficiado nos municípios baianos.....	42
Mapa 02: Cidades que fornecem o fumo de corda para cidade de Seabra-BA.....	85

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT - Aliança Contra Tabagismo

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil

BACEN – Banco Central do Brasil

BAT - British American Tobacco

BM&BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

DAP – Documento de Aptidão Agrícola

DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FETRAF - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FMI – Fundo Monetário Internacional

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCA – Instituto Nacional do Câncer

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

INCA – Instituto Nacional do Câncer

SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

SINDITABACO - Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco

SIPT – Sistema de Integração da Produção do Tabaco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 DOS PRIMEIROS PASSOS À LÓGICA VALOR: O FUMO NAS TEIAS DO CAPITAL	25
2.1 A gênese da sujeição na produção fumageira.....	25
2.2 Espaços desiguais na produção fumageira	32
3 A MÁSCARA DO MODERNO COMO AGRICULTURA FAMILIAR.....	46
3.1 A contradição do “novo” discurso da agricultura familiar	46
3.2 (Des) integração ao mercado na produção fumageira	51
4 A PRODUÇÃO FUMAGEIRA NA CAPTURA DA RENDA DA TERRA: AS INTERFACES DO CAPITAL NO CAMPO	60
4.1 Mundialização do capital no campo	60
4.2 Monopolização e territorialização na apropriação da renda da terra.....	65
4.3 A produção fumageira subordinada à circulação	72
5 SUJEIÇÃO/REPRODUÇÃO CAMPONESA NA PRODUÇÃO DO FUMO NAS COMUNIDADES DE BUMBA E SUCESSO NO MUNICÍPIO DE MATINA-BA	81
5.1 Os camponeses produtores de fumo no circuito do capital	81
5.2 Produção camponesa na sujeição da renda da terra.....	87
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
8 ANEXOS	111

1 INTRODUÇÃO

Realizar esta pesquisa no cenário atual é entender principalmente que “o sistema societal reificado no metabolismo do capital expande seu domínio absoluto sobre todos os seres” (MÉSZÁROS, 2011, p. 185), estabelecendo as condições necessárias para a extração do trabalho excedente, seja mediante relações tipicamente capitalistas ou não capitalistas.

O campo se torna na busca pela maximização da mais-valia, o local em que a contradição se materializa na expropriação total do trabalhador camponês, deixando-o despido de quaisquer condições de reprodução, impondo a venda de si e da sua força de trabalho como único meio de sobrevivência. Nesse caso não só o indivíduo fica livre dos seus instrumentos de produção, como a terra fica livre de quaisquer meios que não sejam voltados para a produção de capital.

A agricultura é baseada no modo de produção capitalista na expropriação dos camponeses e na subordinação a um capitalista que a explora visando o lucro (MARX, 2017, p. 675). Assim, a renda da terra como parte da mais-valia é a razão social para apropriação da terra como meio produtivo na agricultura, em que uma classe detém o monopólio privado tanto referente à quantidade como a qualidade diferenciada (SILVA, 1991), o que implica nos diferentes tipos de renda capitalistas existentes.

Além de ser utilizada como meio de produção universal, simultaneamente a terra assume caráter rentista ao ter como função social valorizar-se a fim de aumentar a taxa de lucro médio a ser apropriada pelo proprietário fundiário. Nesse sentido, a sociedade paga aos proprietários fundiários para que a terra seja posta a produzir alimentos, sendo diferente na lógica camponesa, em que a terra não é mediada pela geração da mais-valia, mas, pela própria reprodução camponesa.

Quando os proprietários recebem um valor abaixo pela sua produção no mercado, devido às flutuações na lei da oferta e da procura, escolhem entre colocar a terra para produzir ou apenas para “valorizar”. A terra, mesmo improdutiva, gera renda a ser apropriada, isso ocorre devido a terra ser meio de produção universal por estar contida nela os valores de uso, os elementos naturais, a fertilidade. Conforme enfatiza Harvey (2013, p. 432)

[...] a terra não é um bem não reprodutível. Ao contrário, alguns valores de usos (mas nem todos) nela incorporados são não apenas reproduzíveis, mas podem ser criados mediante a produção de mercadorias (fábricas, aterros, casa, lojas, etc) [...].

A renda, ao contrário do juro obtido pela circulação do capital monetário e do lucro sobre o capital produtivo e do capital dos comerciantes, como coloca Harvey (2013) se baseia no poder de monopólio da propriedade privada da terra. Para Marx

[...] A renda da terra não pode ser compreendida sem o capital. Mas o capital é perfeitamente compreensível sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada, e tem de ser desenvolvido antes da renda da terra (MARX, 2017, p. 87).

O capital empregado a terra, tanto para formas especulativas sem fins produtivos como para construção de estruturas produtivas, confere ao proprietário um retorno do capital empregado na forma de renda. Ao comprar a terra, o capitalista está comprando o direito de auferir renda, a terra torna-se renda territorial capitalizada (MARTINS, 2013). Para Oliveira (2010) a renda capitalizada se torna renda antecipada, pois ao comprar a terra, está comprando o direito de extrair renda da sociedade em conjunto.

A propriedade fundiária assume então sua racionalidade ao pertencer a uma fração de classe que a monopoliza, tanto para fins produtivos como especulativos. A sua renda podendo ser apropriada pelos médios e grandes proprietários, nem sempre se realiza no pequeno, pois a transfere porque é obrigado (SILVA, 1991, p. 82).

É partindo da compreensão de renda da terra auferida pelos grandes e médios proprietários, enquanto o pequeno a produz mediante produção excedente, que a produção fumageira deve ser analisada, e mais especificamente a produção realizada por camponeses nas comunidades de Bumba e Sucesso no município de Matina.

A produção do fumo nas comunidades rurais de Bumba e Sucesso, no referido município, é feita pelas famílias camponesas em propriedades que variam de 05 a 30 hectares (PESQUISA DE CAMPO, 2018). Sendo uma cultura temporária, seu rendimento se configura nos meses de junho a agosto como uma das fontes de renda para esses agricultores realizarem a compra de mercadorias que não produzem em suas propriedades.

Para tanto, o fumo cultivado por esses camponeses não permanece em suas mãos, é escoado para as fábricas de beneficiamento localizado no município de Seabra, distante das comunidades em 350 km aproximadamente. O escoamento da produção fumageira, antes de ser mero fluxo de produtos entre cidade e campo é, antes de tudo, drenagem de renda embutida na produção de fumo. É a sujeição da renda da terra no circuito do capital, pois, mesmo não tendo a presença de grandes indústrias do ramo tabageiro atuando diretamente nas comunidades supracitadas, a “marcha sutil da subsunção do trabalho camponês ao capital

ocorre” (DUTRA JUNIOR, 2008, p. 1). Realiza-se na mediação implícita da não expropriação da terra e dos seus instrumentos de trabalho, mas, na sujeição e apropriação de sua produção na esfera da circulação.

É partindo desse contexto que a pesquisa se estrutura em quatro capítulos, realizados com o propósito de analisar a monopolização do território pelo capital na produção fumageira, entendendo a monopolização sobre o arcabouço teórico de Oliveira (1991, 2010, 2012, 2016), que a conceitua como parte do processo da mundialização da agricultura, desenvolvida pelas empresas transnacionais que “sem produzir no campo, controlam os fazendeiros capitalistas e os camponeses através de mecanismos de subordinação” (OLIVEIRA, 2016).

A produção fumageira desenvolvida torna-se, na expansão do capital no campo, os alicerces para uma acumulação sem limites, cuja tendência é realizar a sujeição da renda da terra subordinando camponeses a sua lógica de mercado.

Os camponeses se tornam os “pés de barro” do capital, pois, de forma geral, a renda da terra não-capitalista é confrontada com o mais-valor, é convertida em capital, pois este se expande produzindo e reproduzindo relações capitalistas e não-capitalistas de produção, como necessidade inerente ao seu próprio metabolismo (OLIVERIA, 2007a). É renda como parte da mais-valia, que juntamente com salário e lucro forma a tríade composta do capital (MARX, 1980).

É a “renda não-capitalista, correspondente ao produto excedente” (SILVA, 1991, p. 79) do trabalho dos camponeses que é apropriada pelo *estrutura totalizadora*¹ do capital, que se torna junto ao o lucro e ao salário, os alicerces de sustentação do sistema metabólico.

É nesse entendimento que o primeiro capítulo traz uma discussão sobre como o cultivo do fumo desenvolvido por escravos, colonos e arrendatários, desde o período colonial, foi transformado em mercadoria para ser comercializado no seio da economia capitalista industrial (OLIVEIRA, 2007a). “Trata-se do modo de produção capitalista no estágio inferior, onde a circulação submetia a produção, isto é, onde o capital comercial subordinava o capital de produção” (SILVA, 1991).

O fumo passa a ser mercadoria produzida mediante relações não-capitalistas que ao ser apropriada pelos europeus na sua escalada comercial, o converte em mais-valia realizada na circulação, servindo, portanto, a acumulação primitiva do capital. Ele é, pois, renda da terra em produto, uma vez que o camponês entrega parcial ou totalmente a produção do fumo aos fazendeiros ou ao senhor de engenho proprietário da terra.

¹ MÉSZAROS, István. Para Além do Capital: rumo à teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

A produção se configura assim como mercadoria sujeitada ao capital comercial quando está contida nela o trabalho mais realizado. Pois segundo Oliveira (2007a), assenhorando-se do comércio internacional, o capital foi dominando o mundo com a circulação de mercadorias produzidas mediante as relações pré-(não)-capitalistas, “transformando os povos da Ásia, da África e da América em colônias dos impérios capitalistas, extraindo, assim, excedentes para a realização da acumulação primitiva do capital” (OLIVEIRA, 2007a).

O desenvolvimento das forças produtivas da sociedade não implica no desaparecimento das relações de trabalho pré-capitalistas, ao contrário, o capitalismo transforma tudo que herda, como resultado do seu próprio devir histórico. Pois como afirma Martins (2013, p. 22), sendo a renda da terra pré-capitalista contradição e obstáculo ao desenvolvimento do capital, perde esse caráter ao se incorporar ao processo do capital, se tornando renda territorial capitalizada.

Nessa determinação histórica do capital, a sujeição da renda da terra na produção fumageira se perdura no território brasileiro na negação do camponês de sua autonomia, diante do produto do seu próprio trabalho, pois, diante dele, ergue-se a personificação direta do capital: o proprietário de terras e o capitalista.

É sob essa lógica que a extração da renda da terra ocorre na lavoura de fumo principalmente nas regiões Sul e Nordeste, onde se concentra os complexos agroindustriais de fabricação de cigarros, charutos e fumo em pacotes. A produção desenvolvida nos estados das referidas regiões não se dá de forma semelhante. Não se pode compreender a produção desigual do espaço, negando a divisão territorial e social do trabalho realizado sob os alicerces do capital.

Com isso queremos afirmar que a produção capitalista do espaço geográfico é constituída de inúmeros processos de trabalho e em cada totalidade geográfica desenvolvem-se relações variadas que não pertencem ao mesmo circuito produtivo ou à mesma rotação do capital. Este pode se iniciar em uma totalidade de uma cidade ou um estado e terminar noutra muito distante, quem sabe em outro país (SILVA, 2004, p. 27).

Assim, a produção fumageira realizada em pequenas propriedades camponesas, mostra como a tríade produção/circulação/consumo se realiza no mercado, em que desde os municípios pequenos, cujo desenvolvimento econômico é inexpressivo, entram na órbita do mais-valor se integrando as economias nacionais e internacionais, pois, entende-se que no espaço produzido, sobre o domínio do capital, “a integração espacial é uma necessidade da

universalização do trabalho abstrato, na forma de valor” (SMITH, 1988). E é nessa lógica de integração que a produção realizada pelos camponeses de Bumba e Sucesso forma a fração produtiva juntamente com outros circuitos de produção, para abastecer o mercado interno e externo, “forjando relações de trocas desiguais em situações diferenciadas de rotação do capital” (SILVA, 2004).

Entendendo o campesinato como classe social e, tendo como seu par contraditório o latifundiário, a compreensão do conceito de agricultura familiar intensamente difundido pelo Estado e pelas transnacionais que dominam o setor fumageiro, se torna condição precípua para não cair no reducionismo imposto àquele conceito.

Não se propõe olhar a agricultura camponesa como unidade meramente de produção, desconsiderando seu caráter histórico conflituoso. Pois, como afirma Marta Inez (2016) enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio permanecer no centro das decisões políticas que afetam o campo, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar as contradições presentes (MARQUES, 2016, p. 37).

Nesse sentido, se propõe a analisar no segundo capítulo a contradição do “novo” discurso da agricultura familiar no setor fumageiro, como parte da ideologia dominante para continuar preservando a estrutura de classe da sociedade.

As empresas transnacionais não atuam sem o papel ativo do Estado para neutralizar, através de políticas públicas, as diferenças existentes no campo agrário. O Estado como aponta Marini (1996), “anula as diferenças, tornando tudo equivalente” e funcional aos interesses do capital.

Assim, a difusão da agricultura familiar, é nesse sentido, “um discurso do capital para tentar apropriar da produção excedente realizada pelo trabalho camponês” (SOUZA, 2008). Portanto, cabe apreender para além da aparência do discurso da agricultura familiar, a essência se vale da apreensão do real enquanto objetivo concreto da negação do que está posto. Por isso, analisar o discurso da agricultura familiar na produção fumageira é princípio fundamental para compreender como esses produtores de fumo são inseridos no mercado e como a subordinação forjadas entre capital financeiro e produtivo, estruturam uma extração de renda da terra, desde a produção agrícola até o sistema de crédito concedido via políticas públicas.

Para tanto, o terceiro capítulo aborda a produção fumageira na captura da renda da terra, tendo como processos de sujeição da renda, a territorialização dos monopólios e a

monopolização dos territórios, expressões concretas da mundialização do capital na agricultura.

O setor agrícola na mundialização do capital deixou de ser pautada na soberania alimentar para se tornar mola propulsora de negócios altamente rentáveis para as transnacionais que comandam a economia mundial. A partir disso, a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e os monopólios mundiais, passam a estruturar a agricultura no capitalismo monopolista, sobre a atuação das empresas mundiais formadas pelas fusões, aquisições e associações entre empresas nacionais e internacionais (OLIVEIRA, 2016).

Tais processos remetem a tentativa de transformar toda a produção agropecuária em mercadorias para abastecer o mercado mundial. A produção de alimentos deixa de ser assim, uma questão política nacional para se tornar *commodities* a serem comercializadas nas bolsas de mercadorias e futuros ao redor do mundo (OLIVEIRA, 2016).

Desdobra-se então no campo brasileiro a atuação dos monopólios sobre os processos de territorialização do capital e de monopolização dos territórios, ambos culminando na sujeição da renda da terra ao capital. Diferindo-se, no entanto, as formas de atuação que ocorrem no campo, enquanto a territorialização dos monopólios avança neste ambiente expropriando os camponeses de sua terra, a monopolização atua na subordinação da produção camponesa, sujeitando e expropriando a renda da terra.

A produção fumageira é, na mundialização do capital, palco de atuação das empresas mundiais que estabelecem seus monopólios, mediante a apropriação da renda da terra realizada pelos pequenos produtores de fumo. Nesse setor, os camponeses entregam a produção do fumo as transnacionais do ramo tabagista, como ocorrem na Região Sul do país, ou vendem aos intermediários, que por sua vez, repassam para os donos das fábricas a exemplo da Região Nordeste. De qualquer forma, a mundialização da agricultura imprimiu no campo, meios de sujeição da renda da terra ao capital, seja mediante presença direta das transnacionais ou através das personificações do capital comercial.

É a partir desse viés que o último capítulo aborda a sujeição da renda da terra na produção fumageira nas comunidades rurais de Bumba e Sucesso no município de Matina-BA. Pois, entende-se que cada folha de fumo em circulação, exportada em fardos ou comercializada no mercado interno, está contida ao trabalho de uma família camponesa, dispendido nas longas horas diárias de trabalho na lavoura.

Assim, o trabalho realizado por esses camponeses se torna realização de lucro para os donos das fábricas. Que após beneficiados e empacotados, servem ao mercado como produto não realizado por camponeses, mas, pelas fábricas como a Velaminho e a Beija Flor².

Nessa logística, é necessário entender que “qualquer atividade agrícola desenvolvida numa pequena gleba de terra, gera, ao mesmo tempo, um tipo de renda fundiária” (SILVA, 1991, p. 89) que pode ser convertida em lucro extraordinário, portanto trabalho excedente que pode ser apropriado pelos proprietários dos meios de produção.

A produção de fumo das comunidades de Bumba e Sucesso não se realiza dissociada dos imperativos da ordem dominante, ela é desenvolvida pelos camponeses, donos de suas terras e dos instrumentos de trabalho. Estes, além de deter a posse, detém também o conhecimento de todas as fases do cultivo, do tempo necessário até chegar à fase final. O fato é que na reprodução ampliada do capital, mesmo desenvolvendo sua pequena agricultura familiar, sem uso de trabalho assalariado ou visando diretamente o lucro, o camponês é absorvido pelo sistema do capital, se vendo inserido abruptamente nessa lógica (DUTRA JUNIOR, 2008).

Diante desse contexto, procura delinear-se nas categorias centrais desta pesquisa, a produção fumageira desenvolvida nas comunidades de Bumba e Sucesso no movimento constante de teoria-realidade, pois, como salienta Pereira (1982, p. 70) “[...] a elaboração da teoria não pode dar-se fora do horizonte da prática. Só a prática é fundamento da teoria [...]”. Entendendo ambos como indissociáveis para a compreensão da luta que se desenrola no campo brasileiro.

O método materialista histórico dialético adotado alia-se aos procedimentos metodológicos como postura política assumida, frente às barbáries do capital, efetivando assim, a construção de uma pesquisa de compromisso social.

A pesquisa é construída no entendimento de que o *sistema metabólico do capital é necessariamente transitório* e, portanto, não pode ser visto como *permanência congelada* na história, passível de reformas ou de conciliação com a classe dominante. Cabe aos pesquisadores o movimento de combate teórico na convicção da superação do sistema societal do capital empreendendo a “arma da crítica” sem conceber a “história do mundo como mero ato abstrato de autoconsciência, mas um ato material e empiricamente verificável” (MÉSZÁROS, 2011, p. 85).

² Fábricas localizadas no município de Seabra onde se realiza o beneficiamento do fumo comprado nas comunidades rurais de Bumba e Sucesso.

Conforme aponta Konder (2002), é necessário ir além da empiria, trilhar caminhos que exigem abstração teórica, pois, a “história da formação e transformação da consciência política se desenvolve em conexão com a história das modificações institucionais práticas” (KONDER, 2002, p. 28).

A interpretação sociológica e histórica não pode ser sucumbida ao “marxismo de escritório” sem a “[...] verificação crítica da pesquisa documental e de campo e sem reconhecer que o conhecimento propriamente científico das ciências humanas, depende de pesquisa empírica e da implícita consciência científica da singularidade [...]” (MARTINS, 2013, p. 15).

Na interpretação histórica da sociedade, a adoção de determinados conceitos não pressupõem esvaziamentos políticos, pois, o método de explicação adotado pelo pesquisador é o referencial definidor do sentido do conceito. O uso destes, e que não esteja fiel às ideias da opção política adotada, não implica em reducionismo a pesquisa realizada, ao contrário, parte do princípio de que uma pesquisa científica referenciada no materialismo histórico dialético não pode ser fechada, mas sim, deve estar fincada no movimento do real, na apreensão da realidade, enquanto prática imediata.

Da mesma forma é “reduzir a interpretação sociológica aos parâmetros de uma sociedade binária, composta apenas por proletariado e burguesia” (MARTINS, 2013). Para Martins

É impossível entender a dinâmica de uma sociedade de classes, em suas determinações e singularidade, como a sociedade brasileira, tão diversa das sociedades de referência das sociológicas, mesmo da de Marx, se não se leva em conta que a renda territorial é um dos fatores da diferenciação social e da constituição das classes e de seus antagonismos e conflitos [...] (MARTINS, 2013, p. 23).

Partindo da apreensão do real como pressuposição para o conhecimento científico, a pesquisa é construída diante da inserção do pesquisador na realidade estudada. A necessidade parte da compreensão do que é vivenciado pelos camponeses produtores de fumo nas comunidades de Bumba e Sucesso, pois, o capital, como aborda Mézáros (2011, p. 96), não é uma “entidade material, mas uma forma incontrolável de controle sociometabólico”.

Nesse contexto, a pesquisa foi realizada através de trabalhos de campo, com entrevistas entre os camponeses; pesquisa documental; discussões de textos no Grupo de Estudo do GeMarx e do Grupo Crise e Crítica; atividades de orientação; revisão bibliográfica em livros, revistas e resenhas; construção de gráficos, tabelas e mapas através de dados

quantitativos coletados em sites. A pesquisa além de ser constituída por quatro capítulos, é composta por anexos referentes ao trabalho realizado pelos camponeses na lavoura de fumo, bem como dos trabalhadores nas fábricas de beneficiamento no município de Seabra.

2 DOS PRIMEIROS PASSOS À LÓGICA VALOR: O FUMO NAS TEIAS DO CAPITAL

Já não é o presente que resgata o passado da sua letargia, é o passado que avilta e agrilhoa o presente; já não é a qualidade que plasma a massa bruta, é esta que emaranha e oblitera aquela, é a vil “coisa” que sufoca a celebrada “pessoa”; já não é o instrumento de trabalho que funciona de veículo para exteriorização da natureza humana, é o próprio instrumento que se torna um meio de comando de energia desumanizada; já não é a riqueza social que se transfigura em nova riqueza que gera no polo oposto o “empobrecimento” e o “esvaziamento” do produtor, a “sua miséria subjetiva, o seu estado de espoliação e dependência”; já não é o homo faber da epopeia literária burguesa que subjuga a natureza, é o “monstro-animado” do capital que se conserva e cresce, “como se tivesse amor ao corpo”, com a única condição de submeter e espremer até à última gota de linfa a criatura “amada”.

Karl Marx, Capítulo VI Inédito de O Capital..

2.1 A gênese da sujeição na produção fumageira

A produção fumageira, como exemplo concreto das contradições do sistema sociometabólico do capital, expressa no seu processo a resistência camponesa enquanto produção ainda realizada em muitos municípios de forma doméstica pelas famílias e, ao mesmo tempo, como cultivo monopolizado pelas transnacionais do setor de cigarros. É nessa

contradição que a extração do mais-valor ocorre na mediação do mercado pela monopolização dos territórios camponeses pelo capital.

Todavia, para compreender a monopolização do território pelo capital na produção fumageira, é necessário, sobretudo, entender o processo histórico que faz desse setor um dos mais rentáveis para as grandes empresas mundiais e para os Estados arrecadadores de impostos. Ao mesmo tempo, configura como uma das principais fontes de renda para os camponeses que tem na produção de fumo a garantia do dinheiro para comprar produtos que não produzem em suas propriedades, além de bens materiais como eletrodomésticos e outras necessidades.

A origem do fumo, enquanto planta, apresenta dualidades em relação a sua localização geográfica, para alguns autores é original da Ásia, para outros é de origem americana. Mas, a mais aceita entre os estudiosos, é que o fumo seja originado dos Andes Bolivianos e tenha se espalhado pelo continente através dos índios tupis-guaranis (NARDI, 1987).

A chegada dos europeus transformou a planta utilizada pelos indígenas em rituais religiosos em produto a ser comercializado entre os países. Diante disso, Oliveira (2007a) corrobora que a dominação colonial não destruiu integralmente as comunidades nativas

A dominação pela força utilizou as formas de produção dessas comunidades para fazê-las produzir mercadorias, ou então transformar os produtos das mesmas em mercadorias, fazendo-as circular no seio da economia capitalista industrial (OLIVEIRA, 2007a, p. 21).

O fumo cultivado pelos indígenas se tornou mercadoria, mediante sistema de trocas impostas pelos europeus e, como resultado do próprio processo de dominação, os conflitos oriundos com as comunidades nativas fez com que o cultivo passasse a ser realizado por colonos. De acordo com Nardi

O fortalecimento da colonização, o consumo interno crescente e o progresso do comércio com a Europa permitiram o desenvolvimento da cultura do fumo. Esta começou e progrediu nas áreas onde os núcleos eram mais sólidos: Recôncavo Baiano, Sergipe e litoral de Pernambuco até Olinda, sendo a parte mais famosa a “das Alagoas” (NARDI, 1987, p. 9).

A produção de fumo era realizada por escravos e pequenos colonos que, juntamente com suas famílias, moradores ou arrendatários, produziam também os gêneros alimentícios. Segundo Nardi

A maioria vendia o fumo diretamente aos negociantes, porém muitos deles, que moravam em terras de um grande proprietário, senhor de engenho ou fazendeiro criador de gado, entregavam uma parte - e às vezes a totalidade de sua produção a este (NARDI, 1987, p. 11).

Esse processo colocado por Nardi (1987) revela, sobretudo, a extração da renda da terra pré-capitalista que é, segundo Oliveira (2007a), diretamente produto excedente, originado na produção. O fumo passa a ser, nesse sentido, mercadoria produzida mediante as relações não-capitalistas que, ao ser apropriada pelos europeus na sua escalada comercial, o converte em mais-valia realizada na circulação, servindo portanto de acumulação primitiva do capital.

Ele é, pois, renda da terra em produto, pois o camponês entrega parcial ou totalmente a produção do fumo aos fazendeiros ou ao senhor de engenho proprietário da terra. Conforme Oliveira

A renda da terra em produto, outra forma da **renda da terra pré-(não)-capitalista, camponesa**, origina-se do fato de que o camponês cede parte de sua produção ao proprietário da terra, pelo fato deste (o proprietário) ter cedido o direito para que ele cultivasse a terra. Como se pode observar, nessa forma da renda da terra pré-(não)-capitalista a coerção (elemento fundamental da renda em trabalho) é substituído pelo direito, muitas vezes, expresso em contratos (orais ou escritos) (grifos do autor) (OLIVEIRA, 2007a, p. 60).

Para Souza (2008, p. 177)

[...] a renda em produtos não altera, em termos, a essência da renda fundiária com base na renda em trabalho. Consiste no mais-produto que o produtor direto deve entregar ao proprietário, já que a terra enquanto condição indispensável do trabalho encontra-se em propriedade alheia – personificada no proprietário da terra.

Este fumo apropriado pelos comerciantes e proprietários de terras alimentava o comércio em quatro circuitos de acordo com Nardi (1987, p. 29):

1. Brasil-Portugal-nações estrangeiras;
2. Brasil-reino de Portugal;
3. Índia; Brasil-África e;
4. Mercado interno brasileiro.

Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil o fumo (AFUBRA)

O de primeira e segunda qualidade era mandado para Lisboa, e sendo sua maior parte reexportado para outros países da Europa. Uma outra parte servia como moeda para o comércio de escravos com a África. E a terceira parte destinou-se ao consumo interno (AFUBRA, 1995, p. 20).

“O comércio detendo a determinação hegemônica sobre as relações de produção nesse período” (OLIVEIRA, 2007a), implantou os mecanismos para garantir a produção de mercadorias e sua circulação, realizando a taxaço de impostos e leis comerciais, visando aumentar as receitas do Estado, estendendo-se as medidas ao controle da circulação do fumo desde o produtor até o embarque, com a classificação segundo a qualidade (NARDI, 1987).

Destaca-se, nesse período, o monopólio da produção e da fabricação do fumo em pó por meio de contratos entre homens de negócios, seja individualmente ou em sociedade. O estabelecimento do monopólio, juntamente com a presença acentuada do Estado português na legislação com tributos e na forte fiscalização, acarretou a prática do contrabando do fumo em pó, devido à facilidade de passar pelas barreiras impostas pelo Estado (NARDI, 1987).

O comércio do fumo estruturado nesses quatro circuitos aponta como o “capitalismo utilizou de relações não-capitalistas para a produção não-capitalista do capital” (OLIVEIRA, 2007a). Haja vista, a crescente demanda desse produto para comercialização de escravos na África e para abastecer as nações europeias.

A utilização da mão-de-obra imigrante para trabalhar nas lavouras de exportação foi uma forma encontrada pelo capital internacional para continuar a dominação dos povos nas suas colônias. O colonato era visto, assim, após a extinção do trabalho escravo, como trabalho livre que não se diferenciava do primeiro, pois, ambos estavam divorciados dos meios de produção. No entanto, se diferenciava na medida em que o “[...] trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho, que no escravo se confundiam [...]” (MARTINS, 2013, p. 30; OLIVEIRA, 2007a). De acordo ao autor

A contradição que permeia a emergência do trabalho livre se expressa na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter (MARTINS, 2013, p. 31).

Com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães, a expansão da produção fumageira se expande para outras regiões do país, sobretudo para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde existiam as colônias, como Santa Cruz do Sul,

hoje considerada o maior polo nacional de produção e beneficiamento de fumo (DESER, 2007).

Sendo realizada pelos colonos na terra do fazendeiro e também nas pequenas propriedades³, a produção foi durante toda a economia colonial, resultado das contradições do capitalismo que no seu desenvolvimento histórico ampliava a apropriação da renda da terra no processo de circulação de mercadorias.

O fumo se configurava assim como mercadoria sujeitada ao capital comercial, nele estava contido o trabalho realizado por camponeses. Pois, segundo Oliveira (2007a), assenhorando-se do comércio internacional, o capital foi dominando o mundo com a circulação de mercadorias produzidas mediante as relações não-capitalistas. “Transformando os povos da Ásia, da África e da América em colônias dos impérios capitalistas, extraíndo, assim, excedentes para a realização da acumulação primitiva do capital” (OLIVEIRA, 2007a).

O desenvolvimento das forças produtivas da sociedade não implica no desaparecimento das relações de trabalhos pré-capitalistas, ao contrário, o capitalismo transforma tudo que herda, como resultado do seu próprio devir histórico. Pois, como afirma Martins (2013, p. 22), a renda da terra pré-capitalista, sendo contraditória e apresentando um obstáculo ao desenvolvimento do capital, perde esse caráter ao ser incorporado no processo do capital, se tornando renda territorial capitalizada. A determinação do capital não destrói a renda da terra, nem preserva seu caráter pré-capitalista, transformando-a em renda capitalizada.

Nessa determinação histórica do capital, a sujeição da renda terra na produção fumageira, se perdura no território brasileiro na sujeição do camponês, pois, diante dele, ergue-se a personificação direta do capital: o proprietário de terras e o capitalista. Conforme Oliveira afirma

A expansão do capitalismo no campo objetiva a acumulação da renda da terra através da superação das contradições que emperram seu desenvolvimento: os proprietários fundiários rentistas e um campesinato autossuficiente produtor simples de mercadorias. Foi preciso subverter a irracionalidade da propriedade da terra e a renda da terra pré-capitalista e retirar o campesinato de sua autonomia. Para isso unificou proprietários fundiários e capitalistas em um único sujeito, transformando as formas de renda pré-capitalistas em renda capitalista da terra (fração da mais-valia), e inseriu o campesinato na lógica do mercado através do consumo. Envolveu

³ Modelo de colonização oficial praticado na região através da determinação de lotes de terra, num primeiro momento (1849) de 77 há e num segundo momento (a partir de 1851) de 48 he, destinados basicamente, as famílias imigrantes alemãs, e que deu origem aquela estrutura fundiária, baseada na pequena propriedade de terras exploradas por mão de obra familiar (ETGES, 1991, p. 23).

na lógica sociometabólica da reprodução ampliada sem, contudo, destruir a totalidade dos produtores camponeses (OLIVEIRA, 2012, p. 134).

A relação capital-trabalho pressupõe, necessariamente, a apropriação da renda da terra na troca desigual entre o camponês produtor do fumo e a personificação do capital, fator que se torna na unificação de capitalistas individuais e proprietários de terras, conglomerados monopolistas.

É nessa unificação que a fumicultura deixa de ser somente, em muitas unidades camponesas de produção, atividade fornecedora de dinheiro para adquirir bens materiais básicos para a reprodução da família e, se torna produção excedente apropriada pelas indústrias tabagistas para alimentar o mercado mundial.

Nesse sentido, a pesquisa nas comunidades de Bumba e Sucesso aponta que a produção do fumo, realizada pelos camponeses se volta para o mercado, por ser essa uma das únicas colheitas que possibilita um maior ganho monetário no final, como afirma um camponês ao ser questionado sobre qual produção destina-se à venda

A lavoura de fumo mesmo, que é o que a gente vende mesmo, né? Porque você planta feijão só pra comer e olha que tem ano que não dar, o milho cê planta, planta e não dá por causa da chuva, e você não come pamonha, você só come a pamonha se comprar o milho, se não comprar o milho não come a pamonha, a gente tá falando a realidade né (Informação verbal, 2018)⁴.

A expansão do capital no campo potencializa contraditoriamente o desenvolvimento da agricultura camponesa, pois, o fato do mercado sujeitar a sua produção em comercialização, implica, ao mesmo tempo, no cultivo de gêneros agrícolas para a própria reprodução da família. Amplia-se, portanto, as relações dos camponeses com o mercado, ao drenar a renda em produto que nela está inserida a renda de trabalho para esfera da circulação.

É nessa relação contraditória que a produção fumageira é desenvolvida principalmente nos estados da Região Sul e Nordeste. Ambas as regiões apresentando singularidades quanto ao processo produtivo, pois, enquanto na Região Sul a monopolização do território pelo capital ganha formas concretas na integração ao mercado, a Região Nordeste apresenta uma produção com destaque para indústrias de charutos, cigarrilhas e também para a indústria doméstica do fumo em corda (Figura 01), como é o caso do município baiano de Matina.

⁴ Entrevista concedida por camponês A, [Abril de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

Figura 01: Fumo de corda, comunidade de Bumba em Matina-BA



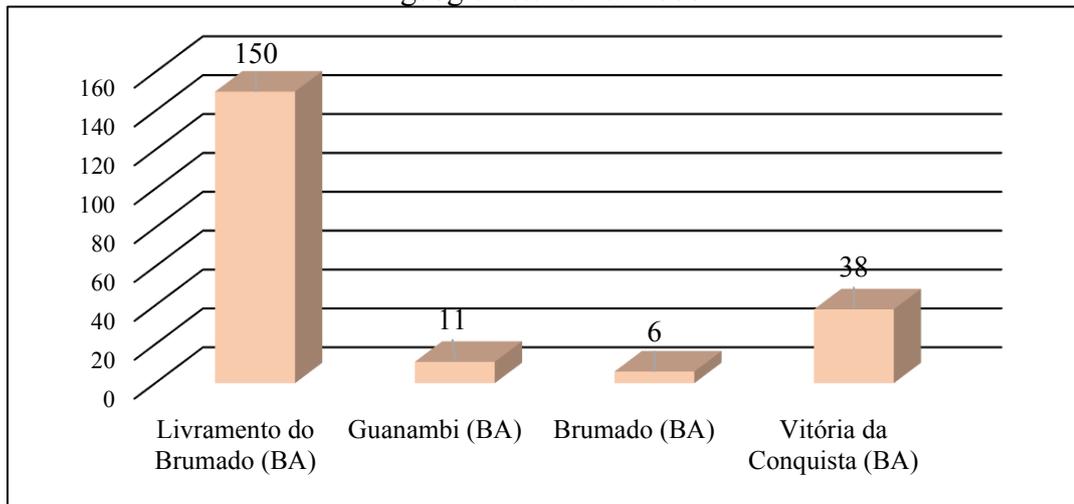
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Logo, mediante a lógica do mais-valor, o espaço é apropriado de forma desigual e, com isso, a fumicultura desenvolvida nessas regiões expressa a contradição ao ter a diferenciação como premissa a igualização na sujeição da renda da terra ao capital. Assim, a Região Sul considerada a maior produtora de tabaco do país, tem na produção do seu espaço a ação monopolista de empresas mundiais que atuam no setor fumageiro nacional via contrato de integração com os camponeses.

Já no Nordeste com o setor em crise, a presença das empresas tabagistas ocorre na produção de charutos, cigarrilhas e também no fumo em folha, em que o financiamento muitas vezes se dá por meio do “intermediário-financiador, cujas relações que mantém com as empresas exportadoras, financiam os fumicultores com a garantia do produto” (BAPTISTE, 1977, p. 18).

O município de Matina, que faz parte da Mesorregião do Centro Sul Baiano e da Microrregião geográfica de Guanambi, compõe, ao lado das microrregiões de Livramento de Nossa Senhora, Brumado e Vitória da Conquista, uma produção de fumo em folha estimada em 205 toneladas (conforme gráfico 01).

Gráfico 01: Quantidade produzida (toneladas) de fumo em folha seca por microrregião geográfica/Bahia- 2006



Fonte: SIDRA/IBGE

Org: SOUZA, Joelma Miranda C. de, 2018.

O fumo em folha produzido no município de Matina dá origem ao fumo de corda feito de maneira artesanal pelos próprios camponeses, que, após alguns meses de cura, fica pronto para ser comercializado.

2.2 Espaços desiguais na produção fumageira

A industrialização da agricultura, sobretudo no capitalismo monopolista significou a passagem da sujeição da renda da terra produzida pelo camponês, do capital comercial para o capital industrial, e, posteriormente para o capital financeiro, com a sujeição aos monopólios (OLIVEIRA, 2007a).

Na fumericultura tal passagem significou a extração da renda da terra realizada, não somente pelas empresas monopolistas, mas, também pelos intermediários que continuam a agir no setor, como mostra Baptiste (1977) ao trabalhar com a oferta de fumo na Bahia. Segundo ele

A produção do fumo obtida em milhares de pequenas lavouras chega aos armazéns das firmas exportadoras através de extensa rede de intermediários, na qual se destaca o agente. Em geral, os agentes são empregados das firmas e, além do salário fixo, recebem uma comissão sobre o volume de suas compras. São pessoas estabelecidas - na região onde atuam e que possuem prestígio político e facilidades de crédito. Da forma em que está organizado o sistema de intermediação, sua função é, através da concessão de adiantamentos em dinheiro e pelo fornecimento de adubo e sementes, garantir para a firma o suprimento de fumo. O agente comprador é, muitas

vezes, por conta própria, parceiro do lavrador, seja pela propriedade da terra cedida ou pelo empréstimo em dinheiro (BAPTISTE, 1977, p. 21).

A ação dos intermediários ou atravessadores na compra do fumo produzido pelos camponeses nas comunidades de Bumba e Sucesso ocorre anualmente. Vindos do município de Seabra, os atravessadores realizam a compra e repassam a produção para os proprietários das fábricas de beneficiamento. No entanto, a comercialização pode ocorrer diretamente também com os donos das fábricas que se deslocam até essas comunidades para poder realizar a compra.

Entende-se ainda que os camponeses produtores de fumo, não tendo outra maneira de escoar a produção, se veem obrigados a vender ao preço estabelecido pelos comerciantes e atravessadores. O fumo de corda, como é chamado, é comercializado no Kg e o preço varia ano a ano, podendo ser vendido de 8,00 R\$ a 10,00 R\$ o quilo (SOUZA, 2016).

Segundo Souza (2016) a partir do momento que o fumo produzido pelos camponeses nessas comunidades entra na esfera da circulação, já está havendo geração de valor e conseqüentemente apropriação da renda da terra. A totalidade que circunscreve esses camponeses é de um sistema de expropriação que alimenta toda uma cadeia produtiva para dar sustento à circulação internacional de acúmulo de capital. Pois como coloca Harvey

A continuidade do fluxo, que é tão essencial ao processo de circulação do capital, exige que a oferta de mercadoria de formações sociais e produtores não capitalistas seja assegurada numa base constante, e não episódica e insegura. Uma vez que as mercadorias do mundo não capitalista tenham sido lançadas no processo de circulação do capital industrial, algumas medidas têm de ser tomadas para garantir que o fluxo dessas mercadorias transcorra sem impedimento. Essa é seguramente uma das razões para o estabelecimento de certa relação de poder [...] por meio dos quais se assegura numa base contínua a cooperação de fornecedores não capitalistas de mercadorias essenciais para a reprodução da circulação do capital (HARVEY, 2014, p. 79).

A tendência do capital é converter toda produção, em produção de mercadorias e o meio para isso é incorporá-la em seu processo de circulação (HARVEY, 2014). Para isso, a ação do comerciante para converter o produto realizado via relações não-capitalistas, se torna um item fundamental para alimentar o mercado com produtos que contenham, em sua essência, o trabalho não-pago. De acordo com Harvey

Colocados em termos de valor, isso significa que os produtores vendem abaixo do valor para os comerciantes, que então vendem a mercadoria pelo

seu valor. [...] Por um lado, a relação é parasitária no sentido de que o comerciante não cria valor, mas simplesmente se apropria dele. Por outro lado, o capital dos comerciantes pode expandir o mais valor obtido pelo produtor mediante a aceleração da rotação do capital e da redução dos custos necessários da circulação (HARVEY, 2013, p. 127).

A conversão do fumo em mercadoria para a produção dos seus derivados via ação dos intermediários, é favorecida no bojo das relações com as empresas de capitais estrangeiros que instalam suas unidades de compra e beneficiamento do fumo, para posteriormente, exportar para as suas unidades sediadas em outros países. Esse processo, intrínseco a mundialização do capital, é segundo Chesnais (2000), altamente planejado pelas transnacionais, não sendo, portanto, operações comerciais livres, mas que são efetuadas no espaço privado interno do grupo. Para ele

[...] Um terço do comércio mundial resulta das exportações e importações entre as empresas pertencentes a grupos industriais que tem o estatuto de transnacionais, enquanto o outro terço tem suas trocas realizadas entre filiais de uma mesma sociedade localizada em países diferentes ou entre as filiais e a sede [...] (CHESNAIS, 2000, p. 7).

A monopolização dos produtos por meio da circulação faz com que os camponeses fiquem a mercê dos preços monopolistas estabelecidos pelas empresas, que pouco a pouco vai espremendo os representantes do capital comercial (os intermediários, atravessadores, atacadistas), os colocando em setores menos rentáveis da economia (OLIVEIRA, 2010). Sem, no entanto, abrir mão desses agentes para ampliar a circulação de produtos no mercado, como é o caso das empresas fumageiras do Nordeste, cuja atuação de intermediários é sustentada pelas próprias empresas que necessitam do fumo para produzir seus derivados.

Assim, as exportações do setor fumageiro baiano ocorre, na sua maior parte, pelo fumo em folha, apesar de existirem, segundo Oliveira (2006), mais de sete indústrias tradicionais de charutos e cigarrilhas na região do Recôncavo. A saber:

Tabela 01: Fábricas de charutos na Bahia, 2006.

EMPRESAS	CIDADES
Chaba - Charutos da Bahia	Alagoinhas
Dannemann ⁵	São Félix
Josefina	Cruz das Almas
LeCigar - Manuf. Tabaquera ⁶	Cruz das Almas
Menendez Amerino ⁷	São Gonçalo dos Campos
Paraguaçu	Cachoeira
Talvis	Cachoeira

Fonte: BRIANTI, 2013.

Org: SOUZA, Joelma Miranda C. de, 2018.

Utilizando do trabalho desenvolvido pelas famílias em pequenas propriedades, as empresas fumageiras baianas tem nas suas atividades um contingente de força de trabalho que ultrapassa 100 mil trabalhadores vinculados direta e indiretamente⁸. Para Oliveira

Na Bahia, somente na produção primária, essa atividade ocupa a mão-de-obra de 15 mil lavradores dos quais quatro mil no sistema integrado com as grandes firmas produtoras de fumo em folha e/ou charutos, três mil independentes e oito ocasionais. Na sua totalidade o setor fumageiro baiano possui 103.900 pessoas vinculadas direta e indiretamente a atividade (OLIVEIRA, 2006, p. 59).

Além das empresas charuteiras, a Sousa Cruz, subsidiária da *British American Tobacco*, atua em alguns estados do Nordeste. Sua espacialização no território nacional aponta para a ação monopolista desenvolvida ao longo dos anos com a modernização do processo de produção, utilizando maquinários modernos na indústria de cigarro; instalação de fábricas de beneficiamento e depósitos nas cinco regiões do país; e criando redes de

⁵ Produtora dos charutos das marcas Salvador, Menudo, Maduro, Especial, nº 1 e São Félix, além da linha Artist Line e as cigarrilhas Reynitas e Bahianos. Dentre as empresas produtoras de charutos, a Dannemann pertencente ao grupo suíço Burger, é a maior produtora e exportadora de fumos para charutos do Brasil (DANNEMANN; BRIANTI, 2013).

⁶ Criada em 1997 pelo tabaqueiro baiano, que atende pelo nome de Arend Becker e seu sócio Horst Hinrich Richard Schweers, teve suas atividades iniciadas em 1998 (LE CIGAR).

⁷ Empresa resultado da união do empresário baiano Mário Amerino da Silva Portugal com a família Menendez, antiga fabricante dos charutos Montecristo e H. Upmann em Cuba, responsável pela produção dos charutos da marca Dona Flor, Alonso Menendez e Aquarius (MENENDEZ AMERINO).

⁸ Os charutos no Recôncavo Baiano além de serem produzidos pelas empresas do ramo, também é produzido nas residências das famílias, que tem nessa confecção uma forma de aumentar a renda, mediante a comercialização no mercado informal. A confecção realizada predominantemente por mulheres tanto nas unidades fabris como nas residências domésticas, apontam, segundo Silva (2011) para as marcas de opressão das mulheres, bem como de suas lutas nas fábricas fumageiras e na própria casa (BRIANTI, 2013; SILVA, 2011).

distribuição com fornecimento constante de matéria prima via sistema de integração com os camponeses produtores (PEREIRA, 2015).

No entanto, a ação monopolista do Grupo *British Tobacco* encontrou resistência para expandir suas atividades em alguns estados, como é o caso do campo sergipano trabalhado por Oliveira Junior (2012) ao analisar a sujeição da renda da terra. Segundo ele, o espaço agrário de Sergipe passou por transformações com a introdução pela Souza Cruz⁹ da produção do fumo em estufa para confecção dos cigarros em carteiras, diferente do já realizado pelos camponeses que é “a produção destinada para o fumo em saquinhos” (OLIVEIRA, 2007b, p. 161). Segundo Oliveira Junior

Três fatores podem ser a explicativa para a retirada da Souza Cruz diante da não aceitação pelos pequenos produtores de integrar-se: a dívida contraída pelo produtor para a instalação da estufa onde era acomodada a produção para secar (28.000 R\$); o aumento da exploração do trabalho exigido no tipo de fumo que a empresa quer; e, pelo “poder” de influência que exerce nessa área o Maratá Fumo e o Fumo Rocha, que há décadas estão atuando no espaço agrário dos municípios da região do Centro Sul Sergipano, beneficiando/industrializando o fumo produzido nas unidades de produção familiar (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p. 166).

Para Oliveira Junior (2012, p. 166), a forma tradicional do fumo tem resistido à integração a indústria de cigarros Souza Cruz, pois o grau de dependência da produção familiar se torna maior ao adquirir o pacote tecnológico exigido pela empresa. Assim, os produtores de fumo, no caso específico de Riachão do Dantas - SE, preferem manter-se de forma mascarada, integrando as empresas Maratá Fumo e Rocha Fumo, atuantes na região.

Assim, as estratégias econômicas das corporações transnacionais do setor fumageiro viabilizam uma produtividade agrícola, cuja concentração de capital por meio de investimentos na agricultura, possibilita o país desenvolver um complexo agroindustrial que se expande via ação oligopsionista¹⁰. A presença de poucos compradores é notável no monopólio de 75% do mercado de cigarros no Brasil pela Souza Cruz

Que tem exercido a prática do monopólio total sobre os pequenos produtores, pois nem mesmo os chamados comerciantes locais escaparam de seu domínio, e foram transformados em simples comissionários da indústria que, assim, têm toda a estrutura de preço controlada (OLIVERIA, 2016, p. 44).

⁹ A Souza Cruz atua em Sergipe desde 2001 com a produção de fumos em folha direcionadas para curar (secar) em estufas: Atualmente existem 16 estufas em todo o estado, distribuídas nos municípios da Região Centro Sul (OLIVEIRA, 2007, p. 163).

¹⁰ Estratégia de mercado com poucos compradores e inúmeros vendedores (CAMPOS, 2013, p. 11).

O monopólio de 75% do mercado de cigarros contrasta com o número de 27 mil produtores integrados (SOUZA CRUZ, 2018) a Souza Cruz que trabalha via conjunto de Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), denominado pela empresa como.

[...] uma parceria técnico-comercial que viabiliza e facilita o acesso do produtor rural às sementes e aos insumos necessários para o plantio. Além disso, a Companhia assegura a compra de toda a safra, independentemente do seu resultado, e oferece assistência técnica por meio de orientadores agrícolas altamente capacitados (SOUZA CRUZ, 2017).

Segundo Martins (1980) nos chamados sistemas integrados, os lavradores passam a trabalhar para as empresas, embora conservando a propriedade nominal da terra. “Só que, nesse caso, a parcela principal dos ganhos fica para os capitalistas”.

Desenvolvendo o sistema de integração mais intensamente na Região Sul, a Souza Cruz como forma de atrair produtores para sua iniciante rede de integração naqueles estados, contratava filhos dos produtores de fumo como instrutores para dar assistência técnica e cuidar do andamento da lavoura, além de conceder financiamento para a construção das estufas, fornecendo os insumos necessários para realizar a produção. Com o financiamento, a Companhia arcava com os juros do empréstimo da construção e não os cobrava sobre o preço das mercadorias que deveriam ser pagas na safra (PAULILO, 1990). De acordo com Paulilo

A Companhia é, com relação ao empréstimo creditado ao fumicultor, apenas repassadora e avalizadora. Em resposta à pergunta se avalizar significava pagar a dívida quando o produtor não pode fazê-lo, formulada em entrevista junto a técnicos da Souza Cruz, foi nos respondido que o fumicultor não tem como não pagar, “só se ele fugir. A empresa debita os gastos com insumos da conta corrente que tem com o produtor. Quando ele entrega a produção, a dívida é descontada. Se não houver produção, existe um seguro que os produtores em geral fazem junto à Associação dos Fumicultores do Brasil-AFUBRA [...]. Relaxar a ponto de nada produzir é muito difícil para o agricultor, porque o instrutor “fica em cima”. Se ele entregar o fumo para outra empresa, o banco cobra-lhe a dívida usando seus mecanismos de pressão (PAULILO, 1990, p. 137).

Nos dias atuais essa política da Souza Cruz foi alterada, e o fumicultor passou a arcar junto ao banco, com os gastos tidos com a produção. Antes o próprio produtor recebia o dinheiro da empresa para os custos da lavoura e o acerto de conta era feito com os representantes. Atualmente, o fumicultor presta conta ao banco, firmando contrato com o órgão financeiro (PAULILO, 1990).

Segundo Silva (1991), o endividamento do camponês produtor de fumo ocorre porque ele não tem capital para investir na lavoura, tendo que recorrer ao banco com o endosso dado pela empresa para conseguir o financiamento. O empréstimo só é permitido pelo banco se o agricultor estiver com contrato assinado com a empresa integradora.

Como o dinheiro pago pela empresa a produção, muitas vezes, não é suficiente para cobrir com os gastos e pagar ao banco, muitos produtores acabam perdendo suas terras para o capital financeiro/produtivo. Para Silva

Os futuros pequenos produtores mercantis, serão nada mais que trabalhadores, semi-expropriados, com aparência de produtores autônomos de mercadoria, como os que existem hoje em dia. O que eles ganham não dá sequer para uma alimentação adequada. A sua roça está comprometida com o comércio, porque tudo que eles produzem, vendem para saldar dívidas bancárias. A apropriação que eles fazem do produto é mínima [...] (SILVA, 1991, p. 72).

Os padrões de qualidade exigidos pela empresa integradora extorque o pequeno produtor de fumo que vê sua produção classificada, de acordo com as exigências da empresa. A classificação feita, de acordo com a qualidade, determina se o fumo é de Primeira – Tipo 1, Segunda – Tipo 2 e Terceira – Tipo 3 (SINDITABACO, 2007). Essa classificação determina o preço pago pela empresa ao agricultor, qual o tipo do fumo será exportado, e ainda, quais irão abastecer as indústrias nacionais de cigarro. Conforme Silva

[...] os fumicultores não são só produtores de fumo, e sim de fumo de primeira. Este é o fumo exportado, sobre o qual recai a maior parte do lucro das empresas tabagistas uma vez que seus custos são mínimos. O maior deles incide sobre o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para a exportação que corresponde a 8,5% sobre o total do preço de fumo exportado. As folhas de fumo de classificação inferior são orientadas para a indústria nacional de cigarro e sobre elas recaem altos impostos, que o governo brasileiro cobra. Daí as firmas tabagistas priorizarem, indiscutivelmente, a produção de fumo de primeira pelos fumicultores [...] (SILVA, 2004 p. 101).

A Portaria nº 79, de 17 de março de 1994 do Ministério da Agricultura do Abastecimento e da Reforma que rege a classificação do fumo, se torna aparato jurídico legalizado pelo Estado para subordinar os produtores de fumo à lógica das empresas e das instituições financeiras. Assim, o “tabaco em folha produzido será classificado em grupos, subgrupos, classes, subclasses, tipos e subtipos, segundo o seu preparo, sua apresentação e

arrumação, a posição das folhas na planta, cor das folhas e sua qualidade, respectivamente (Portaria nº 79, de 17 de março de 1994).

O produto em questão pode ser desclassificado se apresentar:

1. Mau estado de conservação.
2. Mais de 20% (vinte por cento) de folhas ardidas.
3. Folhas mofadas, podres e folhas com talos não bem curados.
4. Folhas de brotos que, pelas suas características, não se enquadram em nenhum dos tipos e subtipos descritos.
5. Folhas umedecidas propositadamente.
6. Folhas torradas por excesso de calor no processo de cura.
7. Folhas com coloração verde capim.
8. Sinais evidentes de aplicação excessiva de defensivos agrícolas no tabaco ou, terem sido usados no tratamento defensivos ou produtos químicos proibidos pela legislação vigente.
9. Fragmentos de lâminas e talos com dimensões aquém das constantes nos subitens 1 e 2.
10. Sinais evidentes de contaminação do tabaco (contaminantes absorvidos ou impregnados) (Portaria nº 79, de 17 de março de 1994).

A classificação regida pela instrução normativa mostra como os camponeses integrados ao sistema produtivo das transnacionais perdem sua autonomia, se tornando reféns de um ciclo sustentado pelo endividamento financeiro. Assim, não só as empresas são beneficiadas com a apropriação da produção agrícola camponesa, mas também os bancos, que através dos créditos bancários, vias políticas de Estado, criam os liames de dependência do camponês, drenando a renda através dos juros de empréstimos concedidos (OLIVEIRA, 2010).

A articulação para a extração da renda da terra se desdobra numa cadeia de apropriação formada por representantes do capital comercial e do capital financeiro. “É assim que a riqueza criada pelos pequenos produtores vai muitas vezes se realizar nas mãos de outra classe social”, pois o “capital mesmo não se tornando dono da terra, cria as condições para extrair o excedente econômico, onde ela aparentemente não existe” (OLIVEIRA, 2010; MARTINS, 1995).

É nesse jogo complexo de operações e estratégias realizadas pelas transnacionais e pelas instituições financeiras que o Brasil assume, desde 1993, a posição de maior produtor mundial de fumo. Sua produção realizada pelos camponeses dos estados sulinos e nordestinos

assume a estatística oficial do governo como “produção do agronegócio”, geradora de receitas para o Estado e para as empresas monopolistas.

Os dados estatísticos levam para o maior volume exportado em 2007 com 700 toneladas, ficando nos últimos 10 anos na média de 583 toneladas. No ano de 2014 a produção exportada ficou na faixa de 476 toneladas, já em 2016, 483 toneladas. A tendência é a diminuição da produção mundial devido principalmente às campanhas antitabagistas¹¹ (SEAB, 2017).

A tabela 02 mostra a quantidade de fumo em folha seca produzida nas cinco regiões do país. O Sul e o Nordeste permanecem como os maiores produtores, sendo a Região Sul a maior produtora, realizando uma produção de 961.112 toneladas.

De acordo Silveira et al (2012) a Região Sul se especializou em fornecer ao mercado internacional o fumo do tipo claro das variedades *Burley* e *Virginia*. Esse tipo de fumo é utilizado na confecção de cigarros, por ser do tipo *flavour*, que dá sabor ao cigarro. Enquanto nos estados nordestinos, como Bahia e Alagoas tem-se a grande predominância do fumo tipo escuro utilizado na fabricação de charutos e cigarrilhas.

Tabela 02: Quantidade produzida de fumo (toneladas) – 2006

REGIÃO	FUMO EM FOLHA SECA
Norte	174
Nordeste	53.283
Sudeste	454
Sul	961.112
Centro Oeste	18

Fonte: SIDRA/IBGE, 2006.

Org por: Joelma Miranda C. de Souza, 2018.

Segundo Souza (2016) a produção do fumo no Nordeste segue a lógica financeira internacional, ao ter sua produção exportada para vários países em forma de charutos e cigarrilhas, sendo boa parte destinada a abastecer o mercado interno. Os países importadores

¹¹ A adesão do Brasil a Convenção Quadro com sua ratificação em 2005, por meio do Decreto Legislativo nº 1012 de 27 de outubro de 2005 tinha como atribuição não proibir o plantio do fumo no Brasil, se comprometendo ao mesmo tempo via políticas estaduais e federais diversificar a produção agrícola das áreas produtoras de tabaco. As principais atribuições da Convenção são: adoção de medidas intersetoriais nas áreas de propaganda, publicidade, patrocínio, advertências sanitárias, tabagismo passivo, tratamento de fumantes, comércio ilegal de cigarros, preços e impostos (SEAB, 2017).

do fumo nordestino são: Países Baixos, Indonésia, Alemanha, Bélgica, República Dominicana, Portugal, Suíça, Reino Unido e EUA (OLIVEIRA, 2006, p. 59).

A produção nacional concentra-se nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e nos estados do Nordeste, Alagoas e Bahia, tendo os outros estados uma participação mínima quando comparado com o grau de produtividade e o complexo agroindustrial presente nessas duas regiões. A tabela 03, a seguir, mostra a área ocupada e a produção do fumo para os anos de 2016/2017.

Tabela 03: Principais estados produtores de fumo – Área e produção – 2016/2017

ESTADOS	ÁREA	PRODUÇÃO
RIO GRANDE DO SUL	190.000	417.000
SANTA CATARINA	112.000	254.000
PARANÁ	75.000	188.000
ALAGOAS	10.600	13.500
BAHIA	3.800	1.000
OUTROS	800	1.000
BRASIL	392.200	877.100

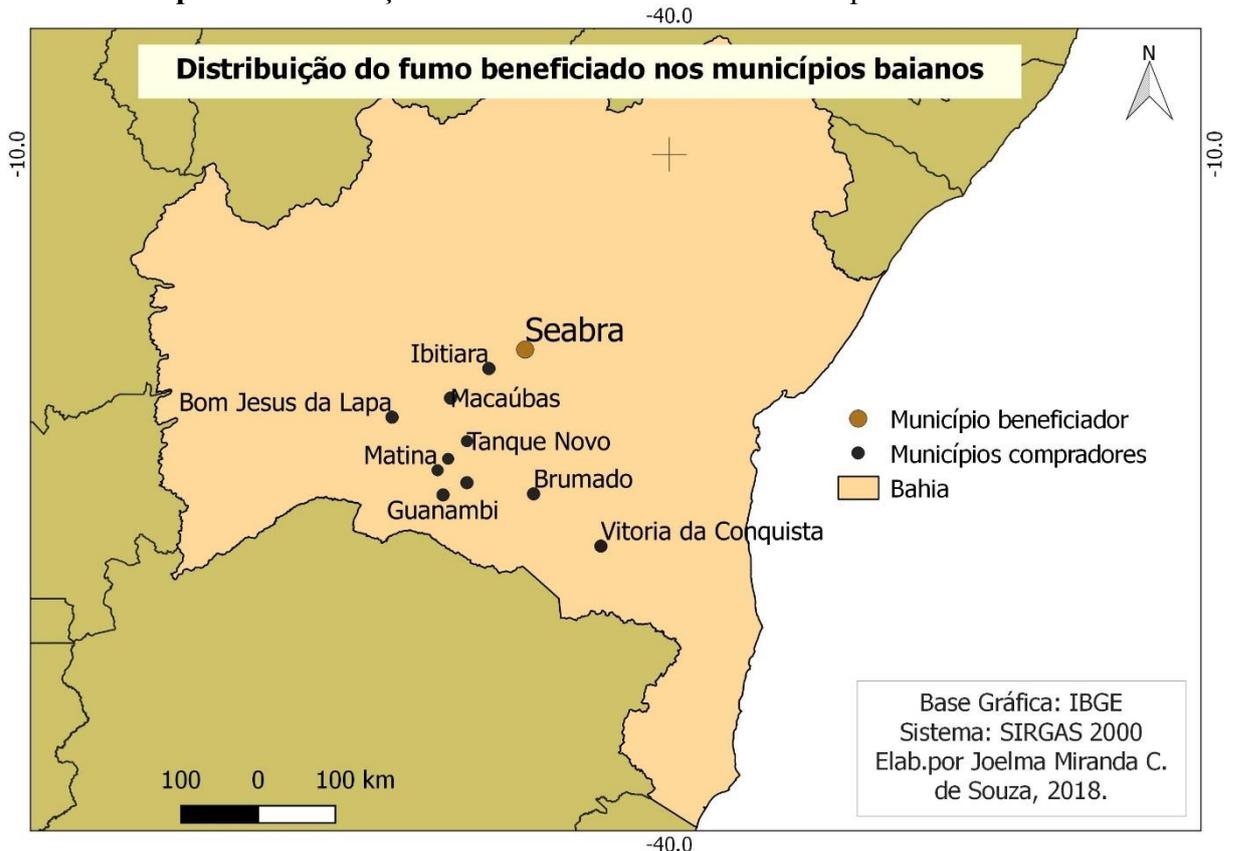
Fonte: IBGE, SEAB/DERAL

Org. por: Joelma Miranda C. de Souza, 2018.

Os estados do Sul lideram a produção, que se volta quase inteiramente para o mercado externo, já Alagoas e Bahia além de atender ao mercado internacional, principalmente com a produção de charutos e cigarrilhas, abastece o mercado interno com fumos de baixa qualidade e com o fumo de corda.

Com uma produção estimada em 1000 toneladas para o biênio 2016/2017, o estado baiano tem em muitos dos seus municípios uma produção voltada a atender o mercado interno do próprio Estado, como se nota no município de Matina, onde a produção realizada nas duas comunidades em estudo, voltam, depois de beneficiada, para as cidades de Vitória da Conquista, Igaporã, Bom Jesus da Lapa, Macaúbas, Caetité, Ibitiara, Brumado, Tanque Novo, Paramirim e Guanambi, como mostra o mapa 01 abaixo.

Mapa 01: Distribuição do fumo beneficiado nos municípios baianos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A produção fumageira realizada nessas pequenas propriedades camponesas mostra como a tríade produção/circulação/consumo se estrutura na construção de um mercado, em que, desde os municípios, cujo desenvolvimento econômico é “inexpressivo”, entram na órbita do mais-valor se integrando as economias nacionais e internacionais, pois, entende-se que no espaço produzido sob o domínio do capital, a integração espacial é uma necessidade da universalização do trabalho abstrato, na forma de valor (SMITH, 1988). E é nessa lógica de integração, que a produção realizada pelos camponeses, nos mais diversos municípios do país, forma uma fração produtiva para abastecer o mercado interno e externo, forjando relações de trocas desiguais em situações diferenciadas de rotação do capital (SILVA, 2001).

Para Silva (1991, p. 30) “[...] o produto que sai de um circuito produtivo em uma totalidade de espaço pode se tornar mercadoria em outra, ser realizado enquanto valor em outra e assim, chegar ao consumidor que não tem nada a ver com o produtor direto [...]”. Com isso, o fumo produzido nos municípios brasileiros é importado por países da União Europeia que representa 43% das exportações brasileiras, conforme tabela 04. Bélgica se destaca com 19%, pois representa a porta de entrada do produto para Holanda, Alemanha, Suíça e França,

em função do Porto de Antuérpia (OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO, 2017).

São os consumidores desses países que vão adquirir os derivados do fumo produzido nas pequenas propriedades camponesas dos municípios brasileiros. Afinal, qualquer que seja o espaço geográfico, ele contém na sua essência a alienação, o fetichismo, a reificação incorporada à mercadoria (SILVA, 1991).

Tabela 04: Principais importadores do fumo brasileiro – 2016

União Europeia	43 %
Extremo Oriente	25%
América do Norte	11%
Leste Europeu	8%
África	7%
América Latina	6%

Fonte: MDIC, SECEX, SINDITABACO.

Org: SOUZA, Joelma M.C de, 2018.

Ainda segundo a tabela 04 o Leste Europeu se desponta com 8% das importações. De acordo com Silveira e Dornelles (2010), nessa região após a queda do Muro de Berlim e com o avanço da economia capitalista houve um progressivo aumento no consumo de cigarros. Entre os anos de 2014 e 2017 as exportações ficaram à margem de variação de 7% a 9%. Já países africanos respondem apenas com 7% das importações.

Zimbábue, Malawi e África do Sul vêm se consolidando na produção de tabaco no cenário mundial. Só na África do Sul ocupa uma área de 13.234 hectares de terra arável; Malawi, maior produtora responde por uma área de 183.052 hectares “(uma quantidade impressionante considerando o pequeno tamanho do país)”. O segundo maior produtor é o Zimbabwe que cultiva tabaco em 79.917 hectares de terras aráveis (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, 2012).

De acordo com Silveira e Dornelles (2010) a produção do tabaco no Malawi é realizada, em sua maioria, nas pequenas propriedades, cuja produção não é intensiva e especializada. Mesmo nas grandes propriedades, realiza-se, através de emprego manual, com pouco emprego de maquinaria, fato vinculado a baixíssima remuneração dos trabalhadores empregados na produção

Até 1989, havia um rigoroso controle da produção de tabaco pelo governo, em que somente os proprietários de terra podiam produzir tabaco, uma vez registrados e com a posse da licença concedida pela Comissão para o Controle do Tabaco, órgão regulador governamental. A partir de 1995, no bojo de um conjunto de reformas econômicas estruturais recomendadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, e adotadas pelo governo de Malawi, houve uma progressiva liberalização das condições de produção e da comercialização de produtos e insumos agrícolas, o que contribuiu para o rápido crescimento da produção de tabaco, sobretudo da variedade *Burley* (SILVEIRA; DORNELLES, 2010, *apud* FAO, 2003).

De modo geral, os principais produtores de tabaco do mundo são os países pobres ou em desenvolvimento, respondendo por 81% da produção mundial (SILVEIRA; DORNELLES, 2010). Isso decorre da diminuição da participação dos países desenvolvidos, cujas empresas transnacionais instalam suas filiais nos países semiperiféricos devido ao baixo custo da produção, ao ter nos camponeses os principais fornecedores da matéria-prima para alimentar suas indústrias. Os dados divulgados pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - DESER (2007, p. 24) revela que “[...] no Brasil o preço recebido pelo produtor é 4,5 vezes menor que nos Estados Unidos, 7,5 vezes menor que na Europa e 13,5 vezes menor que no Japão [...]” o que leva a produção de fumo realizada no Brasil ser competitiva no mercado internacional.

A forma como a cadeia produtiva do fumo está estruturada, liga-se intrinsecamente a própria lógica da mundialização da agricultura que requer uma produção agrícola cada vez mais crescente para atender as demandas do mercado mundial. Não só as produções do fumo das Regiões Sul e Nordeste estão sob o monopólio das empresas mundiais, as transnacionais do ramo fumageiro estendem seus tentáculos a todas as regiões do globo, apropriando da produção realizada de diversas formas em diversos espaços.

Nesse sentido, observa-se que a estrutura planejada pelas transnacionais monopolistas para se apropriar da renda terra, seja ela em grandes propriedades ou em pequenas, como na produção fumageira, não se resumem apenas aos mecanismos para apropriação do excedente agrícola. Antes mesmo de efetuar a extração da renda fundiária, o aparato ideológico é forjado como premissa para a sujeição camponesa aos imperativos do capital.

A atividade fumageira carrega o substrato ideológico para sujeitar os camponeses aos preços impostos pelo mercado, seja por meio da integração que carrega um forte discurso da agricultura familiar ou, pelas políticas do Estado que fortalecem a sujeição dos produtores de fumo aos preços monopolistas.

Tentando compreender o discurso ideológico na produção fumageira, no próximo capítulo será analisada a contradição do “novo” discurso da agricultura familiar intensamente utilizado pelas empresas integradoras e pelo Estado como forma de propor uma agricultura cada vez mais integradora ao merca.

3 A MÁSCARA DO MODERNO COMO AGRICULTURA FAMILIAR

A modernidade nos chega, pois, pelo seu contrário e estrangeira, como expressão do ver e não como expressão do ser, do viver e do acontecer. Chega-nos como uma modernidade epidérmica e desconfortável sob o fardo nas costas do escravo negro, ele mesmo negação do capital e do capitalismo, embora agente humano e desumanizado do lucro naquele momento histórico. Se propõe muito mais como estratégia de compreensão e de administração das irracionalidades e contradições da sociedade capitalista do que como disseminação ilimitada da racionalidade ocidental capitalista.

*José de Souza Martins,
A sociabilidade do homem simples.*

3.1 A contradição do “novo” discurso da agricultura familiar

A difusão do conceito de agricultura familiar propagado na monopolização do território pelo capital, entendendo ambos como não dissociados nas interfaces de um projeto de ampliação da mais-valia, significa em sua gênese a extração da renda da terra nas pequenas propriedades camponesas.

A apropriação da renda da terra sob a difusão do conceito de agricultura familiar é engendrado pelo "Estado na eliminação das diferenças e na promoção ao equivalente" (MARINI, 1996, p. 140). Pois, a tendência do capital em equalizar tudo e todos sob a lógica do mais-valor é realizado sob a ideologia dominante na propagação da igualdade, em que todos os sujeitos podem se integrar ao mercado como produtores de mercadorias e consumidores subsumidos ao mercado mundial do capital.

Para Oliveira Junior “[...] a produção camponesa que sempre foi colocada à margem das políticas do Estado, passa a ocupar um lugar estratégico nas novas/velhas táticas do capital via política de desenvolvimento rural [...]” (OLIVEIRA JUNIOR, 2016, p. 293). Os camponeses se tornam, segundo a ideologia dominante, os protagonistas para um Novo Rural, resumido por Graziano da Silva e Grossi (2001, p. 170) em três grandes grupos de atividades

a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados (GRAZIANO DA SILVA; GROSSI, 2001, p. 170).

O capital na legitimação desse Novo Rural atua no campo como uma via de mão dupla, como afirma Souza (2008, p. 294), pois além de garantir a expansão do agronegócio, também cria as condições para apropriar do produto excedente gerado pela agricultura camponesa

[...] assim sendo, o objetivo central passa a ser transformar estes sujeitos sociais (os camponeses) em “novos” personagens, mais adequados ao modelo produtivo, ou melhor, completamente inseridos de forma subordinada, daí o discurso da agricultura familiar. Com isso, reproduz a força de trabalho camponesa, mas não o conteúdo político, de classe, que historicamente caracterizou estes sujeitos sociais (SOUZA, 2008, p. 294).

O Novo Rural colocado é consolidado na não alteração da estrutura de classe da sociedade. A ideologia dominante cumpre seu papel na preservação do *status quo* capitalista e o discurso da agricultura familiar como uma das formas que esta ideologia assume, visando legitimar os interesses de classe no espaço agrário (FIALHO; ALMEIDA, 2017, p. 89).

Assim, a ideologia burguesa utilizando-se de suas instituições, cria e propaga uma denominação, mas que nas condições concretas vividas por aqueles trabalhadores, não altera a essência de sua construção social.

Os novos conceitos servem para manter a estrutura em crise em pleno funcionamento, pois, como colocado por Mészáros (2014, p. 327) “[...] a ordem socioeconômica estabelecida deve constantemente se ajustar às condições mutáveis de dominação [...]”. Com isso, se torna necessário “reinventar” o camponês. A sua designação como atrasado não responderia as adjetivações cunhadas para representar as “novas ruralidades” construídas sob a égide do neoliberalismo a partir da década de 1980.

Diante desse fato, a ideologia cumpre sua função na manutenção da ordem dominante ao propor uma agricultura familiar que corresponda ao processo de mundialização do capital sem alterar a essência da exploração que são submetidos. Procura-se nivelar numa unidade orgânica (MÉSZÁROS, 2014) a heterogeneidade do campo brasileiro, na desconsideração latente do embate de classes forjado com o avanço da territorialização e da monopolização do território pelo capital.

A ideologia dominante no interesse de manter o *status quo*, pode permitir a “unidade orgânica”, sem, no entanto, alterar o quadro estrutural de reprodução hierárquica de dominação e subordinação, bem como sua aparência de unicidade que permeiam o discurso ideológico (MÉSZÁROS, 2014). Segundo Mézáros

[...] Não importa quão profundamente divididas e antagonicamente dilaceradas em seus relacionamentos estruturais básicos sejam as sociedades de classe, elas devem ser capazes de operar, em circunstâncias normais, como conjuntos integrados (e, nesse sentido, “sistemas orgânicos”), com exceção daqueles períodos de explosão que traçam a linha de demarcação histórica entre uma e outra formação social (MÉSZÁROS, 2014, p. 328).

O conceito de agricultura familiar como parte do “mundo sem fronteiras” se reforça no processo de internacionalização do capital em que a necessidade de avigorar a mundialização da agricultura, permite inserir as populações camponesas nos territórios de monopólios do capital em que a sujeição da renda da terra ocorre pela territorialização e pela monopolização do capital.

O paradigma do capitalismo agrário se institui, assim, como meio de fortalecimento da ideologia dominante ao colocar as desigualdades geradas pelo sistema sociometabólico do capital como um “problema conjuntural a ser resolvido por meio de políticas de integração do campesinato ao mercado capitalista” (FERNANDES, 2016, p. 317).

Do Pronaf ao Bolsa Família, é necessário se reconhecer como agricultor familiar. Com documento que atesta essa identidade e, sobretudo, seu lugar na estrutura de classe da sociedade, o documento de Aptidão Agrícola (DAP) oficializa a posição de subordinação ao capital financeiro.

Designado como documento de identificação da agricultura familiar que pode ser obtido, tanto pelo agricultor familiar, quanto por empreendimentos familiares rurais como associações, cooperativas, agroindústria, o DAP é o passaporte para que agricultores familiares tenham acesso às políticas públicas, dentre elas o crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (BRASIL, 2016).

Para a Lei nº 11.326/2006 de 24 de Julho de 2006

[...] é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (BRASIL, 2016).

Segundo o MDA (2016), quem tem direito ao DAP é o produtor que tenha área rural de até quatro módulos fiscais, fonte de renda das atividades de exploração da propriedade e possui renda bruta anual de até R\$ 360 mil.

O Estado não atua apenas materialmente com seu aparato de leis acima da sociedade, esse se torna o reducionismo imposto com seus propósitos ideológicos. O Estado penetra nas relações sociais forjadas na família, na escola, na igreja, imprimindo em cada indivíduo o sentimento da “eternização do mundo do capital” (MÉSZÁROS, 2014). Como salienta Sposito

Crer que o Estado, pela hegemonia conquistada, torna-se superior à sociedade civil, crer que se estabelece ao nível de uma instância, que ele não contém o conjunto e não está presente em cada parte é um equívoco. Nada mais equivocado que a metáfora da instância, pois ela significa não compreender a inerência do político nas relações sociais, as relações de dependência e de poder que atravessam dominadores e dominados, governantes e governados; relações que penetram a família, a sexualidade, o ensino, a moral e os valores, o espaço e a vida cotidiana [...] (SPOSITO, 1996, p. 45).

Carregada de conceitos ideológicos, a agricultura familiar é, em si, uma relação social embrenhada no ato político, formada a partir do papel do Estado que penetra em todos os escalões da vida social (SPOSITO, 1996), reproduzindo um discurso fundado nas possibilidades de melhores condições de vida, com o aumento do poder aquisitivo e o acesso aos meios tecnológicos que, até então, pareciam inacessíveis. Contudo, é válido ressaltar que

[...] não se propõe negar toda e qualquer possibilidade de que os camponeses possam ter acesso a determinadas tecnologias e também se apropriar de parte da estrutura do Estado (que são destinadas, em sua maioria, aos grandes latifundiários e empresas rurais do país). Mas, o que se questiona são os reais objetivos do desenvolvimento de tais projetos, quando muito se fala da integração ao mercado e nada se considera das reais condições de vida dos assentados, de forma que estes possam ter maior autonomia, até mesmo para comercializar seus produtos. O conceito utilizado pelos projetos governamentais é o de agricultor familiar, considerado o caminho para o campo brasileiro [...] (SOUZA, 2008, p. 300).

O camponês contraria os prognósticos e se reafirma enquanto classe social presente, ora como posseiro, meeiro, ora como geraizeiros, pequizeiros que se deslocam de um lugar a outro em busca de chão para fincar suas raízes

O campesinato brasileiro faz de tudo, produz de tudo, de várias formas, nos diversos biomas, nos inúmeros agroecossistemas, nas centenas de microclimas, de maneira integrada, convivendo com as especificidades de cada local, vivendo com o que a natureza responde sem ser agredida e destruída em cada cantão, encosta de serra, beira de rio, fundo de pasto, mata adentro, sob chuva intermitente, sob sol causticante, sob geada de inverno: o melhor mapa rural do Brasil é o mapa da diversidade da presença camponesa (GORGEN, 2016, p. 103).

A ideologia dominante ao negar o camponês enquanto classe reforça os subsídios para que a agricultura familiar continue sendo a massa geradora de produção excedente a ser apropriada pelas multinacionais na integração ao mercado. Responsabilizando-as pela “continuidade do seu ritmo de produção” e retirando do circuito do capital quando estas não mais oferecem seus produtos

Compreensivelmente, a ideologia dominante tem a grande vantagem na determinação do que pode ser um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarado é pequeno, tanto por causa da relação de forças existente quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicado às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida (MESZÁROS, 2014, p. 59).

O fato é que, sob o discurso do “novo”, a agricultura familiar faz a legitimação da expropriação da renda da terra com as velhas estruturas da suposta modernidade. Forjada na materialidade do desenvolvimento desigual em que as forças produtivas e as relações sociais não ocorrem no mesmo ritmo (MARTINS, 2017). Assim, o camponês não cabe na modernidade que chega, pois ele é “passado e residual diante do desenvolvimento econômico”. Sobre a máscara do moderno ele se metamorfoseia na racionalidade do lucro e da lógica empreendedora, como se no real, viver o “novo” lhe proporcionasse a humanização e a integração, ao invés da (des) integração.

3.2 (Des) integração ao mercado na produção fumageira

O discurso da agricultura familiar é utilizado maciçamente pelas transnacionais e pelo Estado como forma de divulgação da intensa produção realizada por pequenos agricultores em suas unidades de produção. A empresa Souza Cruz subsidiária da *British American Tobacco*, “ocupando posição confortável entre as 15 maiores companhias britânicas em capitalização de mercado” (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2010), apresenta em seu *site* oficial a ênfase na agricultura familiar com o que eles denominam de Sistema Integrado de Produção de Tabaco - SIPT

A primeira grande iniciativa da Souza Cruz para valorizar a agricultura familiar foi feita em 1918, quando a companhia criou o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT). Aprimorado ao longo dos anos, o modelo de parceria técnico-comercial garante ao produtor integrado insumos, sementes, capacitação técnica e a venda de toda a sua safra.

O SIPT é referência nacional no agronegócio e, principalmente, na agricultura familiar, base da produção de tabaco no Brasil. Atualmente, a Souza Cruz possui 27 mil produtores rurais integrados, que, em geral, possuem pequenas propriedades e fazem do tabaco uma de suas mais importantes atividades econômicas (SOUZA CRUZ, 2018).

A agricultura familiar é vista, segundo Fernandes (2016), “[...] apenas como parte dos sistemas agrícolas e pecuário do complexo de sistemas do agronegócio, onde sua relação sempre é subordinada, embora seja chamada de integração [...]”.

Para Schneider (2003), que sustenta a utilização da agricultura familiar e sua pluriatividade mediante desenvolvimento de atividades não agrícolas, esse conceito foi capaz de dar guarida a várias categorias sociais como: assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria, entre tantos outros, uma vez que eles não poderiam ser identificados “confortavelmente” como trabalhadores rurais ou pequenos produtores.

O discurso da agricultura familiar, com a proposição de dar guarida à heterogeneidade do campo mostra “a dimensão estrutural da reprodução ampliada do capital em suas ações remediadoras, na busca por soluções dos problemas e contradições” inerentes a sua própria lógica de desenvolvimento desigual (MÉSZÁROS, 2011, p. 174).

É nessa lógica que a mobilidade do capital impera como determinante nas unidades camponesas produtoras de fumo ao inserir o discurso da agricultura familiar como sinônimo de desenvolvimento rural. A integração ao mercado é sob esse viés, trabalhada de múltiplas

formas, seja através de sistema de integração com as empresas tabagistas, ou como fornecedores indiretos da produção excedente.

Nesses dois casos a agricultura familiar promove a extração da renda da terra sob o discurso ideológico da possibilidade de melhoria de vida. Realiza-se, nesse sentido, a sujeição da renda da terra ao capital, não apenas na entrega direta da produção do fumo as empresas tabagistas, mas também ao sistema financeiro, estruturado para atuar no campo como expropriador da renda da terra mediante uso de empréstimos. Segundo Martins

O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida com a garantia de empréstimos para investimento e, sobretudo para custeio de lavouras. Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela [...] (MARTINS, 1995, p. 176).

A produção, resultado dos longos dias de trabalho no roçado, não se realiza nas mãos de quem o produziu, a renda flui disfarçadamente para os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a força de trabalho incrementando as taxas de lucro das grandes empresas (MARTINS, 1995, p. 177).

Com isso, a concessão de crédito vias políticas como o PRONAF, constitui como meio de sujeição da renda ao sistema financeiro, pois tendo como objetivo “liberar recursos para o empreendimento do agricultor para fortalecer a atividade familiar”, o empréstimo é realizado como prazo de reembolso já estabelecido pelo banco. Segundo um agricultor (Informação verbal) entrevistado na área em estudo “Não tive dificuldade de receber o PRONAF e nem de pagar, pois eu mesmo pego parte do dinheiro e invisto pra depois pagar o banco. Compro uma vaca e depois que ela pare, vendo ela e crio o bezerro” (Informação verbal)¹².

Outro agricultor fala que,

O meu mesmo já é quatro parcelas, e já tô acabando de pagar as 4 parcelas com o dinheiro do próprio banco. Mas no caso ai eu fiz meu próprio trabalho, porque tipo assim, a maioria das coisas que ia pagar eu mesmo fiz, igual eu ia pagar gente pra me ajudar fazer cerca ai eu mesmo fiz a cerca. Os esticador eu comprei um pouco, eu tinha já do meu e tirei um pouco já do meu, ai já foi sobrando dinheiro. Eu fiz pra palma, ai as palmas eu mesmo plantei, já tinha as mudas; até as mudas no projeto botava como que eu tinha

¹² Entrevista concedida por camponês B, [Abril de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

que comprar, e eu tinha as mudas e plantei as palmas. Agora para o fumo no dizer deles não tem não, que não tem esses negócios pra lavoura de fumo na internet (Informação verbal)¹³.

A sujeição da renda da terra ao capital financeiro se desdobra em inúmeros mecanismos, como constatado na fala do entrevistado, para sujeitar o camponês ao pagamento em tempo estipulado pelo banco. A venda da produção agrícola e de animais de criação para a obtenção do dinheiro se constitui no interior do sistema bancário, meio de conversão da renda da terra em capital. Pois, o crédito concedido é convertido em produto pelo camponês que no circuito de pagamento imposto pelo banco, se torna novamente valor monetário acrescido de juro a impulsionar a circulação do capital. Para Harvey

O Estado tipicamente afeta e se relaciona com a circulação do capital que rende juros em um espectro de atividades bem mais amplo do que este. Ele estabelece a estrutura legal e institucional e com frequência designa os canais extremantes diferenciados através dos quais o capital que rende juros circula nas diferentes atividades, como na dívida do consumidor [...](HARVEY, 2013, p. 416).

As políticas estatais são forjadas em resposta as exigências do capital financeiro (HARVEY, 2013, p. 384), cujo conteúdo ideológico se estrutura no espaço agrário como políticas de agricultura familiar integrada ao mercado, como pode ser vista na Cartilha do Banco do Brasil contendo as cláusulas do contrato¹⁴.

Para tanto, como relatado pelo camponês entrevistado na comunidade de Bumba, há restrições de crédito via PRONAF para a produção de fumo¹⁵. Segundo o INCA– Instituto Nacional do Câncer:

A partir de abril de 2001, com a publicação, pelo Banco Central, da Resolução n.º 2.833/2001, fica vedada a concessão de crédito relacionado à

¹³ Entrevista concedida por camponês C, [Abril de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

¹⁴ O agricultor familiar pode contar com o Pronaf do Banco do Brasil. Todo seu do plantio à colheita. Banco do Agricultor Familiar (BANCO DO BRASIL).

¹⁵ Recentemente, em julho de 2016, a Resolução do Banco Central (Bacen), n.º 4.483, tornaria mais rígidas as regras para os agricultores familiares produtores de tabaco acessarem as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A resolução, que entrou em vigor no dia 1º de julho, estabelecia que, para os fumicultores acessarem o Pronaf 2016/2017, deveriam comprovar que 30% do total da receita bruta da sua propriedade viesse de outras culturas. A regra anterior estabelecia o percentual de 20%. A receita gerada por outras atividades deverá ser maior nos anos seguintes, de 40% a partir da safra 2017/2018 e de 50% no ano agrícola de 2018/2019. Contudo, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) solicitou ao Ministério da Fazenda, após amplo debate com fumicultores e lideranças do setor, para reduzir o índice de diversificação da produção de fumo para 20% já nesta safra 2016/2017. Com a decisão do Bacen, o percentual de comprovação permanece de 20%, como na última safra. O índice de diversificação da produção de tabaco passará para 25% na próxima safra (2017/2018) e subsequentemente 30% (2018/2019), 40% (2019/2020) e 50% (2020/2021)” (INCA, 2017).

produção de fumo, em regime de parceria ou integração com a indústria do fumo, utilizando recursos do Tesouro Nacional. Ou seja, os recursos antes disponibilizados pelo Tesouro Nacional (o que igualava a situação de financiamento para a fumicultura, quanto para alimentos, por exemplo) passam a se originar de outra fonte, que são as exigibilidades bancárias. Dessa forma, o Governo deixa de subsidiar diretamente a fumicultura, mas ao mesmo tempo, não permite que os fumicultores sejam prejudicados, posto que cria a possibilidade de acesso a outra **linha de financiamento que não a pública** (GRIFOS NOSSO).

Ao mesmo tempo em que o Estado impõe medidas a concessão de créditos aos camponeses produtores de fumo pelo PRONAF, ele cria os liames para que as empresas tabagistas estabeleçam parceria com o sistema financeiro com objetivo de financiar os produtores integrados. Para Silva

Os futuros pequenos produtores mercantis, serão nada mais que trabalhadores, semi-expropriados, com aparência de produtores autônomos de mercadoria, como os que existem hoje em dia. O que eles ganham não dá sequer para uma alimentação adequada. A sua roça está comprometida com o comércio, porque tudo que eles produzem, vendem para saldar dívidas bancárias. A apropriação que eles fazem do produto é mínima [...] (SILVA, 1991, p. 72).

O fato é que as transnacionais do setor fumageiro demandam crescentes somas de capital para financiar sua expansão ao redor do mundo e, simultaneamente os bancos veem nessas empresas meios de obterem o capital (SILVEIRA; DORNELLES, 2010)

Assim, essa sinergia entre capital financeiro e capital industrial se reforça no próprio processo de expansão do mercado mundial do tabaco e, simbolicamente, se consolida quando observamos que em quase todos os conselhos administrativos das empresas multinacionais tabaqueiras há a presença de representantes de instituições financeiras¹⁶, fundos de pensão, entre outros (SILVEIRA; DORNELLES, 2010, p. 7).

Assumindo o papel de guardião dos interesses do capital financeiro e produtivo, o Estado se incumbem de garantir a reprodução ampliada do capital, mediante o fortalecimento da agricultura familiar em que as políticas públicas instauradas no campo se tornam, na

¹⁶ Segundo Harvey (2013, p. 416), “colocar os líderes corporativos nos conselhos dos principais bancos e indicar presidentes de banco para diretores de corporações parece uma tentativa inútil de estabelecer uma unidade organizacional diante de um processo repleto de contradições. Os padrões de controle das corporações por parte dos bancos, os dos bancos por parte das corporações, tem de ser visto como parte de um eterno processo organizacional para aumentar a capacidade de sobrevivência do capitalismo diante de suas próprias contradições internas”.

realidade, meio garantidor de drenagem de renda, pois, incentiva o pequeno produtor a aumentar a produtividade vendendo o excedente para o mercado.

O aumento da produtividade é arquitetado sob a assistência técnica, melhoramento de infraestrutura para escoamento da produção e implantação de unidades de beneficiamento dos produtos primários, que, ao longo prazo, se constitui nos significativos ganhos de atração para os monopólios.

Dessa forma, por mais que o Estado impõe medidas à concessão de crédito pelo PRONAF para os produtores de fumo, a absorção desses fumicultores a lógica do mercado é assumida nas relações estabelecidas com as empresas, pois, o aumento da produção para venda, assim como na garantia de crédito para o financiamento dos custos da lavoura, se constituem em uma teia de subordinação tecida pelas engrenagens do capital financeiro e produtivo.

Por isso, na órbita das políticas do Estado, o camponês se torna agricultor familiar funcional aos interesses dos monopólios estabelecidos no campo. A heterogeneidade é desconsiderada e os camponeses se tornam produtores de excedentes a serem apropriados pelas empresas monopolistas, que veem nas políticas estatais, meios de engrenar a extração da renda da terra sem ter que assumir os custos com a força de trabalho e de produção

Nesse processo, sob os imperativos do capital criam-se novas formas de concepção para o campo, uma tentativa de mascaramento e homogeneização da realidade desse espaço. Então, para atender aos anseios da (re) produção do capital, descontrói-se ideologicamente o sujeito histórico camponês e surge em seu lugar o Agricultor Familiar. No campo o capital busca sua valorização através da sujeição da renda da terra, mesmo sem o assalariamento ele consegue converter a riqueza em capital (OLIVEIRA JUNIOR, 2016, p. 09).

Desse modo, o conceito de agricultura familiar nas campanhas de marketing das empresas fumageiras se fortalece no viés de incentivo à integração como sinônimo de rentabilidade para as famílias. Para *Alliance One International*, empresa norte americana que fornece matéria-prima para fabricação de cigarros

Somos fortalecidos quando os recursos naturais são preservados. Por isso a Alliance One incentiva seus produtores integrados a adotarem práticas sustentáveis, assim ao mesmo tempo que é fonte de renda para milhares de famílias, o plantio de tabaco assegura a continuidade do negócio, numa relação que beneficia muitas gerações (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2010, p. 3).

O beneficiamento das futuras gerações é assegurado nas políticas criadas pelo Estado e pelas empresas para manter os jovens no campo e assim sustentar o contínuo ciclo de fornecimento da produção fumageira para indústrias tabagistas. Segundo exposto no *site* da empresa Souza Cruz

Os projetos do Instituto Souza Cruz oferecem ao jovem rural, alternativas concretas de prosperidade no campo, seja por meio de apoio às inovações técnicas na produção rural ou pelo desenvolvimento de novas culturas e atividades. São caminhos para estimular sua permanência no campo e criar novas fontes de renda (SOUZA CRUZ, 2018e).

Segundo o Banco do Brasil, com o crédito rural Pronaf Jovem é possível financiar investimentos destinados à construção, reformas ou ampliações de benfeitorias e instalações na propriedade rural, aquisição de máquinas, equipamentos e implementos, aquisição de matrizes, formação e recuperação de pastagens, proteção e correção do solo, aquisição de bens como tratores e embarcações, entre outras iniciativas. Para Conceição (2007, p. 78)

[...] o carro chefe que sedimenta o discurso atual de apoio ao jovem no campo se circunscreve na política do PRONAF. A proposta do PRONAF Jovem como linha de financiamento específica, com taxas de juros e prazos de pagamento diferenciados, tem sido a de atender jovens entre 16 e 25 anos com o objetivo de incentivá-los a manterem-se no campo e iniciarem uma atividade produtiva que agregue renda às suas famílias. Entretanto, o que se coloca em pauta é a contínua mobilidade do trabalho, principalmente desses jovens.

O que se coloca em voga no setor fumageiro é justamente a atuação contraditória do capital monopólico, pois, ao mesmo tempo em que expulsa esses jovens, os desapropriando dos instrumentos de trabalho e da terra para engrossar as filas do *exército de reserva*, os atraem por meio de políticas para continuar no campo, realizando a produção agrícola para as indústrias tabagistas.

Para Souza (2008, p. 295) quem opta por utilizar o conceito de agricultura familiar, o faz aceitando o interesse do capitalismo em reproduzir a força de trabalho familiar, para que, por meio dessa, possa garantir a sujeição da renda da terra, não interessando nesse sentido a reprodução do conteúdo político de classes embutidas na agricultura camponesa

A leitura que se busca é a das vantagens da inserção do agricultor familiar nos projetos do capital, ou seja, em se inserindo na lógica do capital, o sentido de enfrentamento de classes antagônicas desaparece, assim como

todo o conteúdo político e de resistência que o conceito de camponês carrega historicamente (SOUZA, 2008, p. 295).

A extração da renda da terra é nesse sentido, garantida na territorialização dos monopólios e na monopolização do território, duas interfaces de expansão do capital no campo que sob “o mantra neoliberal, promulga a ideologia de uma nova racionalidade econômica e social para a produção camponesa” (OLIVEIRA JUNIOR, 2016, p. 9).

A solução para a miséria no campo se torna a possibilidade viabilizada pelas políticas do Estado em desconsiderar a luta dos camponeses para permanecer na terra, os transformando em agricultores familiares, como se a alteração do termo de camponês para agricultor familiar, possibilitasse modificações efetivas nas condições de vida dos trabalhadores rurais. O Estado, como coloca Conceição “[...] impõe um discurso velado de submissão ao capital, através de políticas de crédito, tornando crescente a expropriação da produção familiar [...]” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 83).

As imposições das transnacionais fumageiras para atender ao exigente mercado internacional, faz com que o camponês produtor de fumo tenha uma falsa autonomia. As normas a serem seguidas para que sua produção seja vendida, perpassa por um sistema de auto exploração durante todo o cultivo. Mesmo sendo os donos da terra e dos instrumentos de trabalho, tornam-se subordinados das empresas integradoras.

A ideologia dominante no setor fumageiro é veiculada como uma agricultura familiar sustentável, próspera para os produtores e para a região onde se situa as agroindústrias. Segundo Souza Cruz

A companhia incentiva ações que aumentem a sustentabilidade da propriedade e do negócio, como a otimização dos recursos naturais e a diversificação produtiva, já que o tabaco é uma cultura sazonal. A proximidade se dá não apenas para garantir a alta qualidade da matéria-prima, mas também para promover o desenvolvimento e a prosperidade de toda a cadeia produtiva no campo (SOUZA CRUZ, 2018).

O contraditório fortalecimento da agricultura familiar para as transnacionais e o Estado, é verificado no lucro líquido de R\$ 1,69 bilhões para a empresa Souza Cruz com uma receita líquida na cifra de R\$ 6,29 bilhões (ECONOMIA UOL, 2014, p. 1). Para os camponeses, produtores de fumo, o desenvolvimento fica no plano meritocrático subjetivo. Conforme Bonato (2016, p. 1)

[...] a boa renda oriunda do cultivo de fumo é restrita a um grupo bastante seleto de famílias, em torno de 25% delas. A maioria consegue, no máximo, sobreviver com a renda do fumo, e para um grupo de mais de 30% das famílias a renda líquida do fumo é inferior a dois salários mínimos mensais. Em termos de renda per capita, para 61% das famílias a renda mensal é inferior a um salário mínimo. E ainda, é possível afirmar com toda certeza que a renda do fumo não produz desenvolvimento humano e sustentável, pois grande parte dos municípios com forte dependência da cultura do fumo apresentam um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH baixo.

Na contraposição da aparência do discurso, a utilização de agrotóxicos na produção fumageira aponta para sérios problemas enfrentados pelos produtores ao assumirem compromissos com as empresas integradoras. Segundo informa o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER (2007), em pesquisa realizada nos municípios da Região Sul, os trabalhadores das plantações de fumo são acometidos pela Doença do Tabaco Verde. De acordo com o Boletim

Dores de cabeça, náuseas, vômitos, cansaço muscular, tonturas e alterações repentinas de pressão arterial são alguns dos sintomas da Doença do Tabaco Verde, que ataca os trabalhadores das plantações de fumo na época da colheita, principalmente nos períodos mais quentes e chuvosos. Há alguns anos a Fetraf vem denunciando a ocorrência da doença na atividade produtiva, mas as indústrias fumageiras, com receio de a notícia afetar seus lucros, não admitiam essa possibilidade. Tal negativa fez com que se adiasse o diagnóstico e a constatação da doença, bem como o tratamento adequado dos produtores. Mas, no final do ano passado, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) realizou uma pesquisa no município de Candelária, no Rio Grande do Sul. Candelária possui em torno de 4 mil famílias que trabalham na produção de fumo (DESER, 2007, p. 6).

De modo geral, o que se observa no discurso da agricultura familiar, é “[...] o capital ultrapassando todos os obstáculos e limites com que historicamente se depara, adotando até as formas de controle mais surpreendentes e intrigantes as condições que o exigem [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 103).

Segundo Souza (2008), a realidade aparente da produção fumageira não expressa à exploração do trabalho, os interesses embutidos no processo de produção e circulação da mercadoria e nem a apropriação do trabalho das famílias pelos capitalistas. O discurso da agricultura familiar se torna mais uma estratégia do capital para negar os conflitos fundiários e a necessidade da reforma agrária, bem como para desconsiderar a ação política dos camponeses que se recriam dentro das próprias contradições da reprodução ampliada do capital. Reprodução esta que ocorre, muitas vezes, mediante o trabalho escravo nos modernos

latifúndios do agronegócio. A integração ao mercado camufla as condições de trabalho que os camponeses se submetem em nome da lógica da rentabilidade e do bem-estar não alcançado

Desta forma, o capital consegue transformar o camponês em força de trabalho para o capital, e não precisa investir parte do seu capital no pagamento desta força de trabalho. É neste contexto que o capitalismo passa a difundir o discurso da agricultura familiar, que diferente da agricultura camponesa vem ideologicamente demonstrar que o camponês (atrasado segundo esta vertente) se modernizou, ou seja, se inseriu no discurso do capital, tornou-se um agricultor familiar, independente de que tipo de inserção seja esta, subordinada, onde o camponês perde toda e qualquer possibilidade de se reproduzir autonomamente, tornando-se uma força de trabalho para a expansão dos projetos do capital no campo (SOUZA, 2008, p. 244).

As particularidades inerentes à produção de fumo apontam para a circulação e a ação transformadora do capital no espaço geográfico, mostrando que a diferenciação espacial quanto ao uso produtivo da terra não deixa de fazer dos camponeses, sujeitos integrados ao mercado, inseridos na totalidade que os singulariza como sujeitos que lutam pela terra e para a permanência na terra. Permanecer sobrevivendo na terra se torna tarefa árdua em tempos de barbárie. “No capitalismo, a produção é social, mas a apropriação dos resultados da produção é privada [...]” (MARTINS, 2017, p. 80) e a luta é a forma de mostrar que o sistema reificante do capital não está em equilíbrio, e como afirma Harvey (2016) nesse mundo dividido, não há espaço para negociação ou consenso.

4 A PRODUÇÃO FUMAGEIRA NA CAPTURA DA RENDA DA TERRA: AS INTERFACES DO CAPITAL NO CAMPO

Em oposição à classe trabalhadora, a classe até então dominante, seja qual for a forma em que ela possa apropriar do trabalho das massas, tem um e o mesmo interesse econômico: manter a escravização do trabalho e colher seus frutos diretamente – como proprietário fundiário ou capitalista – ou indiretamente – como parasitas estatais do proprietário fundiário e do capitalista -, manter essa “ordem” das coisas que faz com que a multidão produtora, a “multidão vil”, sirva como uma mera fonte de riqueza e domínio para seus “melhores”.

Karl Marx, A guerra Civil na França.

4.1 Mundialização do capital no campo

As mudanças empreendidas no campo brasileiro fazem parte de uma agenda neoliberal em que os países como o Brasil devem seguir a cartilha dos organismos internacionais, cujo propósito se torna na sua estrutura de dominação vigente, engrenar um processo de valorização “sem fim e sem limite do capital” (CHESNAIS, 2013, p. 27). E nesse sentido, o Estado cumpre seu papel, pois sem sua ajuda ativa, os investimentos financeiros realizados tanto por bancos como pelas próprias transnacionais, não teriam chegado às posições de domínio que ocupam hoje e não se manteriam tão à vontade em suas posições (CHESNAIS). Assim

Essa liberdade de ação da qual gozam tanto no âmbito nacional/interno como internacional só são possíveis através das inúmeras medidas legislativas e reguladoras de desmantelamento que são colocadas em vigor (CHESNAIS, 2000, p. 10).

Mészáros citando Magdoff (2011, p. 230) coloca que “[...] o sucesso das políticas do governo resulta na manutenção da saúde da economia por meio do poder das empresas mundiais, pois, sem a prosperidade dessas empresas a economia só pode ir ladeira abaixo [...]”. E ainda ressalta

Em outras palavras, os problemas não surgem dos males das multinacionais ou da presumida redução da soberania dos Estados-nações industrializados e avançados; os problemas são inerentes à natureza de uma sociedade capitalista (MAGDOFF *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 230).

Para Mészáros (2011) os representantes de frações importantes do capital não estão dispostos a abrir mão da ajuda concedida pelos Estados às suas operações e muito menos, a proteção estatal nacional oferecida a seus interesses vitais

Por isso, a teoria burguesa em todas as suas formas deve apenas pressupor a existência dos poderes idealmente corretivos do Estado, até mesmo quando, diante dela, alguns ideólogos do capital defendem a “retirada” do Estado das questões econômicas. Quer façam o *lobby*, em linhas keynesianas, pelo financiamento do déficit expansionista, quer o façam a favor da “criação de condições favoráveis para as empresas” por meio de restrição monetária e corte dos gastos públicos, seu denominador comum é a admissão explícita ou implícita de que, sem a intervenção “adequada” do Estado, as estruturas de reprodução material do sistema estabelecido não produziram os resultados esperados. Mesmo a ideia de “encolher as fronteiras da atividade do Estado” pressupõe (ilusória e arbitrariamente) no mínimo a *capacidade* de o Estado fazer isto (MÉSZÁROS, 2011, p. 234).

Conforme Chesnais (2000, p. 5) “[...] a mundialização do capital não apaga a existência dos Estados nacionais, nem as relações políticas de dominação entre estes [...]”. Intensificam-se suas ações em prol da “integração mundial”, e junto a essa integração, as ações privatistas ganham coro por meio do próprio Estado. E é justamente através dessas ações que as políticas de disputas se acentuam, pois os países desenvolvidos atuam nas escolhas de onde vão investir e como realizarão a exploração em massa da classe trabalhadora.

É sobre essa lógica que os Estados nacionais procuram inúmeros meios de entrar na órbita da mundialização, se adequando aos interesses imediatos do capital (SAMIR AMIN, 1998, p. 8).

A mundialização é vivenciada no esfacelamento do Estado de Bem Estar Social¹⁷, com o avançar do neoliberalismo. E é justamente nas ações das políticas neoliberais que a mundialização do capital se consolida como “[...] expressão neutra da ‘mundialização da economia’ e seu corolário, jamais explícito da ‘vitória ao mercado’, esconde o modo de funcionamento específico e de dominação política e social do capitalismo [...]” (CHESNAIS, 2000, p. 7).

Tendo como “fundamentos da mundialização a dominação política e social”, o capital encontrou nas suas próprias personificações de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, a partir de 1979 e 1980 respectivamente, os mecanismos necessários para quebrar as barreiras e expandir suas forças produtivas em direção aos países industrializados (CHESNAIS, 2000).

É mediante esse viés que se entende a mundialização do capital na *simultaneidade*¹⁸ do neoliberalismo, não como algo decorrente um do outro, pois como aponta Mészáros (2011, p. 119) “[...] a dinâmica do desenvolvimento não pode ser entendida sob a categoria do ‘em consequência de’, mas em termos de “em conjunção a” sempre que se deseja tornar inteligíveis as mudanças no controle sociometabólico do capital [...]”.

Nesse sentido, o entendimento da mundialização da agricultura, e mais especificamente, da monopolização da produção fumageira, parte do princípio da *simultaneidade* abordado por Mészáros (2011), uma vez que a mundialização carrega o processo de formação de monopólios em escala mundial, tornando a expressão máxima de um “capitalismo que deu certo” (TRISPADINI; SABINO, 2017) e que continua através de “fusões, aquisições, associações e abertura de filiais” a se expandir para diversos países (OLIVEIRA, 2012).

As empresas mundiais criadas pelos processos abordados por Oliveira (2012) se tornam a expressão mais avançada de um capitalismo que moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, permitindo a superação de dificuldades na disputa de mercados e de matérias-primas. Oliveira (2012, p. 3) ainda coloca que a expansão das multinacionais “[...] envolve *simultaneamente* três processos: a necessidade de

¹⁷ A melhor construção histórica do capitalismo, segundo Emir Sader (2014). Este coloca que o capitalismo mesmo triunfado na Guerra Fria, não conseguiu retomar a expansão da economia. Até no centro do sistema, nos países mais ricos há uma crise recessiva profunda, principalmente após 2008. Não tendo as economias norteamericanas e europeias horizonte para retomar o crescimento, e difunde essa tendência para o restante dos países (SADER, 2014, p. 1).

¹⁸ Categoria compreendida a luz de Mészáros (2011, p. 119) quando este a relaciona a questão da temporalidade, “[...] cujo inter-relacionamento desenvolvido entre as estruturas reprodutivas materiais diretas e o Estado se caracteriza pela categoria da *simultaneidade* e não pelas do “antes” e o “depois”. Estas só podem se tornar momentos subordinados da dialética da simultaneidade quando as partes constituintes do modo de controle sociometabólico do capital surgem durante o desenvolvimento do capital global, seguindo sua lógica interna de expansão e acumulação [...]”.

movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista internacional e a existência de ações de governos a nível internacional [...]” (*GRIFOS NOSSOS*).

A *necessidade de movimentos internacionais de capital* derivaram principalmente da necessidade de reconstrução da Europa e do Japão na pós-Segunda Guerra e se concretizaram por meio do movimento do capital nos investimentos diretos de monopólios nas suas filiais, subsidiárias e nas diferentes formas no exterior. Esses investimentos de capitais realizados no estrangeiro pelas multinacionais se tornaram a base da superestrutura de captação de capital ao redor do mundo (OLIVEIRA, 2012; 2016).

A *produção capitalista internacional* resultou, segundo Oliveira (2012; 2016), dos avanços tecnológicos derivados dos monopólios de pesquisa que, somados a circulação de capitais internacionais, permitiu a abertura das economias nacionais, internacionalizando-as. Ao ocorrer este processo, a internacionalização gerou as bases para uma produção mundial, que é o controle por meio de monopólios da força de trabalho, das fontes de matéria-prima e dos mercados (OLIVEIRA, 2012; 2016).

Nesse sentido a “[...] produção capitalista internacional deriva da incorporação de mão-de-obra de muitos países em uma estrutura produtiva empresarial mundialmente integrada [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 4). Integração permitida pelos avanços nas tecnologias de comunicação que fazem com que as diversas filiais e matrizes espalhadas pelo mundo mantenham-se integradas e em constantes estudos sobre as regiões do globo que estão com mercado para suas mercadorias.

A integração dos mercados no processo produtivo mundial, de acordo Chesnais (1996), ocorre pela desregulamentação e liberalização dos mercados nacionais e pela privatização de estatais como política imposta pelos organismos internacionais. Esses três processos tem reforçado os mecanismos de centralização e concentração de capital, tanto em nível nacional como internacional (CHESNAIS, 2013, p. 28).

O último processo colocado por Oliveira (2012; 2016) é a *existência de ações de governos a nível internacional*, este é decorrente dos dois anteriores e é somado a “[...] necessidade da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação internacional [...]”. Para isso, após a Segunda Guerra Mundial, houve o surgimento de organismos internacionais¹⁹ responsáveis em gerenciar a internacionalização do capital.

¹⁹ Oliveira (2012; 2016) cita a ONU (Organização das Nações Unidas); Banco Mundial; FMI (Fundo Monetário Internacional); OMC (Organização Mundial do Comércio) e também o surgimento dos blocos econômicos como MERCOSUL, NAFTA, etc, que visa principalmente à eliminação das barreiras alfandegárias entre os países para que o “mundo seja finalmente a pátria única do capital”.

Dessa forma, a economia capitalista monopolista finalmente, engendrou sua própria mundialização. Essa mundialização é muito mais do que a pura e simples internacionalização ou multinacionalização da economia. A internacionalização decorreu dos processos de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo. A multinacionalização por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas internacionais e multinacionais através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc. Internacionalização, multinacionalização e mundialização são, portanto, fenômenos integralmente interconectados. São expressões do processo de transformação do capitalismo industrial e financeiro, centrado principalmente nas economias nacionais, para um capitalismo centrado na economia mundial [...] (OLIVEIRA, 2012, p. 5).

Esses três processos *simultâneos e interconectados* ocorrem na aliança da burguesia mundial, cujo propósito se torna, através das transnacionais, expandir suas ações, implantando unidades industriais ao redor do mundo para alavancar as taxas de lucros, utilizando-se para isso das regiões que ocorrem um menor custo de investimento, com papel reduzido dos sindicatos trabalhistas, governos favoráveis à implantação de medidas de austeridade como redução nos gastos públicos e, privatização de serviços e indústrias estatais.

Ressalta-se ainda a criação de projetos de leis favoráveis as transnacionais que atuam em vários setores a fim de facilitar seus serviços e aumentar suas margens de ganho dentro dos países receptores. Exemplo notório é o ocorrido recentemente na política brasileira com a aprovação da comissão especial da Câmara dos Deputados da PL 6.299/2002 que facilita o registro de agrotóxicos, propondo alterações na legislação atual.

Tal aprovação caminha justamente na aliança do Estado nacional com as transnacionais, pois ambos necessitam um do outro para se mundializarem (OLIVEIRA, 2012), e isso se dá na construção de uma política voltada inteiramente para os anseios do aumento de produção de mercadorias aliadas a super exploração da classe trabalhadora.

É no entorno desses anseios que, segundo Chesnais (2013, p. 34), “[...] o capital sofre de uma aguda diminuição da taxa de mais-valia, e a exploração dos trabalhadores e a pilhagem das riquezas naturais compensem cada vez menos [...]”, fazendo com que a taxa de extração da mais-valia fique estagnada e as altas taxas de exploração não mais resolvam os efeitos das suas próprias contradições.

Para Chesnais (2013) os grandes centros de valorização do capital, que são os grupos industriais europeus, ocorrem à necessidade da migração em direção às economias que combinam altas taxas de exploração e um mercado interno importante. Ele ainda coloca que a

reprodução social das camadas populares está ameaçada, o exemplo disso é o aumento da pobreza e da pauperização que afeta cada vez mais os assalariados. Diante disso, ele aponta que “[...] nenhuma saída de crise se desenha para o capital no cenário mundial [...]” (CHESNAIS, 2013, p. 35).

4.2 Monopolização e territorialização na apropriação da renda da terra

“Metade da humanidade não come e a outra não dorme com medo da que não come [...]”. A frase que se segue foi escrita em 1946 por Josué de Castro em seu livro *Geografia da Fome*. Expressa de maneira contundente, o peso histórico do flagelo da fome ainda não se supera diante os avanços da ciência na produção agrícola. A abundância que reina na fertilidade das terras ao redor do mundo, se contrasta violentamente com os altos índices de pessoas que morrem por falta de alimentação. Segundo Josué de Castro

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos — dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos — e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública (CASTRO, 1984, p. 21).

A agricultura na mundialização do capital deixou de ser pautada na soberania alimentar para se alicerçar na segurança alimentar e, com isso, a produção de alimentos deixa de ser ligada aos interesses da saúde pública como afirmado por Josué de Castro (1946), para se tornar mola propulsora de negócios altamente rentáveis para as transnacionais que comandam a economia mundial. (OLIVEIRA, 2012).

Os ajustes estruturais do FMI e do Banco Mundial, a partir do Consenso de Washington, implicou para a agricultura a redução dos subsídios agrícolas destinados a produção dos camponeses, consolidando, principalmente nos países da América Latina, Ásia e África, um modelo voltado para exportação (OLIVEIRA, 2010).

O agronegócio se configura, a partir de então, em um sistema agroalimentar comandado por grandes transnacionais que domina segmentos “[...] importantes dos sistemas agrícolas como a indústria alimentícia, a indústria de sementes, a produção de agroquímicos e

outros insumos que são vendidos massivamente aos produtores agropecuários de muitos países [...]” (TEUBAL, 2008, p. 142).

Os camponeses atingidos diretamente pelos ajustes estruturais provocados pela agenda neoliberal do Consenso de Washington são ainda, segundo a FAO, os maiores produtores de alimentos do mundo. No Brasil eles correspondem a 80% da produção de alimentos.

Para Oliveira (2012, p. 6), a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a se estruturar na produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Tais pilares remetem a tentativa de transformar toda a produção agropecuária em produção de mercadorias para abastecer o mercado mundial. A produção de alimentos deixa de ser assim uma questão de estratégia nacional para se tornar mercadoria a ser comercializada no mercado mundial (OLIVEIRA, 2012; 2016).

A produção de *commodities* agrícolas pelo agronegócio estrutura-se no território brasileiro na soja em grão, cana-de-açúcar, milho, carne, celulose, farelo da soja, dentre outros. Produtos que configuraram, segundo o Portal Agropecuário (2017), os principais produtos exportados entre os dez da lista no ano de 2017. Sendo a “soja o grande destaque na pauta exportadora brasileira”.

Para a exportação do fumo, já no primeiro bimestre de 2018, houve um crescimento de 70%, perdendo apenas para o grupo da soja e de carnes, fazendo com que o Brasil continue ocupando o posto de principal exportador de tabaco do mundo (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2018).

Referentes *commodities* são negociadas nas bolsas de valores dos principais centros comerciais do mundo. E para isso, o mercado financeiro²⁰ aponta sua volatilidade na comercialização desses produtos *in natura* com o propósito de alimentar uma cadeia mundial de produção, processamento e comércio do agronegócio.

O mercado de futuro se constitui como uma das principais formas de compra e venda das *commodities* agrícolas, haja vista que a cadeia do agronegócio está suscetível a riscos, tanto de produção (como os climáticos que podem influenciar no aumento ou na perda dos cultivos), como de preços (crises financeiras, aumentos de subsídios, entre outros). A partir dos riscos, os agentes do agronegócio se valem das operações dos mercados de derivativos

²⁰ Segundo David Harvey (2013), o mercado financeiro faz parte de um complexo financeiro interligado: bolsa de valores, mercados futuros de mercadorias, mercados hipotecários etc. Ele afirma isso ao colocar que o sistema financeiro está envolto em um mistério que envolve sua própria complexidade, abrangendo os organismos internacionais (FMI e BM), os agentes (banqueiros, corretores de valores, atacadistas), e as instituições (fundos de pensão e seguros, associações de crédito, bancos de poupança). Incluindo acima de tudo bancos privados extremamente poderosos (HARVEY, 2013, p. 411).

agropecuários para fixar seus preços e aproveitar as oportunidades do mercado (MARQUES et al, 2006).

Para Marques o mercado de futuros

São mercados onde se negociam contratos, compromissos de compra e venda de um produto específico, a um determinado preço no futuro. Esses mercados funcionam como uma garantia, tanto para o produtor rural quanto para a indústria processadora em operações de hedge²¹ de preço, eliminando incertezas de preços na época da comercialização da safra. Entretanto, para que esses mercados funcionem efetivamente como um instrumento de garantia de preços, é necessário que haja liquidez²² no mercado, ou seja, facilidade de entrar e sair do mercado, o que implica num volume considerável de contratos negociados diariamente (MARQUES, 2006, p. 65).

Segundo Oliveira (2012, p. 6) “[...] as bolsas de mercadorias e futuro tornaram-se o centro regulador dos preços mundiais das commodities [...]. No Brasil, na BM&FBovespa, se decide o preço da soja, milho, café, etanol e boi gordo [...]”. Na Bolsa de Chicago os preços da soja, milho, trigo, farelo e óleo de soja. E assim, as outras bolsas como a de Londres e a Nova York vão decidindo no mercado de futuros os preços das *commodities* agrícolas.

A ação dos mercados financeiros, fazendo parte do intrincado complexo do capital e suas instituições, aponta para a definição dada por Hilferding conforme citado por Harvey (2013), ao capital financeiro

Que significa a unificação do capital. As esferas anteriormente separadas do capital industrial, comercial, e bancário estão agora juntas sob o comando das altas finanças, em que os capitães da indústria e os bancos estão unidos em uma união íntima e pessoal. Essa associação tem como sua base a abolição da competição livre dos capitalistas individuais por parte das grandes associações monopolistas [...] (HILFERDING, p. 409, *apud* HARVEY, 2013, p. 381).

Para Harvey (2013) essa unificação é seletiva, pois, são apenas os grandes bancos e as grandes empresas industriais que constituem a base para a delimitação do capital financeiro como um bloco de poder distinto. Harvey (2013) ainda destaca que as grandes corporações

²¹ Conceitua-se então *hedge* como fazer uma proteção [...]. Nem sempre a data de vencimento dos contratos coincide com as necessidades do hedger (produtores rurais, cooperativas, bem como fornecedores de insumos) e neste caso [...], negocia contratos na bolsa e encerra esta operação quando os contratos estiverem próximos do seu vencimento, assumindo nova posição em outros contratos com vencimento mais para frente e de preferência após o encerramento do prazo da sua necessidade de garantia de preço. Neste caso, o contrato será finalmente encerrado quando a operação no mercado físico for concretizada (MARQUES, 2006, p. 68).

²² Liquidez de um mercado diz respeito à facilidade de entrada e saída quando for necessário. Diz-se que um mercado apresenta liquidez quando são negociados acima de 1.000 contratos por dia (MARQUES, 2006, p. 65).

não conduzem seus negócios sem a utilização dos serviços bancários, e os bancos necessitam principalmente do fluxo de dinheiro gerado por essas empresas.

Assim, na unificação de ambos, tanto Hilferding como Lênin, citados por Harvey (2013), afirmam que essa unidade prática imprime a divisão do mundo em regiões de subordinação ao poder coletivo de alguns bancos e corporações.

É nesse sentido que as transnacionais que monopolizam a produção do agronegócio ao redor do mundo, dividem seus mercados de atuação, instalando suas filiais nas economias pobres e emergentes e, realizando fusões e associações com empresas nacionais. Sua atuação, muitas vezes, se dá pela concessão de crédito do próprio Estado. Segundo Chesnais

[...] Um terço do comércio mundial resulta das exportações e importações entre as empresas pertencentes a grupos industriais que tem o estatuto de transnacionais, enquanto o outro terço tem suas trocas realizadas entre filiais de uma mesma sociedade localizada em países diferentes ou entre as filiais e a sede. [...] (CHESNAIS, 2000, p. 7).

No Brasil, o BNDES, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia são as principais agências de financiamento do agronegócio, o que implica, na maioria dos casos, na concessão por meios jurídicos e políticos de perdão a dívidas bilionárias dos proprietários de terra e tributação regressiva encima da produção de *commodities*²³.

A ação do Estado na expansão do agronegócio caminha com a afirmação de Paulino (2015, p. 11) ao colocar que [...] a construção de uma imagem politicamente estratégica traduzida na expressão agronegócio conta com um arquiteto poderoso: o Estado brasileiro [...]. Para Silva

O agronegócio tornou-se o modelo único de desenvolvimento para o campo. Com a inserção e ampliação das relações capitalistas no campo, o agronegócio passou a dominar desde a produção das elites rurais como também parte significativa da unidade de produção camponesa (SILVA, 2014, p. 70).

²³ “A Lei Kandir, editada em 1996, isentou o pagamento de ICMS aos produtos primários e produtos industrializados e semielaborados destinados à exportação. Além disso, a bancada ruralista emplacou mais medidas favoráveis à expansão do agronegócio, a isenção de 9,25% na cobrança do PIS e Confins na venda de soja para todos os fins comerciais. Os proprietários de terras também passaram a pagar menos imposto por hectare, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), principal tributo do meio rural brasileiro” (AMENI, 2016, p. 1).

Então, o capitalismo monopolista se estrutura na aliança das grandes corporações internacionais e com a burguesia nacional²⁴, unindo os mercados dos países industrializados com os de média e baixa industrialização (OLIVEIRA, 2016). Essa junção contraditória mostra como a mundialização do capital imprimiu, em todas as economias do mundo, ações monopolistas de dominação que se desdobram no campo através de dois processos: a territorialização de monopólios e a monopolização de monopólios no mercado mundial.

Essas são as formas concretas das interfaces do capital no campo, não restringindo sua lógica de atuação apenas à cadeia agroalimentar do agronegócio, mas a agricultura camponesa praticada em pequenas propriedades rurais. Tanto em um como no outro, o que ocorre é a extração da renda da terra pelo capital, pois como afirma Chesnais (2013, p. 27), a reação do capital como um todo é a exploração de onde jorra toda a riqueza, a terra e o trabalhador.

Segundo Oliveira (2012; 2016), a territorialização dos monopólios atua ao mesmo tempo, no controle da propriedade privada da terra, no processo de produção e processamento industrial, isso porque o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é a mesma pessoa física e jurídica. Não há junção de duas classes sociais distintas, o latifundiário e o capitalista, tornando uma classe social apenas, eles são em si a expressão direta da contradição terra e capital, portanto proprietários dos meios de produção (OLIVEIRA; 2010; 2012; 2016).

É nesse sentido que grandes fatias de terras do território brasileiro estão sendo compradas por empresas internacionais, principalmente nas áreas de fronteiras agrícolas. A valorização das terras para a produção de grãos ganha, conforme o mercado internacional, altas nos preços por hectares. O jornal Folha de São Paulo, citado por Oliveira, mostra como

[...] a produção em alta e a intenção para a safra 2007/2008 fizeram com que o preço da terra alcançasse valor recorde em termos médios no país [...]. Os motivos, segundo especialistas, são: o preço dos grãos tende a se manter firme, agropecuária ensaia recuperação e os biocombustíveis têm espaço garantido pela frota flex, em que pese não haver a euforia de outros tempos na cana-de-açúcar (FOLHA DE SÃO PAULO, 2007 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 24).

²⁴ Utilizo nessa pesquisa o termo burguesia nacional baseado em Oliveira (2016). Segundo Oliveira (2016, p. 95-96), “[...] foi Chesnais no livro *Mundialização do capital* que apresentou a raiz sociopolítica deste momento da história do capitalismo, assentada na aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial. Ou seja, a remoção dos entraves nacionais e a construção de uma consciência mundial fundada nos interesses comuns e na cooperação entre as burguesias nacionais [...]. A consolidação das empresas mundiais derivadas da crise interimperialista como a disputa pelos mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas monopolistas nacionais, solda uma nova aliança de classe entre as burguesias nacionais, afastando, assim, pelo menos temporariamente, o risco de uma nova guerra mundial [...]”.

Apesar das restrições, os grupos estrangeiros encontram formas de acesso a terras brasileiras. Segundo o Mandi e Adachi (2017, p. 01) “[...] a compra de ações, contratos de parceria rural e até alterações nos limites das áreas urbanas das cidades são algumas alternativas encontradas [...]”.

Essas medida encontradas pelas empresas internacionais, apontam para a mundialização da agricultura, cuja relação entre capital nacional e estrangeiro, solda um novo patamar econômico no agronegócio através das fusões e associações, fazendo com que empresas nacionais se tornem empresas mundiais na produção e comercialização de *commodities* (OLIVEIRA, 2012; 2016). Famílias que antes dominavam a produção agropecuária viram no capital estrangeiro, alternativas de galgar ao mercado mundial, como

O Grupo Moema (aliança entre as famílias Biagi e Junqueira) que fundiu-se com a Bunge e terão participação de cerca de 9% das ações da empresa mundial dirigida no Brasil por Pedro Parente, ex-participante do governo FHC. Ou seja, nestes dois últimos casos as famílias Junqueira e Biagi tornaram-se sócias das multinacionais Bunge e Louis Dreyfuss, o que quer dizer aliaram-se ao capital mundial, multinacionalizando-se (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

A expansão da propriedade privada da terra para o desenvolvimento de atividades ligadas ao agronegócio ou para a própria valorização, faz com que a máquina do Estado trabalhe em prol de legalizar essas ações e, com isso, a territorialização dos monopólios se expandem na expropriação de terras camponesas. Para J.Silva

O capital se move no campo em seu processo de territorialização expandindo-se espacialmente na produção da monocultura exportadora para o agronegócio, promovendo a violência principalmente nas áreas de fronteira agrícola onde avança sobre territórios indígenas, quilombola, camponês e extrativista [...] (J. SILVA, 2014, p. 77).

Nesse sentido, o monopólio de produção estabelecido pelas grandes empresas transnacionais nos setores como o sucroenergético e o florestal, desenvolvem suas atividades subordinando a circulação à produção, o que permite a apropriação, tanto da renda da terra, como do lucro médio. Em suma

A associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária realiza a estratégia econômica do capital financeiro com o objetivo acumulativo do lucro e da renda da terra, associação possibilitada pelo Estado ao assumir políticas estratégicas estruturadas em programas de investimentos em infraestrutura territorial [...] (CONCEIÇÃO, 2013, p. 87).

A monopolização do território pelo capital se desenvolve pelas empresas de processamento industrial ou comercialização que, sem produzir no campo, subordinam camponeses e capitalistas produtores a seus mecanismos de apropriação da renda da terra. Segundo Oliveira (2016) essas empresas monopolistas

[...] atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. Este processo gera o controle monopolístico do território (*monopolistic control of the territory*), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios [...] (OLIVEIRA, 2016, p. 233).

Paulino (2003, p. 102) coloca que “[...] na monopolização do território pelo capital a produção propriamente dita se dá no interior de relações não tipicamente capitalistas, em que os trabalhadores não estão despojados dos meios de produção [...]”.

Revelando nesse sentido que a expansão do capital no campo se dá, não apenas pelo controle monopolista da propriedade da terra e do processo produtivo, mas também, pela sujeição dos camponeses aos ditames do capital que por meios de mecanismos como a integração, se apropria da renda da terra cristalizada na produção agrícola. Conforme Martins (1995, p. 27) coloca “[...] o capital não se torna dono da terra, ele cria condições para extrair o excedente econômico, especificamente renda, onde ela aparentemente não existe”.

A apropriação da renda da terra, realizada na agricultura camponesa, ocorre mediante ação das empresas monopolistas que atuam como *tradings*²⁵ no mercado, dominando a comercialização dos produtos. Essas empresas realizam a compra direta da produção realizada pelas famílias camponesas, estabelecendo os contratos de compra e venda e os critérios a serem seguidos no processo produtivo.

Assim, a mundialização da agricultura permite ao capital internacional se apropriar da renda da terra, seja mediante o controle da propriedade privada e do processo produtivo ou, por meio da subordinação de camponeses na produção agrícola. De acordo com Martins

O que vemos claramente, tanto no caso da grande propriedade quanto no caso da pequena, é que fundamentalmente o capital tende a se apropriar da renda da terra. O capital tem se apropriado diretamente de grandes

²⁵ São sociedades mercantis que operam no mercado internacional lidando com compra, venda, intermediação, financiamentos, comercialização e, até mesmo, industrialização. A Trading é uma estrutura comercial, administrativa e financeira que possui enorme capacidade de realizar e concentrar negócios. Seu universo é composto de contatos com fornecedores, consultores, atacadistas, governos, empresas de seguros, empresas de distribuição, clientes, bancos, agentes entre outros (BOGA, 2015, p. 39).

propriedades ou promovido sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no setor de alimentos do consumo interno generalizado, o capital não se torna proprietário de terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe (MARTINS, 1995, p. 175).

O trabalho realizado por camponeses torna-se valor de troca no processo de circulação. A sua transformação em trabalho abstrato, equaliza as condições de produção desenvolvidas por esses trabalhadores, seja através de trabalho escravo na Região Amazônica, ou do trabalho camponês nas suas terras, no final, o resultado do trabalho vai ser confrontado com o dinheiro, se tornando mercadoria.

A territorialização dos monopólios e a monopolização do território são formas encontradas pelo capital para realizar a apropriação da renda da terra e do lucro médio. Assim, a mundialização da agricultura com grupos oligopolistas que monopolizam, desde a produção agrícola até a circulação, apontam para o avanço real do capital no campo, que se desdobra na barbárie institucionalizada de expropriação em massa dos camponeses das suas terras.

4.3 A produção fumageira subordinada à circulação

Monopolizado por grandes conglomerados, o fumo se tornou uma das principais *commodities* comercializadas no mercado mundial. Só no Brasil, “[...] do total produzido 55,6% é entregue à indústria, 22,6% a intermediários, e 20,1% é consumida nos próprios estabelecimentos [...]”. Os 20,1% se refere à produção do fumo em corda, indústria doméstica que ainda resiste ao monopólio das grandes transnacionais, como a Souza Cruz, que detém cerca de 75% do mercado de cigarros no Brasil. (OLIVEIRA, 2010, p. 44).

As principais empresas mundiais que atuam no setor de tabaco no Brasil são:

1. A British American Tobacco Plc – BAT (Souza Cruz), surgida no século XX, nasceu da fusão de dois monopólios, a Imperial Tobacco Company do Reino Unido e a American Tobacco Company dos Estados Unidos. A partir dessa fusão, sua expansão ao redor do mundo se desdobrou no quantitativo de 120 filiais em 1927. Em 1976, se tornando uma *holding* estende suas atividades para os setores de papel, cosméticos e alimentos. Na década de 80 torna-se o principal grupo de seguros do Reino Unido. Em 1999, ocorre a fusão com a Rothmans International. (OLIVEIRA, 2016) Segundo a Folha de São Paulo, ambas são consideradas a segunda e a quarta maiores indústrias do mundo. A fusão avaliada em 21 bilhões tem como acionistas grupos da Suíça e da

África do Sul. A união das marcas da BAT (555, John Player e Lucky Strike) com as da Rothman, que incluem o cigarro homônimo e a marca Dunhill, somados juntos perfazem um capital de US\$ 17,4 bilhões. Com a fusão, a BAT fortalece seu mercado na Europa e mantém mais de 80% do mercado com África do Sul e Canadá, além de expandir suas atividades para os países em desenvolvimento da América²⁶ (FOLHA, 1999; OLIVEIRA, 2016). No Brasil a British American Tobacco atua pela sua subsidiária Souza Cruz, fundada em 1903 por Albino Souza Cruz. A fusão ocorreu em 1914, ficando o controle acionário de 75,3% nas mãos da holding British American Tobacco International Bv, cujas ações estão listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros BM&FBovespa (OLIVEIRA, 2016). “Em 1995 a Souza Cruz associa-se com a estatal cubana Tabacuba. Formando a primeira *join venture* do país com a empresa estrangeira. Suas atividades vão desde a produção a exportação de charutos (SOUZA CRUZ, 2018)”.

2. Philip Morris International Inc. é uma empresa norte americana, segunda maior empresa atuando no Brasil no setor do tabaco, com instalações no estado do Paraná e Rio Grande do Sul. As principais marcas da empresa são: Marlboro, L&M, Chesterfield, Benson & Hedges, Chancellor, Sampoerna, Parliament, Luxor. (PHILIP MORRIS, 2018; OLIVEIRA, 2016). Assinado com o governo do Estado, a Philip Morris pretende realizar o investimento na ordem de 168 milhões no município baiano de Cocos, localizado no Oeste da Bahia. A pretensão é a construção de um complexo agroindustrial que abrangerá a compra de sementes até a colheita do fumo, sendo a produção voltada para atender o mercado externo (BAHIA NOTÍCIAS, 2015).
3. Japan Tobacco Inc. – é uma empresa japonesa que monopoliza 10% do mercado mundial. Possui no Brasil “planta de processamento de fumo no Rio Grande do Sul, centro de pesquisa, centros de distribuição, unidades de compra, e escritórios em doze Estados do país e no Distrito Federal”. Suas atividades no setor são o de tabaco em folha e cigarros. Mantendo “parceria” via integração com 13 mil produtores rurais (JTI, 2018).
4. Universal Tabacos: Opera em mais de 30 países nos cinco continentes. Além do setor de tabacos, trabalha na produção pura da nicotina líquida, em softwares tecnológicos

²⁶ Como forma de driblar as restrições da publicidade de cigarros, a BAT comprou em 1998 as ações da Ken Tyrrell (Grupo de Formula 1). Fundando em 1999 a equipe da BAR (British American Racing), permanecendo em atividade entre 1999 e 2005, quando foi adquirida pela Honda, e em 2008 deixou a F1 devido a crise mundial de 2008 (FOLHA DE SÃO PAULO, 1999; GLOBO ESPORTE, 2018).

para rastrear dados agrícolas do cultivo a colheita, e testes laboratoriais de produtos agrícolas. Sua afiliada a Deltafina Spa, atuante na União Europeia, é especializada na compra, processamento e venda de tabaco não faturado nos países desse bloco. A Universal Tabacos conta ainda com a Global Labs (“Laboratórios Globais”) onde se desenvolve pesquisas acerca do tabaco, cujas instalações se concentra nos Estados Unidos (UNIVERSAL TABACOS).

5. Alliance One International surgiu pela fusão da DIMON Incorporated e Standard Commercial Corporation em 2005, ambas do setor fumageiro. Atuando em inúmeros países com fábricas de processamento, a Alliance One compra tabaco cultivado em mais de 35 países, fornecendo a fabricante de cigarros e produtos do tabaco a mais de 90 países. A empresa tem como objetivo alterar o próprio nome para Ppyxus International, Inc., para impulsionar os negócios no fornecimento de “produtos, ingredientes e serviços agrícolas” que exijam alto grau de processamento, anunciando extensões para novas linhas de negócio “como e-líquidos, cânhamo industrial e cannabis legal em Canadá” (ALLIANCE ONE).
6. G.F. Vaughan Tobacco Company é empresa mundial de processamento do setor de tabaco com sede nos Estados Unidos. Atua no Brasil através da CTA Continental Tobaccos Alliance S/A com quatro filiais voltadas exclusivamente para a compra do tabaco. Com mais de 14 mil produtores integrados ao seu sistema produtivo, 97% da produção é destinada ao mercado externo (CTA CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE; OLIVEIRA, 2017).

A presença dessas empresas mundiais no território brasileiro apontam para a atuação monopolista formada pela cadeia do agronegócio nesse setor. As condições de mercado comumente colocadas em voga para a expansão da lógica da acumulação no campo faz com que o Brasil ocupe segundo lugar na produção de fumo no âmbito internacional, perdendo apenas para China.

A posição liderada pelo Brasil no cenário internacional é sustentada pela forma como a cadeia do fumo aqui se desenvolve, em que as empresas não se territorializam controlando a propriedade privada da terra e o processo de produção. O modelo implantado é fincado na subordinação do camponês às empresas transnacionais que estabelecem seus mecanismos de apropriação da renda da terra sem controlar a terra de trabalho do camponês. Para Martins

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho

e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação capital, o que temos não é sujeição formal do *trabalho*. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital* (grifos do autor) (MARTINS, 1995, p. 175).

A sujeição na renda da terra na produção fumageira, aponta para a própria contradição da reprodução ampliada do capital, pois os mesmos sujeitos que são violentamente expropriados de suas terras são os mesmos responsáveis pela produção do fumo que alimenta o mercado mundial do tabaco. Cerca de 38.400 famílias sem-terra (conforme tabela 05) produzem o cultivo em terras ocupadas ou em assentamentos. Ou seja, no processo contraditório da reprodução do capital, há na sua realidade, um sistema pautado na reprodução social de formas não capitalistas de produção.

Tabela 05: Fumicultura Brasileira: Distribuição fundiária – 2013/2014.

HECTARES	FAMÍLIAS	%
Sem-terra	38.400	24
de 1 a 10	56.960	35,6
de 11 a 20	40.960	25,6
de 21 a 30	16.000	10.0
de 31 a 50	6.080	3.8
mais de 50	1.600	1.0

Fonte: SEAB, 2014/2015.

Org. SOUZA, Joelma Miranda C. de, 2018.

O sistema em questão necessita de 56.960 famílias camponesas em suas propriedades de 0 a 10 hectares para produzir tabaco para as grandes indústrias tabagistas. Referentes dados coadunam com os organizados pelo Censo de 2006 por Barbosa e Mitidiero (2017) em que eles colocam 39,9% da produção do fumo em folha seca, produzido em propriedades de 0 a 10 hectares.

O conteúdo dos dados é o mesmo quando se analisa sobre a ótica de outra metodologia ao qual aponta uma produção de 98.6% do fumo produzido em pequenas propriedades de 0 a 200 hectares, contra 0.2% de produção em médias propriedades com 200 a 1000 hectares e 01% acima de 1000 hectares (BARBOSA; MITIDIERO, 2017).

Na análise desses dados verifica-se uma produção de fumo predominantemente desenvolvida pelo trabalho de camponeses, tanto por aqueles que possuem terras, como pelos sem-terra, e aqui inclui arrendatários, posseiros, meeiros, agregados, parceiros. Contrariando a

ideologia dominante de que a atividade produtiva e industrial do tabaco é uma das mais eficientes de todo o agronegócio. Para Oliveira

A prova é que os dados censitários revelam que, ao mesmo tempo em que há um aumento dos latifúndios capitalistas, há um aumento das unidades camponesas de produção. Esse processo revela que, ao passo que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação destas terras expropriadas, nem que para isto eles tenham que continuar seu devir histórico: a estrada como caminho [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 64).

Nas comunidades em estudo, a produção fumageira é realizada em propriedades que variam de 05 a 30 hectares (PESQUISA DE CAMPO, 2018), com produção variando de 200 kg a 1.000kg, conforme informado por um camponês entrevistado (Informação verbal)²⁷: “o ano atrasado eu conseguir fazer R\$ 18 mil, mas esse já foi mais pouco, não chegou a 1000 kg de fumo, tirei R\$ 2.000 porque eu só vendi 800 kg”. Já outro camponês (Informação verbal)²⁸ relata que já conseguiu tirar “em um ano de trabalho 20 mil na venda do fumo”.

Na tabela abaixo, apresenta-se a área plantada em fumo no município de Matina entre os anos de 2010 e 2016. Verifica-se que o ano de 2016 registra a menor área plantada em que, muitos agricultores relatam que a plantação de fumo diminuiu devido ao trabalho, pois a família diminuiu com a saída dos filhos para outras cidades: “Teve uns anos que não plantei fumo não, dá muito trabalho pra uma pessoa só. Meus filhos que me ajudava, mudou pra cidade. Tem ano que não chove e quase não dá, o preço também não ajuda” (Informação verbal)²⁹.

Tabela 06: Área de fumo plantada (hectares) no município de Matina-BA, 2010 a 2016.

ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ÁREA	2700	3470	3765	4.215	3620	3740	1470

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal/SIDRA.

Org: SOUZA, Joelma Miranda C. de, 2018.

É por isso tudo, como afirma Martins (1995, p. 172) que “[...] o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do

²⁷ Entrevista concedida por camponês D, [Maio de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

²⁸ Entrevista concedida por camponês E, [Maio de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

²⁹ Entrevista concedida por camponês F, [Abril de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

capital. E esta, como reprodução de formas sociais não capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista [...]”.

Tendo uma variação de 1.470 a 4.215 hectares cultivados entre os anos de 2010 a 2016, como constatados na tabela 06, os camponeses de Bumba e Sucesso ficam a mercê das condições climáticas e do mercado, pois, não são apenas os baixos preços, são dificuldades de reproduzir na terra que faz muitos filhos irem para as cidades trabalharem em supermercados, postos de gasolinas, lojas. É a sujeição do trabalho ao assalariamento, a diária. Aos pais que ficam trabalhando na roça, desenvolver outros cultivos é a condição de sobrevivência. Segundo o camponês entrevistado (Informação verbal), a renda obtida com a venda do fumo não é suficiente

Eu acho que não é não, mas se não tem outra opção pra você fazer ou dá ou não dá a gente mexe com aquilo. E no caso não tem só aquela renda, tem um gado, tem outra lavoura se der, no caso né só ele. Porque hoje se for tirar o custo de vida de um ano, se for calcular tá longe, de todo jeito leva ai na enrola, vende uma coisa vende outra (Informação verbal)³⁰.

Na contraposição do que são vivenciados pelos camponeses, os grandes empresários capitalistas passam a extrair lucro da agricultura sem mexer uma palha, através da integração entre a grande empresa e a pequena produção agrícola. Os pequenos produtores familiares se tornaram verdadeiros funcionários externos das empresas as quais estão ligados e, lhes garantindo assistência agrônômica para a produção do fumo (SILVA, 2004). Para Oliveira

As empresas mundiais monopolistas do setor do tabaco no Brasil atuam, sobretudo, na região Sul, onde buscam na forte presença camponesa no campo sulino, implantar relações de subordinação que denominam "sistema integrado de produção" onde financiam os insumos e fornecem a assistência técnica obrigando os camponeses a entregarem a produção às empresas [...] (OLIVEIRA, 2016, p. 292).

O fumo produzido nas unidades de produção camponesa é exportado, já processado industrialmente ou em estado bruto para diversos países. Assim, além das exportações do tabaco em folha, a exportação de cigarros (embalagens com vinte unidades) entra no mercado de exportação, configurando uma produção de 5.267.670.822 de embalagens entre os anos de 2000 e 2011. Registrando quedas sucessivas a partir de 2012 ocasionadas pela implementação da Convenção Quadro e pelas novas alíquotas de IPI (Imposto Sobre Produtos

³⁰ Entrevista concedida por camponês G, [Maio de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

Industrializados) sobre o preço unitário das embalagens com 20 unidades (OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO, 2017).

A exportação tanto do fumo em folha como de cigarros, implica na atuação dos oligopólios formados pelas transnacionais do ramo cigarreiro e do tabaco que controlam os mercados, estabelecendo estratégias de atuação, bem como de expansão no mercado mundial. Esse poder oligopolista dos conglomerados do ramo do tabaco está assentado em quatro pilares que mutuamente se reforçam e impõe barreiras a entrada de novos competidores (SILVEIRA; DORNELLES, FERRARI 2012, p. 6)

[...] 1) os elevados e contínuos investimentos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e o emprego de um moderno sistema tecnológico e de inovação nas atividades produtivas que asseguram elevados graus de automação, sinergia e produtividade; 2) a existência de complexas técnicas de mercado e de manipulação dos consumidores, organizadas através do financiamento de gigantescas campanhas de marketing e de publicidade, especialmente das marcas de cigarros globais; 3) a íntima integração com o capital financeiro, seja participando do controle acionário das multinacionais cigarreiras, seja financiando-lhes os recursos necessários à sua modernização e expansão; e 4) o mecanismo de subsídios cruzados que consiste na estratégia de transferir elevadas somas de capital entre uma e outra empresa subsidiária vinculada à corporação multinacional, a fim de contribuir para o equilíbrio econômico das suas empresas, ou para possibilitar a aquisição de uma nova empresa pelo grupo (SILVEIRA; DORNELLES; FERRARI 2012, p. 6).

As estratégias desenvolvidas pelas transnacionais revelam que os elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento para o uso de tecnologias modernas, se contrastam com a realidade dos camponeses fornecedores da matéria prima que sustenta as fábricas fumageiras, cujo ritmo de produção é radicalmente alterado para fornecer o fumo em tempo certo e na qualidade exigida. O controle rígido dos técnicos das empresas tabagistas, aliados a exposição intensa de agrotóxicos que, começa desde a infância, com a necessidade do dinheiro para sustentar a família³¹, são fatores que se desenvolvem simultaneamente aos

³¹ Segundo Meneghel e Moura (2017) o Rio Grande do Sul apresenta, historicamente, elevadas taxas de suicídio, principalmente nos municípios produtores de fumo, como Santa Cruz. De acordo com as autoras, entre os determinantes das causas do suicídio, estão a influência da ética protestante, já que os municípios de colonização alemã registra a prevalência dos suicídios cometidos por agricultores. “ [...] Nas regiões de imigração alemã, a valoração do trabalho e da poupança como elementos-chave para atingir o êxito econômico afetaram não apenas os descendentes de imigrantes, mas todos os grupos étnicos que ali vivem. [...] Os princípios morais da ética protestante valorizam a meritocracia e a livre iniciativa e consideram o lucro como sinal de eleição. [...] Dessa maneira, pode-se entender o sentimento trágico que assola esses homens e mulheres frente ao fracasso econômico, visto como devido à sua incapacidade de administrar os bens, e levar ao suicídio. Aliado a influência da ética protestante, as alterações provocadas pela inserção das multinacionais com a imposição de modelo tecnológico rígido, utilizando sementes selecionadas, agrotóxicos, fertilizantes e estufas, para aumentar a produtividade, contribuiu para o aumento de casos de depressão, e para “condutas autodestrutivas”. [...] O

intensos investimentos das transnacionais nas áreas de pesquisa agrícola. Isso nos leva a entender nas palavras de Martins que

O capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar. Mistifica desmistificando porque põe diante da consciência de cada ser humano, e na vida cotidiana de cada um, todo o imenso catálogo de concepções e alternativas de vida que estão disponíveis no mercado globalizado. Basta ter os recursos para consegui-lo. Mistifica desmistificando porque anuncia que são coisas possíveis, de um mundo possível, mas não contém nenhum item no seu mercado imenso que diga como conseguir tais recursos, que faça o milagre simples de transformar o possível em real [...] (MARTINS, 2017, p. 19).

Os grandes conglomerados valem-se da degradação do trabalhador para aumentar as taxas de extração da mais-valia. É sugado até o último suspiro da força de trabalho que não mais se vale para gerar produto excedente, mas antes disso, a cadeia sucessória já foi posta, e a contínua sujeição da renda terra ocorre no “tempo despótico do capital” (DUTRA JUNIOR, 2008, p. 27).

A irracionalidade perpetrada pela monopolização do capital submete o camponês à negação do seu próprio produto. A ele é negado o valor de uso, que rege a unidade de produção camponesa e negando a condição de encontrar no mercado a possibilidade de sobrevivência, mediante o ato da compra, o capital o descarta, desapropriando-o da própria vida.

A produção fumageira é na mundialização da agricultura, meio em que os mecanismos de monopólio do capital encontraram para realizar a extração da renda da terra, sem territorializar-se e sem implantar trabalho assalariado como forma de obter mais-valia. A expansão do capital no campo se dá, portanto, de forma desigual e combinada. Extraindo

modelo econômico causa efeitos nas subjetividades, produzindo sentimentos de impotência e desesperança. Não é apenas a relação entre pobreza e suicídio, mas a falta de controle sobre a vida e o futuro que torna os sujeitos impotentes e propensos a buscarem a morte. Muitos são obrigados a vender parte e até toda a propriedade agrícola, para pagarem dívidas. [...] Houve relatos de suicídios altruístas, aqueles que, segundo Durkheim, teriam a pretensão de trazer algum benefício aos sobreviventes. O objetivo desses agricultores ou safristas é deixar uma pensão ou herança para os familiares, já que são realizados em situações de débito com a fumageira ou banco, havendo risco de perda da terra hipotecada. Mas a única herança que a família recebe é a própria dívida. [...] Na pesquisa realizada sobre suicídios em idosos, a maioria das autópsias psicossociais foi realizada nas propriedades dos familiares. No Rio Grande do Sul, muitos haviam se enforcado nos galpões de fumo, e os sobreviventes fizeram questão de mostrar as traves ou “tesouras” que serviram para amarrar a corda e onde acharam o corpo.[...] Um suicídio ligado ao trabalho indica um estado de degradação no tecido humano e social onde esse evento se produz e representa uma denúncia de uma situação coletiva, embora seja mais fácil atribuí-lo ao indivíduo que morreu. “Em Santa Cruz, o trabalho – e o não trabalho – matam” (MENEGHEL; MOURA, 2017, p. 05-08).

renda da terra capitalista via territorialização de monopólios e, realizando a sujeição da renda ao capital através da monopolização do território.

5 SUJEIÇÃO/REPRODUÇÃO CAMPONESA NA PRODUÇÃO DO FUMO NAS COMUNIDADES DE BUMBA E SUCESSO NO MUNICÍPIO DE MATINA-BA

Nós não daremos nenhum passo atrás da luta pelas nossas terras que foram roubadas e que cada um que cair morto por vocês será um motivo a mais para que nossa luta se fortaleça. A cada tiro, um novo passo, a cada cova aberta, nova terra retomada. Garantimos-lhe isso.

Carta do Grande Conselho Guarani Kaiowá

5.1 Os camponeses produtores de fumo no circuito do capital

A sujeição da renda como expressão máxima da reprodução ampliada do capital, aponta, antes de qualquer coisa, o cerne do desenvolvimento desigual, implicando nesse sentido, o avanço de suas contradições ao expandir, via relações capitalistas e não capitalistas.

A produção fumageira é então, entre tantos outros cultivos agrícolas, uma condição de avanço do capital no espaço agrário, o exemplo real de que, mesmo não convertendo os camponeses em vendedores da sua força de trabalho, consegue colocá-los diante da lógica do mais-valor, realizando a apropriação da produção excedente.

Cada folha de fumo em circulação exportado em fardos ou comercializados no mercado interno está incluso o trabalho de uma família camponesa, dispendido nas longas horas diárias de trabalho na lavoura. A cristalização desse trabalho para o camponês é a realização do valor mínimo dado a sua produção, pois o seu real valor será realizado nas mãos de outrem, nas personificações capitalistas que presidem as grandes empresas. “[...] Pois todo o trabalho contido nas folhas de fumo vai ser realizado por empresas diversas, em vários momentos da circulação, ultrapassando qualquer território institucionalizado (município, cidade, estado, país, etc) [...]” (SILVA, 2001, p. 58).

Assim o trabalho realizado por camponeses nas comunidades de Bumba e Sucesso se tornam a realização de lucro para os donos das fábricas. Que após beneficiado e empacotado, servem ao mercado como produto, não realizado pelos camponeses, mas pelas fábricas como

a Velaminho e a Beija Flor³². A imagem 02 mostra o fumo já empacotado, pronto para ser comercializado com rede de distribuição de outras cidades, como supermercados, CEASAS, redes de atacado, etc (PESQUISA DE CAMPO, 2017).

Figura 02: Fumo empacotado em fábrica no município de Seabra-BA - 2014



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Nessa lógica, é necessário entender que “qualquer atividade agrícola desenvolvida numa pequena gleba de terra, gera, ao mesmo tempo, um tipo de renda fundiária” (SILVA, 2001, p. 89) que pode ser convertida em lucro extraordinário, portanto trabalho excedente a ser apropriado.

O fumo produzido no município de Matina é nesse sentido trabalho excedente, é a parcela da produção, além da parte necessária a subsistência dos camponeses que o produziram. Pois ele deixa de ser produto para uso imediato de quem o produziu, e se torna mercadoria para satisfazer uma necessidade social. O trabalho dos camponeses é desse modo,

³² Na pesquisa realizada em campo foi constatada três fábricas de beneficiamento do fumo, a Velaminho, e a Beija Flor, sendo essa última de proprietários diferentes e com o processo produtivo realizado separadamente, apenas comercialização nos rótulos das embalagens é constatado apenas uma marca, a Beija Flor.

parte integrante da soma total do trabalho gasto pela sociedade (MARX, 1980, p. 38). E assim, entende-se que

Na sociedade, a relação de produtor e produto, assim que este se encontre acabado, é puramente exterior e o retorno do produtor ao indivíduo depende das relações deste com os outros indivíduos. Não se apodera dele imediatamente. Desse modo também a apropriação imediata do produto não é sua finalidade quando produz dentro da sociedade. Entre o produtor e os produtos se coloca a distribuição, a qual, por meio de leis sociais, determina sua parte no mundo dos produtos e interpõe-se, portanto entre a produção e o consumo (MARX, 2008, p. 251).

Na ação de transformar-se em mercadoria, a produção fumageira, já com trabalho cristalizado, recebe durante seu processo de beneficiamento, trabalho pago sobre condições sociais diferentes daquelas realizadas pelos camponeses. O fumo passa pelas mãos de trabalhadores pagos a R\$ 30,00 a diária e trabalhadoras que recebem por produtividade, R\$ 0,40 por quilo empacotado (Informação verbal)³³, como é visto nas fábricas do município de Seabra.

Figura 03: Trabalhador fervendo o fumo após picado – 2014



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

³³ Entrevista concedida pelo proprietário da fábrica H, [Junho de 2017]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

Figura 04: Mulheres empacotando fumo em fábrica na cidade de Seabra-BA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Não se pode cair no dualismo de entender a relação dos camponeses de Matina e dos donos das fábricas como apenas realização de necessidades, mas, como relações sociais forjadas na distinção de classes que permite aos donos das fábricas apropriarem do excedente realizado por esses camponeses. Segundo Dutra Júnior (2018), mesmo que os donos das fábricas não sejam um capitalista clássico, sua atividade está controlada pelo capital na extração do sobretrabalho: diária; e na apropriação do excedente produtivo: renda; pois de modo geral, essas formas constituem as tendências da composição orgânica do capital³⁴.

Esse movimento constante de mercadorias para as fábricas alimenta uma circulação maior do fumo já beneficiado enquanto demanda do mercado a ser suprida. Necessidade social a ser realizada, mediante a drenagem de renda que sujeita os camponeses a incessante atividade fumicultora, como meio de sobrevivência e como condição imposta para a contínua produção do capital. Pois, ao analisar a espacialização da distribuição do fumo para as fábricas (Mapa 02), nota-se a contradição entre produção e realização do mais-valor. A produção do fumo é realizada, nas comunidades em estudo, vias relações não capitalistas,

³⁴ Debate realizado no Grupo de Estudo GEMARX – UNEB/Caetitê, Campus VI.

todavia, a sua realização deve se dar inteiramente na esteira de relações tipicamente capitalistas.

Mapa 02: Cidades que fornecem o fumo de corda para cidade de Seabra-BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A produção do fumo verificada no mapa como forma de atender as demandas das fábricas de Seabra, além de vir das comunidades rurais de Matina, também vem das cidades de Jacobina e de Arapiraca no estado de Alagoas, sendo a última, considerada a maior produtora de fumo do Nordeste. Ela constitui o processo de composição orgânica do capital ao cristalizar o fumo produzido nesses diferentes lugares, sendo um trabalho realizado por distintos indivíduos, que se diferem qualitativamente enquanto valor de uso (MARX, 2008, p. 54).

Todavia, como valor de troca, o fumo produzido pelos camponeses de Bumba e Sucesso perde seu caráter qualitativo, tornando um produto de trabalho não diferenciado, isto é, um trabalho no qual desaparece a individualidade dos trabalhadores (MARX, 2008, p. 54). O trabalho do camponês (originariamente não-capitalista) acaba sendo subsumido no processo

geral da acumulação e reprodução do capital em trabalho abstrato (que alimenta o valor) (DUTRA JÚNIOR, 2018)³⁵.

Subsumidos a essa lógica do processo geral da acumulação, a produção do fumo realizada pelos camponeses das comunidades do município de Matina, serve a geração de renda para os donos das fábricas, pois estes ao comprarem, se apropriam da renda da terra com o fito de que após o beneficiamento, o valor em dinheiro seja mais alto do que aquele dispendido na compra direta com os camponeses e atravessadores. Essa relação se torna a forma clássica da economia política D-M-D – Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro. Segundo Oliveira (2007, p. 40)

Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: D — M — D na sua versão simples, e D — M — D' na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula M — D — M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades (OLIVEIRA, 2007a, p. 40).

Na sua decomposição inicial D-M, há a metamorfose do dinheiro em mercadoria (MARX, 2008). Ou seja, o proprietário da fábrica detendo o dinheiro, compra a mercadoria (fumo) e, dessa mercadoria há um incremento de capital fixo e variável para poder expropriar o trabalho mediante salário ou diária. O ciclo, portanto, se refaz continuamente: D-M-D'- M-D''-M-D''' (DUTRA JÚNIOR, 2018). Conforme Dutra Júnior

A composição orgânica do capital tem a tendência a ampliar a parte morta do capital (não-trabalho), e a contratendência³⁶ desse movimento depende justamente dessas cadeias de menor incremento (DUTRA JÚNIOR, 2008)³⁷.

A lógica, portanto, ao analisar o ganho dos proprietários das fábricas, é justamente entender a composição orgânica do capital como processo contraditório e desigual, que necessita se nutrir das cadeias produtivas de menor investimento e das relações de produção não-capitalistas para manter seu ritmo de acumulação crescente. Pois, como afirma Marx (2004, p. 79) “[...] em cada esfera particular da produção é diferente o processo de trabalho e, também o são, portanto, os fatores desse processo [...]”.

³⁵ Debate realizado no Grupo de Estudo GEMARX – UNBE/Caetité, Campus VI.

³⁶ A contratendência é entendida enquanto incremento de trabalho vivo que o capital consegue no âmbito dessas cadeias de menor composição orgânica. (DUTRA JUNIOR, 2018).

³⁷ Debate realizado no Grupo de Estudo GEMARX – UNEB/Caetité, Campus VI.

Assim, entende-se que o processo de produção, compra, beneficiamento e venda do fumo, são unidades contraditórias que alimentam a composição orgânica do capital, pois todo o sistema, como coloca Marx (1980), está voltado “para a mais-valia e esta se decompõe em renda, juro e lucro, e como tal a terra e o capital habilitam seus donos a obterem suas respectivas partes da mais-valia”.

5.2 Produção camponesa na sujeição da renda da terra

Para o camponês, a realização da atividade produtiva do fumo não é premissa, para com o dinheiro obtido através da venda, comprar instrumentos de produção e força de trabalho. Ao contrário, o camponês o produz como forma para adquirir um meio de compra no mercado, pois a sua venda lhe possibilita o dinheiro que vai ser utilizado na obtenção de itens que não dispõem. Conforme Oliveira (2007, p. 40) a “sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio”. A fala do camponês expressa essa lógica substanciada no momento da troca do dinheiro (obtido com a venda do fumo) por uma mercadoria “O fumo é bom né, a gente consegue ter um dinheiro pra comprar uma geladeira, uma cama, construir uma casa, os outros não dá dinheiro pra isso, o dinheiro é pouco, não compensa” (Informação verbal)³⁸.

A metamorfose ocorrida no momento que o camponês compra uma mercadoria, seja ela uma geladeira, cama ou materiais para construir sua casa, expressa a fórmula simples da circulação da mercadoria M-D-M. Sua decomposição inicial M-D é a produção agrícola realizada em determinada quantidade de tempo, vendida afim de obtenção do Dinheiro, esse além de ser utilizado para compra de mercadorias, como supracitado, se torna também dinheiro a ser poupado, “guardado” para emergências da família.

A relação do camponês e mercado torna-se mediatizada pelo dinheiro. Sem a posse deste, as condições de reprodução na terra caminha para o risco de “passar necessidades”, como percebido na fala de um camponês que em um ano de trabalho na lavoura do fumo, a renda obtida foi de R\$ 200,00. Segundo ele

Ano passado fiz R\$ 200,00 de fumo, num ano, isso quando não perde tudo. Zé (nome figurado) mesmo quando plantou ali na beira da porta, jogou fora, cê vê que ele nem vendeu. Eu ainda vendi as folhas de fumo inteira, tava no varal ele comprou, se eu tivesse feito também tinha perdido, porque quando

³⁸ Entrevista concedida pelo entrevistado I, [Maio de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

trançava tava podrecendo porque não choveu, ai é falta de chuva (Informação verbal)³⁹.

Essa relação implica que a forma inicial da circulação simples M-D-M está “[...] mutilada, incompleta, se tornando M-D-m, pois o dinheiro que o camponês produtor recebe pela venda dos seus produtos é tão pouco que não há para ele uma realização da mercadoria na troca [...]” (SILVA, 2001, p. 73).

Desse modo, o dinheiro recebido pela sua safra é insuficiente para obter produtos no mercado, o que leva o camponês a empreender mais trabalho na terra como forma de sobreviver, se dedicando a inúmeras atividades diárias, trocando “dias de serviço” e produzindo outros produtos para serem vendidos. Para o morador L, a renda obtida com a venda do fumo dá pra sustentar a família, no entanto, se não chover e a colheita for à meia, tem que procurar outra forma de ganhar o dinheiro

Se chover pra poder dá, e quando não é na meia dá, agora se for na meia também e pessoa tiver a família grande já não dá, não dá porque se a pessoa já não tiver outra coisa não dá, tem que ter qualquer outro ganhamo, o meu mesmo se fosse depender de roça de fumo, se não tivesse leite pra vender, fazer requeijão e negócio de horta e outras coisas que eu si viro ai...roça de fumo oh meu do céu. O fumo você faz ele ai, vamos supor e começa vender no mês de maio, e vai vendendo os pouquinhos e recebendo, vendendo e recebendo, então que você acabou de vender, acabou o dinheiro, e até você chegar no outro ano de novo...então você tem que dar um jeito, tem muita gente que tem uma coisa e outra e vai se virando (Informação verbal)⁴⁰.

A necessidade de realizar mais trabalho para a reprodução da família e diante da situação de não ter terra suficiente ou apropriada para determinado cultivo, faz os camponeses recorrerem a meação, que se torna meio encontrado para se ter um produto que possa ser utilizado para consumo próprio da família e, ao mesmo tempo, dispor de excedente que pode ser vendido no mercado. Segundo o camponês

Tem hora que a gente não tem as terras apropriada, tem que plantar na terra de qualquer jeito, ai no caso de 10 arrobas, você fica com 5, e o patrão fica com 5, não tem jeito. Se o você produzir 100 quilos de fumo, 50 você fica, e 50 o dono da terra fica. Ai no caso eles só dá a terra pronta, eles prepara a terra ai a gente entra com as mudas de fumo e o trabalho é tudo da gente, e dá ele tudo prontinho. Ai o dono da terra fica com a metade e o você fica com a outra metade (Informação verbal)⁴¹.

³⁹ Entrevista concedida pelo entrevistado J, [Maio de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

⁴⁰ Entrevista concedida pelo entrevistado L, [Maio de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

⁴¹ Entrevista concedida pelo entrevistado M, [Maio de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

A meação se torna possibilidade de auferir produção diante da falta da terra ou da insuficiência fértil que implica na baixa produtividade. É mediante essa combinação ou contrato firmado entre o dono da terra e o camponês que a produção é dividida entre ambos. Mas, o camponês entrevistado ressalta

Nesse caso ai, se você tiver um lote de gente na família, não dá nem pra nada, que pra dizer a verdade né, se a gente tivesse a terra da gente sozinho, se desse 500 quilos de fumo, era 500 quilos de fumo só pra você só, ai no caso ai sendo de duas pessoas, não fica nada pra gente, quem tem mais vantagem é dono da terra, ele tem mais vantagem que a gente, que ele não teve trabalho, só preparou a terra pra dar pra gente e a gente entrou com o trabalho todinho, que é o mais trabalhoso (Informação verbal, 2018)⁴².

Segundo Oliveira (2007a) a meação é a existência da renda da terra em produto, sendo os meeiros autônomos responsáveis para vender a sua parte na safra pra quem quiser, ou até mesmo vendida pelo proprietário ou comprada por este. O que essa relação demonstra antes de tudo, é a subsunção do trabalho camponês. É a sujeição da renda da terra cristalizada em produto sendo apropriada pelo dono da terra

São as relações não-capitalistas de produção sendo recriadas face as necessidades estruturais do capital. Na agricultura brasileira o capital cria e recria relações não-capitalistas de produção, contraditoriamente necessárias ao seu próprio desenvolvimento (para produzir o capital), e a renda da terra em produto, na figura da parceria⁴³, é uma delas (OLIVEIRA, 2007a, p. 60).

Conforme Dutra Junior (2008, p. 16) afirma: “[...] o trabalho camponês não é tipicamente capitalista, porém, a partir da articulação Estado – Capital – Trabalho, o mesmo está subsumido aos imperativos do valor de troca, e realiza, portanto, a mais-valia no geral [...]”. O capital afirma, então, “seu domínio absoluto sobre todos os seres humanos” (MÉSZÁROS, 2011, p. 185). Assim

Com o desenvolvimento do modo de produção que lhe é característico, o capital deita por terra todos os impedimentos legais e extra econômicos que dificultam sua liberdade de movimentos entre as diferentes esferas da produção. Antes do mais, abate todas as barreiras legais ou tradicionais que o impedem de adquirir por seu alvedrio este ou aquele tipo de capacidade de

⁴² Entrevista concedida pelo proprietário da fábrica M, [Abril de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

⁴³ De acordo com Oliveira (2007) a parceria adquire diferentes formas regionalmente. Havendo por exemplo, a meação, a terça, a quarta e mais recentemente o aparecimento das porcentagens. São chamados de porcentageiros aqueles camponeses que dividem o produto de seu trabalho com os proprietários da terra. Cabe ressaltar, entretanto, que no Brasil, o meeiro é o personagem mais típico e comum na agricultura (OLIVEIRA, 2007a, p. 60).

trabalho ou apropriar-se sem restrições deste ou daquele gênero de trabalho (MARX, 2004, p. 80).

A apropriação da renda da terra camponesa é, na esteira da liberdade do capital, forma encontrada para extrair sobretrabalho, pois, na produção agrícola realizada por aqueles, as personificações do capital com suas intermediações, ganham duplamente: de um lado, o aumento da produtividade do trabalho camponês tende a reduzir os preços dos produtos agrícolas e de outro, aumenta a massa geral da produção de alimentos, sem com isso ter que remunerar esse produtor nos moldes capitalistas (OLIVEIRA, 2007a). Há nesse ganho duplo o próprio desenvolvimento da produção camponesa, mediante a sujeição da renda da terra ao capital

Seja na grande, ou seja na pequena exploração e suas variantes intermediárias, inclusive nos regimes de parceria em que um proprietário de porte significativo esteja incluído, o que está sempre presente é a exploração econômica. Exploração que se materializa na apropriação de trabalho não pago, incorporado à mercadoria, por parte daqueles que detém o controle dos meios e dos instrumentos de trabalho (SILVA, 1991, p. 64).

A sujeição da renda da terra ao capital é composição do modo geral de produção capitalista, que permite a mais-valia se decompor e formar o substrato de sustentação da composição orgânica do capital. Composição movida por trabalho camponês e assalariado, ambos partem do mesmo processo ao ter, no campo agrário, a sobrevivência da agricultura camponesa e agricultura capitalista. Para Oliveira Junior (2012, p. 152) “[...] apesar das distinções, especificidades e objetivos que há entre a agricultura camponesa e a agricultura tipicamente capitalista, ambas estão, de uma maneira direta ou indireta, contribuindo à valorização do capital [...]”.

O que não implica o desaparecimento diante do modelo dominante, ao contrário, cria as condições de sua reprodução. *A terra de trabalho* se realiza, assim, na premissa ao sustento dos camponeses, que dispense sua força de trabalho para permanecer na terra, produzindo o que ele não precisa no mercado. Por isso, nas unidades de produção camponesa o fumo é condição de dispor de dinheiro para comprar aquilo que na terra não se produz. Verifica-se, então, o dispêndio simultâneo de força de trabalho, não só na atividade fumageira, mas também no cultivo do feijão, do milho, da mandioca para fazer a farinha e da tapioca; no cultivo de hortaliças; plantio de árvores frutíferas (Conforme Figura 05). Segundo o camponês

N

Além do fumo, que a gente planta pra vender né, a gente planta o milho, o feijão, a mandioca que ai a gente faz a farinha, a tapioca que dá pra vender também. A gente tira leite, faz o requeijão, a manteiga, o queijo, planta umas horta de alface, coentro, cebola, beterraba, cenoura, ai a gente não precisa comprar essas coisas, mas né todo mundo que planta não, é porque tem hora que planta não dá, ai o povo desanima (Informação verbal)⁴⁴.

Figura 05: Cultivo de mandioca e do milho na comunidade de Sucesso-Matina/BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os camponeses, e nesse caso pauta-se na realidade em estudo, realizam um trabalho em família, desde a fase inicial da sementeação da semente até o produto já finalizado, distinto do operário desconhecedor do ciclo completo da produção da mercadoria. O camponês, além de deter posse dos seus instrumentos de trabalho, detém também o conhecimento de todas as fases do cultivo, do tempo necessário até chegar à fase final, em que o produto se encontra pronto para consumo ou para venda, como no caso do fumo. A produção deste é um dos apontados pelos camponeses como o mais trabalhoso entre os cultivos realizados. Segundo o camponês E: “o fumo dá mais trabalho, a gente tem que fazer o canteiro (na figura 06 abaixo mostra a fase inicial do canteiro), arar a terra, plantar as mudas, capinar, quebrar as folhas, até chegar mesmo na bola de fumo,”. De acordo Souza et al

⁴⁴ Entrevista concedida pelo entrevistado N, [Abril de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza.

O cultivo do fumo se inicia em meados de setembro, com a construção de canteiros em que são utilizados esterços de gado que posteriormente é queimado e molhado diariamente para germinação da semente. Do processo de germinação até que a muda do fumo esteja pronta para ser transplantada leva de 50 a 60 dias (SOUZA et al, 2017, p. 59).

Figura 06: Canteiros de fumo nas comunidades de Bumba e Sucesso no município de Matina/BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Segundo Souza et al (2017)

O desenvolvimento da lavoura de fumo depende do período chuvoso, tem anos que as plantas não se desenvolvem devido à falta de chuva. De acordo com Libuy (2007) o fumo é uma cultura tolerante a seca, produzindo melhor com a falta de água do que com o excesso, isso porque a raiz é suscetível a solos saturados, no entanto ele ressalta que tanto a falta e o excesso de água geram problemas para o cultivo. (SOUZA et al, 2017, p. 61).

Após 90 a 120 dias a lavoura de fumo está pronta para a colheita. Nesse processo os agricultores tiram as folhas da planta e colocam em um varal, feito por galhos da vegetação local. As folhas ficam no varal durante uns 10 a 12 dias, quando é retirada e levada para a casa dos próprios moradores para fazer a chamada estalagem do fumo, onde se retira o talo para posteriormente ser trançada e dar origem ao fumo de corda (SOUZA et al, 2017, p. 60).

Figura 07: Lavoura de fumo com agricultora realizando a quebra para o varal nas comunidades de Bumba e Sucesso no município de Matina/BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

De acordo com Souza et al (2017), com a estalagem são feitos molhos de fumo, eles são mergulhados em água para fazer a trança. Nessa fase, geralmente são os moradores com mais experiência que realizam essa etapa, tendo ajuda de outra pessoa para facilitar o andamento do trabalho. Finalizado essa etapa, o fumo já trançado vai sendo curado ao longo de 50 dias.

Figura 08: Fumo sendo trançado por agricultores, nas comunidades de Bumba no município de Matina/BA

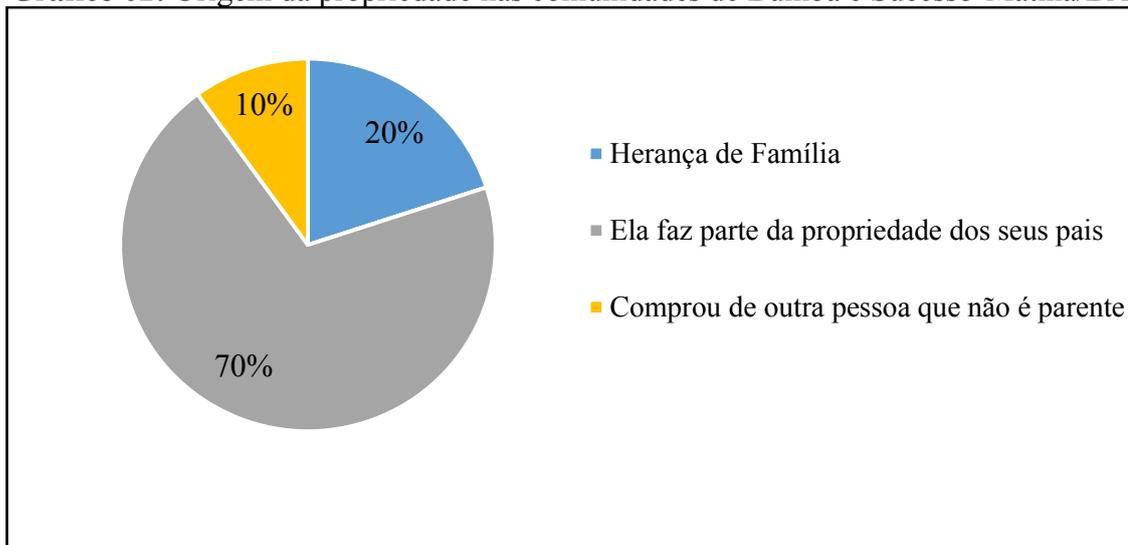


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

O trabalho realizado na atividade agrícola do fumo não é trabalho solitário, é trabalho em família que, ao final do processo, ele se vê dono dos produtos gerados. “O produto do trabalho aparece como coisa acabada em suas mãos, que ele mesmo vai vender, para que se transforme em dinheiro” (MARTINS, 2002, p. 65).

A relação com a terra se estrutura na reprodução direta da família, isso inclui, não apenas o trabalho desenvolvido entre todos, mas também a terra em si como abrigo, como meio de construir a estrutura de reprodução familiar. Dessa forma, a terra é passada de pais para filhos como herança, ela é dividida entre os membros da família e fragmentada como relação direta de reprodução de vida. O gráfico abaixo mostra a origem da propriedade das pessoas entrevistadas, do total, 70% tem sua terra como parte da propriedade dos pais, e apenas 10% comprou de pessoas externas à família.

Gráfico 02: Origem da propriedade nas comunidades de Bumba e Sucesso-Matina/BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A terra é para esses camponeses, a reprodução de vida cuja realização da produção agrícola volta pra si, como benefício e como sustento. A lógica se torna a reprodução de vida a partir da própria produção mediada pelo trabalho. Como afirma um camponês entrevistado

Eu acho que pra mim a terra é tudo, que eu não tem fanatismo por negócio, com comércio, eu tenho mesmo é de mexer com a roça, com criação, essas coisas, porque mesmo se eu pudesse não tinha aquela vocação de colocar um mercado na cidade, outro tipo de comércio, eu gosto é de tá é na roça, na terra, nem que for cansada, sem produção, não tenho vocação pra outra coisa né (Informação verbal)⁴⁵.

A propriedade familiar como aborda Martins (1980), se diferencia da propriedade capitalista; aquela é propriedade direta de instrumento de trabalho de quem nela trabalha. Seus resultados sociais são regulados pela reprodução das condições de vida dos trabalhadores, e não pelo lucro do capital. Sua produção é da família e não do capital. Todavia, suas necessidades econômicas e sociais são mediadas pela lógica do mercado.

O camponês se insere no sistema do capital a partir do seu produto agrícola, resultado do trabalho dispendido durante determinado período de tempo. Ele não se insere enquanto vendedor da sua própria força de trabalho, ao contrário, o camponês se vincula ao mercado pela produção excedente, pelo dinheiro obtido da venda daquele. Como afirma Martins

⁴⁵ Entrevista concedida pelo entrevistado O, [Abril de 2018]. Entrevistador: Joelma Miranda C. de Souza

O camponês se situa no mundo através do seu produto. Seu trabalho se oculta no seu produto. Seu trabalho não aparece como uma relação de trabalho, embora de fato a seja. É uma relação invisível com o mercado de produtos e, por meio dele, com o capital [...] (MARTINS, 2002, p. 70).

O fato é que na reprodução ampliada do capital, mesmo desenvolvendo sua pequena agricultura familiar, como o estudo em questão, sem o uso de trabalho assalariado ou visando diretamente o lucro, o camponês é absorvido pelo sistema do capital se vendo inserido abruptamente nessa lógica (DUTRA JUNIOR, 2008).

Sua reprodução passa a ser determinada pelo reino mercantil, a necessidade de se capitalizar o leva às mãos do capital usurário (juros), a troca é agora mediada pelo dinheiro e em função disto a sua existência produtiva passa a ser monetarizada (DUTRA JUNIOR, 2008, p. 199).

Pois, como afirma Oliveira (1991, p. 11), se de um lado o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, desenvolvendo relações especificamente capitalistas, expropriando o trabalhador do campo, colocando-o nu; de outro, promoveu as relações de produções não-capitalistas, como o trabalho familiar do pequeno agricultor camponês. Essa contradição de acordo com Oliveira

Tem nos colocado frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física (OLIVEIRA, 1991, p. 11).

A subordinação da produção fumageira desenvolvida pelos agricultores camponeses nas comunidades em estudo, apontam a subsunção do trabalho camponês a lógica do capital. Sua produção é convertida em mercadoria a ser apropriada pelas personificações dos proprietários das fábricas e atravessadores, ambos estipulando o preço da produção e colocando os camponeses diante da situação da imposição da venda por aquele preço, haja vista que os compradores que monopolizam a compra do fumo são justamente eles (os proprietários das fábricas de beneficiamento e os atravessadores).

O fato de se dedicar mais ao cultivo do fumo por este dar mais dinheiro, como já foi afirmado pelos próprios camponeses, não implica em melhoria substancial à sobrevivência daqueles camponeses, pois, todos os anos, o mesmo trabalho é dedicado com vistas a obter

uma quantia maior de dinheiro como possibilidade de comprar algo que não foi possível na produção passada.

O ciclo de drenagem de renda que sustenta a cadeia produtiva do fumo possibilita a obtenção de somas de dinheiro aos donos das fábricas em contraposição da realização para o camponês que se vê diante da necessidade de complementar a renda com outros cultivos agrícolas.

A monopolização do território pelo capital estabelece a inserção do camponês no mercado, ao transformar sua produção enquanto valor de uso, em valor de troca. Pois, enquanto valor de uso, o que interessa para o camponês é o fumo como meio de obter dinheiro para realizar a compra de mercadorias para sua sobrevivência. “Mesmo quando é necessário comprar, como de fato é, o que se compra é com dinheiro recebido por algo que tem a mesma qualidade material daquilo que foi vendido pelo camponês [...]” (MARTINS, 2002, p. 66).

A necessidade de manter constantemente o movimento da matéria-prima para as fábricas e o camponês como sujeito que fornece essa matéria, faz com que o capital engrene a substância contraditória ao potencializar, ao mesmo tempo, a reprodução camponesa no campo

Dessa forma, inseridos na lógica da acumulação e valorização do capital sem, no entanto, assalariar-se e perder o controle e posse dos meios de produção (a terra), a unidade de produção familiar tem a possibilidade de (re) criar-se, reproduzir-se pela mesma força impulsionadora da lógica societal que os leva a desaparecer ou perecer - a lógica do capital. A monopolização do território dá estas possibilidades por não desapropriar (expulsar) comunidades camponesas da terra, o que levaria inexoravelmente ao assalariamento, quando conseguisse vender a força de trabalho, senão restaria o desemprego, engordando o exército do *lumpen-proletariado* (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p. 175).

E nesse ponto, é necessário entender a produção fumageira, desenvolvida por camponeses, como atividade inserida na lógica de domínio do capital. Cujas apropriação desencadeia na circulação geral do capital a subordinação como premissa geral àqueles que não foram despidos totalmente dos seus meios de produção. Como afirma Dutra Junior

A forma específica da apropriação capitalista da terra permite que o trabalho camponês seja subordinado ao capital. O trabalho no sistema do capital é a condição da produção do valor e da mais-valia, portanto mesmo as formas produtivas que não possam ser consideradas tipicamente capitalistas são

inseridas no circuito da reprodução ampliada do capital (DUTRA JUNIOR, 2008, p. 200).

Portanto, a produção de fumo, desde o período colonial, se configura como produto cultivado por camponeses, apropriado pelas personificações do capital e cuja mundialização da agricultura, se estabelece aos monopólios para realizar a sujeição da renda da terra ao capital.

A relação dos camponeses das comunidades rurais de Bumba e Sucesso com o mercado é mediatizado cada vez mais pelo valor produtivo que este pode oferecer ao circuito do capital. Na venda da sua produção, o retorno valorativo é reduzido ao mínimo possível a sua reprodução física. O ciclo engrenado, a partir dessa ação de compra e venda, sujeita os camponeses a permanecerem realizando suas atividades agrícolas para, posteriormente, oferecerem ao mercado com os preços ainda mais baixos.

Ao final, o que temos é a renda não-capitalista, ou seja, o produto excedente sendo escoado das mãos dos produtores camponeses. É trabalho alienado, trabalho extorquido gerando mais-valia a ser convertida em capital.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Entre o mundo a destruir e outro a construir” (TRANSPADINI e SABINO, 2017), a classe operária e a classe camponesa no antagonismo de classe existente, tem a tarefa política de libertar dos grilhões que lhes prendem, do “monstro animado” que conserva e cresce com a única condição de submeter e espremer até a última gota de linfa da criatura amada, como se tivesse amor ao próprio corpo (MARX, 2004, p. 21).

“Os homens envolvidos nesse processo, os capitalistas e seus ideólogos” responsáveis por alimentar o “monstro animado” de trabalho vivo, esquecem que também se tornarão alimento. Não importa quantas ações e empresas detém, seu poder de controle sobre o monstro que alimenta é insignificante (MÉSZÁROS, 2011, p. 97).

Assim, o sistema metabólico que se alimenta da força de trabalho de outrem é o “primeiro na história a se constituir como totalizador e irresistível, não importando quão repressiva venha a ser sua função totalizadora em qualquer lugar ou momento” (MÉSZÁROS, 2011, p. 98).

Na necessidade de “perpetuar” seus “objetivos metabólicos, toda a sociedade deve-se sujeitar em todas as suas funções produtivas e distributivas às exigências mais íntimas do controle do capital”. Se sujeita a tudo e a todos seus imperativos, e os alicerces que o sustentam, “os pés de barro” do campesinato, é o mesmo que provoca fissuras na sua histórica necessidade de mais-valia. “Nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das suas contradições, por isso, todas as lutas camponesas recebem do capital de imediato o uso da força” (MARTINS, 1995, p. 16).

A história dos camponeses é marcada pela luta cotidiana contra o “monstro animado” que suga o trabalho excedente embutido na produção da terra realizado, seja nas comunidades camponesas do Sul ou do município de Matina.

Da produção realizada pelos camponeses das comunidades rurais de Bumba e Sucesso ao trabalho realizado pelos trabalhadores nas fábricas de beneficiamento em Seabra, o sistema metabólico se alimenta, pois, o tempo de trabalho embutido na mercadoria-fumo se torna trabalho geral abstrato a ser apropriado na circulação em forma de renda.

A renda produzida por esses camponeses é parte da composição orgânica do capital, sua sujeição dar-se na entrega da produção excedente aos donos das fábricas que, ao longo da circulação, vão se realizar como valor monetário em outras mãos, nas redes de varejo e supermercados.

É a sujeição da renda da terra a insaciável necessidade de capital, submetendo os produtores de fumo integrados a (des)integração. Na sua dinâmica de integração ao mercado, o capital promove contraditoriamente a (des)integração, pressupondo, em momentos de crise, a fratura nos alicerces de sustento, a luta contra a expropriação da terra e do produto gerado.

A (des)integração ao mercado selada na ideologia dominante, homogeneiza o campo agrário sob o signo da agricultura familiar. A extração da renda da terra não ocorre sobre diferenciação de sujeitos e nisso a promoção de todos aos conceitos construídos pelas instituições estatais, cumprem o propósito: esconder as formas de expropriação do trabalho e da renda que sustenta a monopolização do território pelo capital (DUTRA JUNIOR, 2018).

Os monopólios estabelecidos são as interfaces no campo da mundialização do capital, cuja realização ocorre na apropriação da renda da terra da produção de fumo de inúmeros camponeses. Um setor monopolizado por transnacionais que sem a posse privada da terra submete os camponeses as bolsas de mercadorias e futuros, provocando cada vez mais a intermediação destes com o mercado, como forma de sobrevivência. Quando antes, a terra fornecia o produto e o excedente para reprodução da família.

Os camponeses de Bumba e Sucesso integram a “subsunção sutil” aos monopólios do mercado, pois, sua produção forma a fração produtiva que alimenta o metabolismo do capital, seja mediante a apropriação direta pelos intermediários e os donos das fábricas, seja via sujeição ao capital financeiro, que através do sistema de crédito, drena por meio do pagamento de empréstimos a renda produzida.

“Voltado para expansão e movido pela acumulação”, conforme Mészáros (2011), a sujeição da renda da terra é realizada nos espaços desiguais produzidos pelo capital, desde a produção realizada pelas mulheres charuteiras do Recôncavo baiano, aos agricultores do Rio Grande do Sul onde o ‘trabalho mata e o não-trabalho também’, até as comunidades rurais de Bumba e Sucesso, o fumo produzido se configura como produto da mundialização da agricultura.

É essa produção realizada do Sul ao Nordeste por pequenos produtores rurais que as forças produtivas se desenvolvem de forma desigual no espaço e nas relações sociais que alimentam o sistema mundial de acumulação do capital.

O “monstro-animado” colocado por Marx (2004) alimenta-se do trabalho vivo embutido em cada folha de fumo, em cada ausência de vida levada ao feito pelo intenso desgaste promovido na lavoura fumageira. A monopolização do território pelo capital é a interface contraditória da territorialização, a unidade na contradição, com o mesmo fim de expropriar/apropriar do trabalho camponês em quaisquer condições.

As transnacionais – fábricas – atravessadores, personificações diretas do capital, se alimentam constantemente das rendas produzidas no fumo. A renda da terra passa a compor a massa da mais-valia global, engendrando em cada espaço, formas desiguais de sujeição, seja através da agricultura capitalista, tendo o agronegócio como modelo, seja na agricultura camponesa. Em ambos os processos “[...] mascara-se as relações de poder que ocorre de forma desigual, pois o valor (o tempo de trabalho empregado) de uma agricultura camponesa e uma agricultura capitalista são distintos na produção agrícola [...]” (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p. 98). Essa distinção, no entanto, não faz perder a essência circunscrita à extração da renda, a propriedade privada da terra é o fundamento precípua da renda fundiária.

“A massa da mais-valia resultante da expansão do capital no campo se unirá a tantas outras formas de circuito de produção” (SILVA, 2001, p. 26), integrando – desintegrando relações sociais forjadas no âmbito do sistema sociometabólico. Pois, a renda é a captura potencializada do sobretrabalho que se converte na forma trinitária: renda, juro e lucro (DUTRA JUNIOR, 2018).

Diante desse contexto, a presente pesquisa se finaliza pelas mãos de uma pesquisadora filha de camponeses produtores de fumo, cujos pés sujos de barro pisam na universidade para engrossar as filas daqueles que não se subvertem ao aceite eterno do sistema do capital. Tendo esperança de que muitos pés sujos de barro, não só de Bumba e Sucesso, engrossarão as massas que poderão transformar radicalmente e eficientemente o status quo.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLIANCE ONE. Alliance One International, Inc. **propõe mudança no nome da empresa para Pyxus International**. Disponível em: < <https://allianceone.gcs-web.com/news-releases/news-release-details/alliance-one-international-inc-proposes-change-corporate-name>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

AMENI, Cauê Seignemartin. **Proprietários de terra devem quase 1 trilhão de reais à União**. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/proprietarios-de-terra-devem-quase-r-1-trilhao-a-uniao>>. Acesso em: 25 de Junho de 2018.

AMIN, Samir. Mundialização, crise e transição. In: **Crítica Marxista**, Roma, nº3-4, 1998. Tradução: Giovanni Menegoz.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. **Santa Cruz**. Editora Gazeta, 2010. Disponível em: < http://www.grupogaz.com.br/tratadas/eo_edicao/25/2010/11/20101125_62a1ae999/pdf/2970_tabaco2010.pdf> Acesso em: 13 de Maio de 2017.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Reforma da previdência, reforma trabalhista e dívida pública**”. Núcleo Capixaba: 2017. Disponível em: < http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Cartilha_Reformas-ultima-versao.pdf>. Acesso em: 15 de Outubro de 2017.

BAHIA NOTÍCIAS. **Philip Morris investe R\$ 168 milhões em complexo de produção de tabaco em Cocos**.2015. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/182834-philip-morris-investe-r-168-milhoes-em-complexo-de-producao-de-tabaco-em-cocos.html>>. Acesso em: 15 de Julho de 2018.

BANCO DO BRASIL. Pronaf Jovem. Disponível em: < <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/credito/investir-em-sua-atividade/pronaf-jovem#/>>. Acesso em: 08 de Agosto de 2018.

BAPTISTE, JOSÉ MURILO PHILIGRET DE OLIVEIRA. A oferta de fumo no estado da Bahia; discussão dos modelos de defasagens distribuídas. **Dissertação de Mestrado (Mestrado em História)**- Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1997.

BOGA Clara Sampaio. **A importância das trading companies para as pequenas empresas**. Assis, Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA: 2015.

BONATO, Amadeu. **Agricultura familiar e o cultivo do fumo**: mais de três séculos de dependência econômica. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/08/30/agricultura-familiar-e-o-cultivo-do-fumo-mais-detres-seculos-de-dependencia-economica-entrevista-com-amadeu-bonato.html>>. Acesso em: 06 de Abril de 2017.

BRIANTI, Luciana Xavier de Brito. Políticas Públicas de Apoio ao Empoderamento das Charuteiras do Recôncavo da Bahia: Um Olhar de Afirmação. 2013. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social): Cruz das Almas, 2013.

BRASIL. Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018. In: **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. 2016. Disponível em: <
<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/folder-pap-2017-18>>. Acesso em: 08 de Outubro de 2017.

BRASIL. **Portaria nº 79 – 17 de março de 1994**. Norma de identidade, qualidade, embalagem, marcação e apresentação do tabaco em folha curado.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pronaf - **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. 2016. Disponível em: <
<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>> Acesso em: 14 de Junho.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O que é a agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <
<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 14 de Maio de 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Quem tem direito à Declaração de Aptidão ao Pronaf?**. 2016. Disponível em: <
<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/quem-tem-direito-%C3%A0-declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-ao-pronaf>>. Acesso em: 14 de Maio de 2017.

CAMPOS, Suamir Jorge de Azevedo. Compras Públicas : estudo de caso da Universidade de Brasília. 2013. v, 61 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A expansão do agronegócio no campo de Sergipe. 2011. In: **GEONORDESTE**, Ano XXII, n.2. Disponível em: <
<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/2412>>. Acesso em: 12 de Maio de 2017.

_____. Alexandrina Luz.. Jovens andarilhos do ciclo do capital. In: **Revista Okara: Geografia em debate**, v.1, n.1, p. 77-100, 2007.

_____, Alexandrina Luz. Estado, Capital e a farsa da expansão do Agronegócio. In: **Revista Meridiano**. Número 2, 2013. Disponível em: <http://www.revistameridiano.org/>. Acesso em: 03 de Março de 2017.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. As raízes da crise econômica mundial. In: **Em Pauta**. Rio de Janeiro, 2013.

CHESNAIS, François. Mundialização: capital financeiro no comando. In: Publicado em *Les Temps Modernes*. Tradução de Ruy Braga. 2000.

CTA CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE. **História**. Disponível em <
<http://www.cta.com.br/Inicial.html>>. Acesso em 20 de Julho de 2018.

DANNEMANN. **Charutos**. Disponível em: <
<http://www.charutos.com.br/charutos/brasileiros/.php>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2018

DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **A fumicultura no Brasil e a Convenção Quadro para Controle do Tabaco**. Curitiba, Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=109> Acesso em 15 de abril de 2016. Acesso em: 09 de Abril de 2017.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter. A Reprodução do capital no campo e o território da resistência do campesinato: o movimento dos pequenos agricultores (MPA) na Bahia. In: **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v.3, n. 5, p. 195-213, fev. 2008.

_____. Wagnervalter. A funcionalidade do estado no processo de subsunção do trabalho camponês ao capital: reflexões teóricas. In: **OKARA**: Geografia em debate, v.2, n.1, p. 12-37, 2008.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, 1991. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/40173/26169>> . Acesso em: 20 de Junho de 2018.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **500 anos de luta pela terra no Brasil - Centro** Universitário Nove de Julho. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

_____, Bernardo Maçano. RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema. In: **Estudos Avançados**, nº 43. p. 239-254, 2001.

_____. Bernardo Maçano. **Quando a agricultura familiar é camponesa**. In: STEDILE, João Pedro (Orgs). A questão agrária no Brasil: Interpretações sobre o camponês e o campesinato. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

FIALHO Aline Farias; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Reflexões sobre o discurso da agricultura familiar como forma de ideologia dominante. In: **XII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico**. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6748/pdf_444>. Acesso em: 08 de Agosto de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **BAT e Rothmans anunciam fusão**. 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi12019918.htm>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. ISSN 1983-7364 ano 10. São Paulo, 2016.

GORGEN, Frei Sérgio Antônio. Agricultura camponesa. In: STEDILE, João Pedro (Orgs): **Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GONÇALVES, Sérgio. A luta pela terra e a (falsa) autonomia camponesa nos assentamentos rurais: a teoria da territorialização dos movimentos sociais revisitada. In: **Campo-Território**: revista de geografia agrária, 2012.

GLOBO ESPORTE. **Máquinas Eternas**: Tyrrell 006 levou Jackie Stewart ao tri e recorde de vitórias. 2018. Disponível em: < <https://globoesporte.globo.com/motor/formula-1/blogs/fl-memoria/post/2018/04/03/maquinas-eternas-3-tyrrell-006-levou-jackie-stewart-ao-tri-e-recorde-de-vitorias.ghtml>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. David. **Para entender o capital I e II**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. DAVID. **17 Contradições do capitalismo e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **África: Relatório revela “horror” da agricultura do tabaco**. 2012. Disponível em: < http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2012/africa_relatorio_revela_horror_da_agricultura_do_tabaco>. Acesso em: 05 de Junho de 2018.

JTI. Japan Tobacco. **JTI Brasil**. Disponível em: < <https://www.jti.com/pt-br/americas/brazil>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LE CIGAR. Charutos. Disponível em:

<<http://www.charutos.com.br/charutos/brasileiros/lecigar.php>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2018.

LIMA, Lucas Gama. Despindo a estratégia das políticas de desenvolvimento territorial no Alto Sertão sergipano: o (des) mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) São Cristóvão: UFS, 2010.

MANDI, Carolina; ADACHI, Vanessa. Estrangeiro contorna restrição e investe em terra. 2017. Disponível em< <https://www.valor.com.br/brasil/5231447/estrangeiro-contorna-restricao-e-investe-em-terra>>. Acesso em 16 de Setembro de 2018.

MARINI, Luciano. A luta contra os deuses. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: STEDILE, João Pedro (org). **A questão Agrária no Brasil: Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MARQUES, P.V. **Mercados Futuros e de Opções Agropecuárias**. Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP: São Paulo, 2006.

MARTINELLI Jr. Orlando. **Algumas observações sobre o relacionamento agricultura-indústria**. Marília: UNESP, 1988.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**. São Paulo, Ed. Hucitec: 1980.

_____. José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995

_____. José de Souza. **A Sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. Cotidiano e História na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. José de Souza. **A polícia do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2017.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: 1980. Editora: Moraes.

_____.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Centauro, 2004

_____. Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Márcio Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Karl. **O Capital**: Livro I: São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. István. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MENEGHEL, Stela Nazareth; MOURA, Rosylaine. Suicídio, cultura e trabalho em município de colonização alemã no sul do Brasil. In: **Interface**. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/2018nahead/1414-3283-icse-1807-576220170269.pdf>>. Acesso em: 15 de Junho de 2018.

MENENDEZ AMERINO. **Charutos**. Disponível em: <<http://www.charutos.com.br/charutos/brasileiros/.php>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2018.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Héric de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 Anos Do Censo Agropecuário 2006. In: **Revista Pegada** – vol. 18 n.3 7 Setembro-Dezembro/2017.

NARDI, Jean Baptiste. O fumo no Brasil Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OBSERVATÓRIO DA POLITICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO. **Produção de fumo e seus derivados**. 2017. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/producao_fumo>. Acesso em: 22 de julho de 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. Org: João Pedro Stedile. 2013, Expressão Popular: São Paulo.

_____. Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto: 1991.

_____. Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no campo**. Contexto: São Paulo, 1994.

_____. Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Estudos Avançados**; vol.15. São Paulo, 2001.

_____. Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção**, agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007 a.

_____. Ariovaldo Umbelino de.; FARIAS, C. S. . O Processo de Constituição da Propriedade Privada da Terra no Brasil. In: **12º do Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009, Montevideo. Caminando en una América Latina en Transformación. Montevideo: Universidad de La República, 2009. v. 1. p. 01-15.

_____. Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. In: **AGRÁRIA**: São Paulo, 2010.

_____. Ariovaldo Umbelino de. A Mundialização da Agricultura Brasileira. In: **XII Colóquio de Geocrítica**: Bogotá, 2012.

_____. Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iände Editorial, 2016.

OLIVEIRA JUNIOR, Manoel Pedro de. A sujeição da renda da terra camponesa. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Sergipe: 2012.

_____. Manoel Pedro de. O PRONAF e sua funcionalidade no processo de sujeição da renda da terra. In: **XVIII Encontro Nacional dos Geógrafos**. São Luís – Maranhão: 2016.

OLIVEIRA, José Mário Carvalhal de. A cultura do fumo na Bahia: refletindo sobre a Convenção-Quadro. In: **Bahia Agrícola** v.7, n.2, abr. 2006. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/socioeconomia5_v7n2.pdf>. Acesso em: 01 de Maio de 2016.

OLIVEIRA, Vanessa Dias. As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** - Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe: Sergipe, 2007 b.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Terra e Vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, São Paulo: 2003.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**: o caso de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1990.

PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil. In: PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio (orgs). **Capturando a Terra: Banco Mundial**, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PEREIRA, RAFAEL RIBEIRO. Estratégia de crescimento da Souza Cruz à luz da teoria de Alfred Chandler. **Monografia de Bacharelado**. Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2015.

PHILIP MORRIS. Visão geral. 2018. Disponível em: <<https://www.pmi.com/markets/brazil/pt/about-us/overview>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

AMIN, Samir. Mundialização, crise e transição. In: **Crítica Marxista**, Roma, nº3-4, 1998. Tradução: Giovanni Menegoz. SADER, Emir. Contra o catastrofismo. In: Blog da Boitempo. 2014. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2014/09/03/contra-o-catastrofismo/>>. Acesso em: 16 de Setembro de 2018.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. A territorialização dos conflitos e das contradições: o capital *versus* trabalho nos laranjais baianos e sergipanos. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana: São Paulo, 2009.

SEAB. **Produção de fumo**. 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/2018/Fumo_2017_18.pdf>. Acesso em: 16 de Setembro de 2018.

SOUZA, Suzane Tosta. Da negação ao discurso "hegemônico" do capital à atualidade da luta de classes. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. **Tese (Doutorado em Geografia)**. Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Geografia. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão, 2008.

_____. Joelma Miranda C.de; **O “vaivém” do capital e seus meandros na produção fumageira**: a monopolização do território nas comunidades de bumba e sucesso, município de Matina-BA. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade do Estado da Bahia. Colegiado de Geografia. Caetité, 2016.

SOUZA, Joelma Miranda C.de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SILVA, Edilélio dos Santos. Monopolização do território pelo capital: produção fumageira nas comunidades rurais de Bumba E Sucesso no município de Matina-BA. In: **ENAPEGE**: Geografia, ciência e política: do pensamento à ação, da ação ao pensamento. Porto Alegre: 2017.

SOUZA CRUZ. **Agricultura familiar**. 2017. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_AG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DOAG9F> Acesso em: 13 de Maio de 2017.

SOUZA CRUZ. Pioneira, **joint venture com o governo cubano é líder do mercado premium local**. Disponível em: <

http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_AG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DOAG7H6J
>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

SOUZA CRUZ. **Instituto Souza Cruz**. Disponível em:
<http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_AG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DOAGFM7Q> Acesso em: 08 de Agosto de 2018.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo baiano. **Tese (DOUTORADO)** - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo- da Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/6381/1/TESE.pdf>>. Acesso em: 29 de Junho de 2018.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Lenyra Rique da. **Do senso comum à Geografia Científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, José Graziano da.; GROSSI, Mauro Eduardo Del . **O novo rural brasileiro. Ocupações rurais não-agrícolas**: Oficina de atualização temática. IAPAR. Londrina/PR., 2001.

SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M.; FERRARI, S. **Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996- 2006)**: características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. Biblio3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 17, n. 987, ago. 2012. Disponível em: Acesso em: 12/03/2014.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; DORNELLES, Mizael. **Mercado mundial de tabaco, concentração de capital e organização espacial**. Notas introdutórias para uma geografia do tabaco. In: Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. 2010. Disponível em: < http://actbr.org.br/uploads/arquivo/813_mercado_mundial.pdf>. Acesso em: 16 de Setembro de 2018.

SILVA. José Danilo Santana. A trama faustiana do capital financeiro na captura da unidade de produção familiar. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. 2014.

SINDITABACO. **Classificação do Tabaco** – Instrução Normativa MAPA no.10 DOU 16.04.2007, republicado em 17.04.2007. Disponível em: < <http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/instrucao-normativa-n10-classificacao-do-tabaco/>>. Acesso em: 02 de Maio de 2016.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, VOL. 18 Nº. 51, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 21 de Abril de 2017.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, Marília Pontes. A produção política da sociedade. MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TRASPADINI, Roberta; SABINO, Cristian. Ataques aos comunistas, aplausos aos capitalistas. In: **Le Monde Diplomatique**. 2017. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/ataques-aos-comunistas-aplausos-aos-capitalistas/>>. Acesso em: 14 de Junho de 2018.

UOL ECONOMIA. **Lucro líquido da Souza Cruz** cresce 3,2% em 2013, para R\$ 1,69 bilhão. 2014. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/valor-online/2014/02/07/lucro-liquido-da-souza-cruz-cresce-32-em-2013-para-169milhao.htm> >. Acesso em: 06 de Abril de 2017.

UNIVERSAL TABACOS. Nossas empresas. Disponível em: <http://www.universalscorp.com/>. Acesso em: 20 de Julho de 2018.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In: **Estudos Avançados**, 2001.

8 ANEXOS

Figura 09: Camponês em lavoura de fumo na comunidade rural de Bumba-Matina/BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 10: Camponês realizando a quebra do fumo, comunidade rural de Bumba-Matina/BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 11: Camponeses realizando juntos a quebra do fumo, Matina-BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 12: Folhas de fumo para colocar no varal comunidade rural de Bumba-Matina/BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 13: Varal com folhas de fumo na comunidade do Bumba, Município de Matina/BA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Figura 14: Camponês preparando a folha de fumo para trançar, Matina/BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 15: Fumo de corda na fábrica de beneficiamento em Seabra/BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Figura 16: Fábrica de beneficiamento, Seabra-BA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.